

# Índice

<b>Índice.....</b>	<b>1</b>
<b>Índice de Quadros.....</b>	<b>4</b>
<b>Índice de Figuras.....</b>	<b>6</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>7</b>
<b>I. Princípios.....</b>	<b>9</b>
<b>II. Análise.....</b>	<b>12</b>
<b>1. Análise Geográfica e Socioeconómica.....</b>	<b>12</b>
1.1. Caracterização do Território.....	13
1.1.1. Enquadramento administrativo e geográfico.....	13
1.1.2. Acessibilidades regionais e outras.....	14
1.1.3. Desenvolvimento Urbano.....	15
1.1.4. Especificidades do povoamento.....	17
1.1.5. Mobilidade e movimentos intra – concelhios.....	19
1.2. Sectores de Actividade.....	20
1.2.1. Sector Primário.....	20
1.2.2. Sector Secundário.....	22
1.2.3. Sector Terciário.....	24
1.3. Enquadramento nos Instrumentos de Gestão Territorial.....	24
1.3.1. Identificação.....	24
1.3.2. PROTAL.....	25
1.3.3. PMOT's.....	26
<b>2. Análise Demográfica.....</b>	<b>28</b>
2.1. Caracterização Demográfica .....	28
2.1.1. Evolução anterior a 1970.....	29
2.1.2. Evolução 1970-1981.....	29
2.1.3. Evolução 1981-1991.....	30
2.1.4. Evolução 1991-2001.....	30
2.2. Evolução da população por Freguesia.....	32
2.3. Distribuição espacial da população por Freguesias.....	34
2.4. Distribuição da população por grupos etários.....	34
2.5. Perspectivas de Evolução da População (2001/2011).....	38
<b>3. Análise do Sistema Educativo.....</b>	<b>40</b>
3.1. Evolução da Frequência na Educação Pré-Escolar.....	41
3.2. Evolução da frequência de alunos no 1.º Ciclo do Ensino Básico.....	43
3.3. Evolução da frequência de alunos nos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico.....	45
3.4. Evolução da frequência de alunos no Ensino Básico Mediatizado.....	46
3.5. Evolução da frequência de alunos no Ensino Privado e Cooperativo.....	46
3.6. Evolução da frequência de alunos no Ensino Secundário.....	47
3.7. Alunos de outras nacionalidades.....	48
3.8. Evolução da frequência de alunos no Ensino Recorrente.....	49
3.9. Evolução da frequência de alunos no Ensino Profissional.....	49
3.10. Caracterização da oferta e da procura.....	51
3.10.1. Educação Pré-Escolar.....	52
3.10.2. 1.º Ciclo do Ensino Básico.....	54

3.10.3	2,3.º Ciclos do Ensino Básico.....	55
3.10.4	Ensino Secundário.....	59
3.10.5	Aproveitamento.....	65
3.10.6	Ensino Profissional.....	69
3.10.7	Cursos de Educação e Formação.....	72
3.10.8	Educação ao Longo da Vida.....	73
3.10.9	Centros de Reconhecimento e Validação de Competências CRVCC.....	75
3.11	Educação Especial.....	75
3.12	Outros Equipamentos Educativos.....	77
3.13	Caracterização dos equipamentos educativos.....	78
3.13.1	Recursos Físicos na Educação Pré-Escolar da Rede Pública.....	78
3.13.2	Recursos Humanos nos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico.....	79
3.13.3	Salas de 1º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública.....	80
3.14	Transportes escolares.....	83
<b>III</b>	<b>Diagnóstico.....</b>	<b>87</b>
<b>1.</b>	<b>Cenário Prospectivo de Evolução da População Escolar até 2011.....</b>	<b>87</b>
<b>2.</b>	<b>Diagnóstico Estratégico.....</b>	<b>89</b>
2.1.	Análise por nível de Ensino.....	89
2.2.	Zonamento Geográfico.....	90
2.2.1	Zonas de Alta Densidade.....	90
2.2.2	Zonas de Baixa Densidade.....	90
2.3.	Constrangimentos a ultrapassar.....	91
<b>IV</b>	<b>Propostas.....</b>	<b>93</b>
<b>1.</b>	<b>Objectivos Estratégicos.....</b>	<b>93</b>
1.1.	Promover a integração dos diferentes níveis do Sistema Educativo.....	94
1.2.	Assegurar a existência de uma adequada rede de equipamentos escolares até 2010.....	94
1.3.	Desenvolver Iniciativas de Educação e Sensibilização Sócioeducativas.....	94
1.4	Por um Desenvolvimento Local mais Sustentável.....	95
<b>2.</b>	<b>Medidas de Intervenção.....</b>	<b>95</b>
2.1.	Propostas Organizacionais, promovendo a integração dos diferentes níveis do Sistema Educativo.....	96
2.1.1	Definição de territórios Educativos.....	96
2.1.2	Reordenamento da Rede Escolar.....	97
2.1.2.1	Uma Educação Pré-Escolar para todos.....	98
2.1.2.2	1.º Ciclo do Ensino Básico.....	98
2.1.3	Programa de Actividades e Enriquecimento Extracurricular.....	99
2.2	Uma adequada rede de Equipamentos até 2012.....	99
2.3	Desenvolvimento de Iniciativas de Educação e Sensibilização Sócioeducativa.....	105
2.3.1	Articulação das Valências Ensino / Formação Profissional / Emprego.....	105
2.3.2	Serviço de Bibliotecas.....	105
2.3.2.1	Uma Rede de Bibliotecas Escolares.....	105
2.3.2.2	O Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares da Biblioteca Municipal.....	106
2.3.2.3	Plano Nacional de Leitura.....	110
2.3.2.4	Baú das Histórias.....	110
2.3.3	Informatização das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico.....	111
2.3.4	Educação Cultural e Patrimonial.....	112
2.3.5	Projecto Ajudar a Crescer.....	112

2.3.6	Promoção da Saúde.....	113
2.3.7	Associações de Pais e Encarregados de Educação.....	113
2.3.8	Programa “Escola Segura”.....	113
2.3.9	Programa de Apoio à Educação Física e Desporto Escolar.....	113
2.3.9.1	Projecto de Actividades de Enriquecimento Curricular – Actividade Física e Desportiva...	115
2.3.9.2	Projecto “Farensiadas Escolares”.....	115
2.3.9.3	Projecto “Farensiadas de Clubes”.....	115
2.3.9.4	Projecto de sensibilização da população escolar para os desportos náuticos e aquáticos.....	116
2.4	Por um Desenvolvimento Local Mais Sustentável.....	116
2.4.1	Agenda 21 Escolar.....	116
2.4.2	A Educação Ambiental.....	116
2.4.3	Rede de Transportes Escolares.....	117
2.4.4	Educação para a cidadania.....	117
3	Síntese Programática.....	118

<b>V</b>	<b>Monitorização / Avaliação do processo.....</b>	<b>119</b>
<b>1.</b>	<b>Fases do Processo de Monitorização.....</b>	<b>119</b>

## **Anexos**

Anexo I	Equipamentos- PER EB1 e QREN
Anexo II	Plano de Síntese
Anexo III	Equipamentos Educativos do Concelho de Faro
Anexo IV	Plantas de localização
Anexo V	Instalações Desportivas

## Índice de Quadros

Quadro n.º 1	Potencialidades e Fragilidades do Município.....	11
Quadro n.º 2	População Empregada.....	20
Quadro n.º 3	População Agrícola.....	21
Quadro n.º 4	Efectivos Animais.....	22
Quadro n.º 5	Indústria Transformadora em 2000.....	23
Quadro n.º 6	Planos em elaboração.....	25
Quadro n.º 7	Evolução da População.....	29
Quadro n.º 8	Crescimento Demográfico.....	31
Quadro n.º 9	Flutuação populacional.....	31
Quadro n.º 10	População.....	33
Quadro n.º 11	Crescimento Populacional em Faro.....	33
Quadro n.º 12	Composição Etária.....	35
Quadro n.º 13	Variação da Composição Etária 1991 / 2001.....	37
Quadro n.º 14	Evolução da População por Grupos Etários.....	37
Quadro n.º 15	Perspectiva de Evolução da População.....	39
Quadro n.º 16	Evolução da população por Freguesias 2001 – 2011.....	39
Quadro n.º 17	Evolução da frequência no Pré-Escolar.....	41
Quadro n.º 18	Evolução da frequência de alunos no 1.º Ciclo.....	43
Quadro n.º 19	Rede Privada e Cooperativa com Paralelismo Pedagógico.....	45
Quadro n.º 20	Evolução da frequência nos 2 e 3.º Ciclos do Ensino Básico.....	45
Quadro n.º 21	Alunos a frequentar o Ensino Básico Mediatisado.....	46
Quadro n.º 22	Evolução da frequência no Ensino Privado e Cooperativo.....	46
Quadro n.º 23	Evolução da frequência no Ensino Secundário.....	47
Quadro n.º 24	Alunos de outra nacionalidade.....	48
Quadro n.º 25	Evolução da frequência no Ensino Profissional.....	49
Quadro n.º 26	Evolução da frequência no Centro de Formação Profissional de Faro.....	50
Quadro n.º 27	N.º de alunos matriculados nos estabelecimentos da Rede Pública.....	55
Quadro n.º 28	Taxas de Ocupação.....	59
Quadro n.º 29	Oferta de Cursos Gerais e Tecnológicos – 2005/06.....	60
Quadro n.º 30	Alunos e Turmas no ano lectivo de 2005/2006.....	65
Quadro n.º 31	Taxas de Analfabetismo – 1991 / 2001.....	65
Quadro n.º 32	Nível de escolaridade da população residente.....	65
Quadro n.º 33	Aproveitamento Escolar – 1.º Ciclo do Ensino Básico.....	66
Quadro n.º 34	Aproveitamento Escolar – 2,3.º Ciclos do Ensino Básico.....	67
Quadro n.º 35	Sector Privado.....	70
Quadro n.º 36	Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve.....	71
Quadro n.º 37	Sector Público – Cursos de Educação e Formação (CEF).....	72
Quadro n.º 38	Cursos de Educação e Formação de Adultos.....	73
Quadro n.º 39	Alunos Certificados.....	75
Quadro n.º 40	Ano lectivo 2004/05.....	76
Quadro n.º 41	Alunos com apoio da Unidade de Surdos.....	76
Quadro n.º 42	Ano lectivo de 2005/2006.....	78
Quadro n.º 43	Infra-estruturas Básicas 2006/07.....	79
Quadro n.º 44	Recursos Humanos - Ano Lectivo de 2005/2006.....	79
Quadro n.º 45	Espaços Físicos - 1º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública.....	81
Quadro n.º 46	1º Ciclo do Ensino Básico – Ano Lectivo 2006/2007.....	82
Quadro n.º 47	Alunos transportados.....	83
Quadro n.º 48	Rede Pública- Projecção da População Escolar.....	88
Quadro n.º 49	Rede Privada.....	89
Quadro n.º 50	Pontos fortes e Pontos fracos da Rede Educativa.....	92
Quadro n.º 51	Intervenções no Parque Escolar.....	103

Quadro n.º 52	Cronograma de intervenções a efectuar no Parque Escolar.....	104
Quadro n.º 53	Diagnóstico – Ensino Secundário.....	106
Quadro n.º 54	Diagnóstico – 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico.....	107
Quadro n.º 55	Diagnóstico – 1.º Ciclo do Ensino Básico.....	108
Quadro n.º 56	Proposta.....	109
Quadro n.º 57	Estratégias.....	109
Quadro n.º 58	Calendarização 2007.....	111
Quadro n.º 59	Síntese Programática.....	118
Quadro n.º 60	Registo de Avaliação Periódica.....	120

## Índice de Figuras

Figura n.º 1	Rede Viária do Concelho de Faro.....	14
Figura n.º 2	População Empregada por Sector de Actividade.....	20
Figura n.º 3	Exploração Agrícola.....	21
Figura n.º 4	Variação da população por freguesia.....	32
Figura n.º 5	Evolução das taxas de Natalidade e de Mortalidade entre 1981 e 2000.....	33
Figura n.º 6	Distribuição da população por Freguesia.....	34
Figura n.º 7	Grupos Etários.....	36
Figura n.º 8	População Residente.....	37
Figura n.º 9	População Residente.....	37
Figura n.º 10	Perspectivas de Evolução da População.....	38
Figura n.º 11	Parque Escolar da Rede Pública.....	40
Figura n.º 12	Alunos matriculados por idades - ano 2003/04.....	42
Figura n.º 13	Evolução da frequência de alunos no 1.º Ciclo - Rede Pública.....	44
Figura n.º 14	Alunos matriculados por idades - 2003/04.....	44
Figura n.º 15	Alunos matriculados por idades - 2003/04.....	46
Figuras n.º 16	Alunos matriculados por idades.....	47
Figura n.º 17	Alunos matriculados por idades.....	47
Figura n.º 18	Evolução no Ensino Recorrente.....	49
Figura n.º 19	Pré-Escolar - Rede Pública.....	53
Figura n.º 20	Frequência de alunos por freguesia - Rede Pública e Privada e Cooperativa.....	54
Figura n.º 21	10.º ano: procura e oferta.....	60
Figura n.º 22	11.º ano: procura e oferta.....	61
Figura n.º 23	12.º ano: procura e oferta.....	62
Figura n.º 24	Aproveitamento no 1.º Ciclo do Ensino Básico - 2003/04.....	66
Figura n.º 25	Aproveitamento nos 2,3 Ciclos do Ensino Básico – 2003/04.....	67
Figura n.º 26	Ensino Secundário – Aproveitamento no ano lectivo 2002/2003.....	68
Figura n.º 27	Ensino Secundário – Aproveitamento no ano lectivo 2002/2003.....	68
Figura n.º 28	Ensino Secundário – Aproveitamento no ano lectivo 2002/2003.....	68
Figura n.º 29	Ensino Secundário – Aproveitamento no ano lectivo 2002/2003.....	68
Figura n.º 30	Ensino Secundário – Aproveitamento no ano lectivo 2002/2003.....	69
Figura n.º 31	Estabelecimentos de Ensino / n.º de salas – 2006/07.....	80
Figura n.º 32	Fluxos de Transportes Escolares.....	85
Figura n.º 33	Fluxos de Transportes Escolares.....	85
Figura n.º 34	Fluxos de Transportes Escolares.....	86
Figura n.º 35	Fluxos de Transportes Escolares.....	86
Figura n.º 36	Evolução e Previsão de 2003 até 2011 – Rede Pública.....	87
Figura n.º 37	Evolução e Previsão de 2003 até 2011 – Rede Privada.....	87

## Introdução

Os princípios gerais que nortearam este trabalho encontram-se condensados na Lei de Bases do Sistema Educativo<sup>1</sup>, que define as grandes linhas orientadoras do planeamento da rede escolar e num conjunto de diplomas que na sua sequência foram surgindo<sup>2</sup>, bem como nos normativos sobre os novos programas de espaços e na legislação específica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território com incidência na Carta Educativa.

Com a elaboração da Carta Educativa do Concelho de Faro, pretende-se sistematizar a estratégia do Município no campo da Educação e da Formação, entendidas no seu significado mais abrangente, de motor de desenvolvimento verdadeiramente sustentado, de garantia de igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e de criação de riqueza nos diferentes campos da vida em sociedade, desde o económico ao cultural.

No âmbito do Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro, que veio transferir novas atribuições e competências para as autarquias locais, a Carta Educativa é definida como um instrumento fundamental para o ordenamento da rede de ofertas de educação e formação.

“A Carta Educativa<sup>3</sup> é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município”.

A Carta Educativa é um instrumento de trabalho que apresenta uma concepção dinâmica de planeamento através de uma prática sistemática e continuada de análise e de intervenção na realidade escolar, constituindo um instrumento fundamental para implementação de uma política educativa coerente e eficaz.

Como documento estratégico, a Carta Educativa deve reflectir o conjunto de princípios e directrizes fundamentados pela política municipal de educação que, no âmbito do ordenamento da rede educativa, consiste em garantir a qualidade funcional dos espaços educativos assim como uma organização e gestão eficazes dos estabelecimentos de ensino, para responder às necessidades actuais e previsíveis em horizontes temporais sucessivos e nos cenários de desenvolvimento mais prováveis.

Como instrumento de planeamento, a Carta Educativa deve ser contextualizada nos outros instrumentos de planeamento, nomeadamente o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAL), o Plano Municipal de Ordenamento do Território (PMOT) e Plano Director Municipal.

Na elaboração da Carta Educativa do Município de Faro foram seguidas as orientações do Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Lei n.º 46/86.

<sup>2</sup> Decreto-Lei n.º 286/89 - n.º 6/2001 - n.º 7/2001, Decreto-Lei n.º 108/88, Despacho n.º 33/ME/91.

<sup>3</sup> “Carta Educativa – Visão do decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro” in [www.giase.min-edu.pt/CartasEducativas/carta\\_educativa.pdf](http://www.giase.min-edu.pt/CartasEducativas/carta_educativa.pdf)

Assim, este documento está organizado do seguinte modo:

Os “Princípios” onde é feita referência à política educativa do concelho.

A “Análise Geográfica e Socioeconómica” e “Demográfica “do Concelho de Faro e perspectivas de desenvolvimento futuros.

A “Análise do Sistema Educativo”, traçando um quadro da procura do ensino e dos níveis de escolarização, de sucesso/insucesso e de abandono escolar, bem como caracterização do Parque Escolar.

O “Diagnóstico” onde é apresentada a projecção da população escolar, o Zonamento Geográfico e os constrangimentos a ultrapassar.

As “Propostas” onde se apresentam os Objectivos Estratégicos, bem como as Medidas de Intervenção e as Iniciativas de Educação e Sensibilização SócioEducativas. Neste ponto são também referidas as iniciativas a desenvolver no âmbito do Desenvolvimento Sustentável.

O documento termina com a “Monitorização” onde se apresenta a metodologia de actualização, tratamento da informação e avaliação.

Por relação à operacionalização do processo de monitorização importa considerar que na reunião de 10/03/08 do Conselho Municipal de Educação foi deliberada a criação e constituição de um grupo de trabalho para actualização e monitorização da Carta Educativa, tendo sido ainda realizadas duas reuniões de trabalho para análise e discussão do 1.º Relatório de Actualização e Monitorização da Carta Educativa de Faro – ano lectivo 2007/08, o qual foi aprovado na Reunião do Conselho Municipal de Educação de 3/12/08. Da análise do referido documento emergiu a urgência de alterar o presente documento, homologado em 27 de Março de 2007, uma vez que será necessário contemplar a construção de mais um Centro Educativo na zona de Braciais/Patacão, Mar e Guerra devido ao previsível aumento da procura naquela zona, em resultado dos Programas Habitacionais previstos e também pela pressão com que têm deparado os estabelecimentos de ensino existentes. Assim sendo o capítulo das **Propostas** da Carta Educativa sofreu alterações, designadamente nos pontos, **1.2 Assegurar a existência de uma adequada rede de equipamentos escolares até 2012**, **2.1.2.1 – Uma Educação Pré-Escolar para todos**, **2.1.2.2 – 1.º Ciclo do Ensino Básico**, **2.2 – Uma adequada Rede de Equipamentos até 2012**, **3- Síntese Programática**, assim como os **Anexos I e II**. Deste modo e no âmbito das alterações apresentadas foi também apresentado um novo cronograma com datas de previsão de início e fim de obra, dado o facto de o mesmo ter sido alvo de reajustamento em consequência dos atrasos verificados na execução do QREN e da difícil situação financeira da Autarquia, não permitindo avançar com as obras sem garantia de co-financiamento do FEDER.



# I

## Princípios

1. *"Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.*
2. *A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das actividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.*
3. *Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos."*

Declaração Universal dos Direitos do Homem – Art.º 3

O direito à educação e ao ensino consagrados no artigo 73º e 74º da Constituição da República Portuguesa, uma educação promotora do espírito democrático, pluralista e tolerante no sentido de formar cidadãos activos e empenhados no desenvolvimento sustentável da sociedade são prioridades num Estado de Direito Democrático. Nessa mesma linha a Lei de Bases do Sistema Educativo visa uma Escola promotora da formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários.

No âmbito do Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro que veio transferir novas atribuições e competências para as autarquias locais, o Conselho Municipal de Educação assume-se como órgão fulcral no que diz respeito à intervenção institucionalizada da comunidade educativa, e a Carta Educativa como um instrumento fundamental para o ordenamento da rede de ofertas de educação, apresentando as principais medidas a implementar no âmbito de uma política educativa de sucesso.

Através da articulação da política educativa de âmbito local, supramunicipal e regional importa reforçar os recursos necessários à implementação de medidas que promovam o desenvolvimento sustentável.

A Carta Educativa engloba um conjunto de princípios e directrizes fundamentados por uma política municipal de educação que, no âmbito do ordenamento da rede educativa, deverá garantir a qualidade funcional dos espaços educativos assim como uma organização e gestão eficaz dos estabelecimentos de ensino. Nesse sentido, através do diagnóstico da realidade e da oferta de recursos, procurar-se-á garantir a existência de condições propícias ao ensino e à formação, prevenindo quaisquer indícios de isolamento ou situações de exclusão social.

**Carta Educativa** assumida como instrumento dinâmico e estruturante, norteador da política educativa do Concelho deverá garantir:

- Uma Rede Escolar ao serviço de uma Escola de Qualidade.
- Condições de funcionamento que proporcionem as melhores aprendizagens em Escolas Completas, com espaços educativos diversificados, polivalentes e multifuncionais.
- Escolas a Tempo Inteiro, com o desenvolvimento de actividades de enriquecimento cultural.
- Eliminação do regime de desdobramento de horários e funcionamento de todos os estabelecimentos de ensino em regime normal.
- Desenvolvimento de um plano de acção destinado a prevenir/eliminar o absentismo e o abandono escolar.
- Concretização de uma política educativa integrada que dê resposta às assimetrias da rede Escolar, nomeadamente a existência de escolas sobrelotadas nos centros urbanos e de escolas de frequência reduzida em áreas isoladas, através da construção, ampliação e requalificação dos estabelecimentos de ensino, na perspectiva de criação de Centros Educativos integrando a Educação Pré-Escolar.
- Uma oferta de educação e formação adequada às necessidades do mercado de trabalho.
- Implementação da Agenda 21 Escolar nos estabelecimentos de ensino.
- Uma educação extra-escolar promotora da igualdade de oportunidades para aqueles que abandonaram ou não frequentaram o sistema regular de ensino.
- Opções que visem a sustentabilidade das opções e estratégias delineadas.
- A implementação de uma política de Educação pelo Património visando o desenvolvimento sustentado e o conhecimento histórico e patrimonial do concelho.

No quadro que se segue são apresentadas as potencialidades e as fragilidades com que o Município de Faro se depara e que influenciam a realidade educativa no Concelho.

**Quadro n.º 1 – Potencialidades e Fragilidades do Município**

<b>Pontencialidades</b>	<b>Fragilidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Crescente afirmação de Faro como centro académico e de investigação.</li> <li>▪ Localização costeira privilegiada, propiciadora da convivência com a Ria Formosa.</li> <li>▪ Concentração de entidades públicas e privadas.</li> <li>▪ Crescente investimento no ensino profissional e na formação contínua.</li> <li>▪ Crescente investimento em equipamentos culturais e educativos.</li> <li>▪ Mobilização e articulação das entidades públicas e privadas na implementação de projectos e acções educativas não formais.</li> <li>▪ Dinamização cultural adequada às diferentes faixas etárias.</li> <li>▪ Existência de um Centro Histórico potenciador de um desenvolvimento sustentado, que visa a preservação da Identidade e a construção de uma plena cidadania através da fruição e educação patrimoniais.</li> <li>▪ A preservação e a valorização do Centro Histórico permite o desenvolvimento do Turismo Cultural e o consequente aumento da auto-estima dos cidadãos.</li> <li>▪ Zonas balneares e património ambiental de qualidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Inexistência de algumas licenciaturas na área da Saúde, nomeadamente Medicina.</li> <li>▪ Necessidade de maior investimento na preservação e na educação ambiental.</li> <li>▪ Fraca articulação com as empresas locais na promoção do desenvolvimento sustentável.</li> <li>▪ Necessidade de maior intervenção em comunidades mais isoladas nomeadamente na educação de adultos e na educação para a cidadania.</li> <li>▪ Escolas da zona rural com baixa frequência escolar.</li> <li>▪ Escolas da área urbana com problemas de sobrelotação e com horários duplos.</li> <li>▪ Débil articulação da universidade com o tecido social, cultural e económico.</li> </ul>

## II

# Análise

### 1. Análise Geográfica e Socioeconómica

Faro, capital do Algarve está situada no litoral, junto ao Parque Natural da Ria Formosa que ocupa o sotavento algarvio sob a forma de uma extensa área lagunar delimitada pela península do Ancão e a Manta Rota. Paralelamente à linha de costa que se situa a sul da cidade de Faro encontra-se uma barreira de ilhas estreitas e arenosas: Culatra, Farol e Barreta.

A cidade de Faro é sensivelmente plana e assenta em terrenos de aluvião e grés argiloso, um dique natural serve de protecção à Ria Formosa, onde se cria uma grande diversidade de bivalves.

A zona do barrocal, demarcada a norte pela Serra de São Brás é fértil e tem um microclima favorável, propiciando à agricultura.

As características dos terrenos em que assenta a actual cidade de Faro era muito diferente nos tempos da sua fundação, uma vez que o nível médio das águas do mar se encontrava a dois a três metros acima do actual, originando uma linha de costa muito recortada e inundável.

Faro, primitivamente denominada Ossónoba, terá surgido por volta do século VIII a .C., durante a colonização fenícia do mediterrâneo Ocidental. Era caracterizada por ter um carácter de entreposto comercial, integrado num vasto sistema mercantilista, baseado na troca de produtos agrícolas, pescado e minérios, situação que se manteve nos períodos grego e cartaginez. O nome Ossónoba terá a sua origem no fenício «*Osson Êbá*» que significa armazém num sapal.

Após a invasão árabe Ossónoba continua a ser uma das localidades mais importantes do sudoeste peninsular. Nos finais do século IX e aquando da revolta dos Melides a cidade de Ossónoba foi fortificada e passa a ser chamada de Santa Maria e mais tarde Santa Maria de Hárune. Em 1249 é integrada no território português e em 1266 D.Afonso III concede-lhe o primeiro foral.

Em virtude da expansão marítima e valorização geo-política do Algarve a vila de Faro foi escolhida como sede episcopal e a 7 de Setembro de 1540 é elevada a cidade por D. João III.

O Centro Histórico da cidade de Faro corresponde à zona interior delimitada pela Cerca Moura que foi erigida no séc VIII como protecção e defesa. A zona que actualmente corresponde ao Centro Histórico divide-se em três núcleos, designadamente a Vila Adentro, a Mouraria e a Ribeira.

## 1.1. Caracterização do Território

Para a caracterização do território concelhio foram analisados os seguintes documentos:

- Estudos de caracterização e restantes documentos que resultaram da revisão do actual Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAL);
- Relatório preliminar de caracterização e diagnóstico – revisão do PROTAL;
- Plano Estratégico de Faro;
- Plano Director Municipal (PDM) de Faro;
- Indicadores de Sustentabilidade do Concelho de Faro (Centro de Investigação de Desenvolvimento e Economia Regional);
- Estudo de definição do Plano Estratégico da Zona Industrial de Faro.

### 1.1.1. Enquadramento administrativo e geográfico

O concelho de Faro encontra-se integrado no NUT II e NUT III que são coincidentes e representam a região do Algarve, e na sub – região do Sotavento algarvio. Administrativamente Faro é capital de distrito e possui fronteiras com os municípios de Loulé, S. Brás de Alportel e Olhão.

O concelho de Faro subdivide-se nas seguintes freguesias: S. Pedro, Sé, Conceição, S. Bárbara de Nexe, Estoi e Montenegro.

A nível geográfico o concelho de Faro localiza-se em duas sub – unidades morfotipológicas, que se distinguem pelas suas características, nomeadamente, mais a Norte do concelho o *Barrocal* que corresponde a uma zona de declives pronunciados e mais a sul o *Litoral*, com características intermédias de planície, que por sua vez se subdivide em: *Campina*, cuja principal característica prende-se com a excelente qualidade dos solos que lhe tem determinado uma prática agrícola; *Zona Lagunar – Ria Formosa*, que corresponde às zonas húmidas e a zona dos *Caliços*, situada a nascente do concelho caracterizada pelas suas elevações suaves que se estendem até Olhão.

De acordo com os estudos de caracterização do PROTAL, que resultaram do processo de revisão a “ (...) cidade de Faro e Montenegro (...) constituem o principal centro urbano da região, não só a nível administrativo, mas também a nível dos equipamentos e infra-estruturas, nos quais se inclui a Universidade do Algarve, o Aeroporto Internacional do Algarve, o Porto de Faro, o Hospital Distrital, o Mercado Abastecedor da Região de Faro e, numa localização mais afastada, o Parque das Cidades.”<sup>4</sup>

---

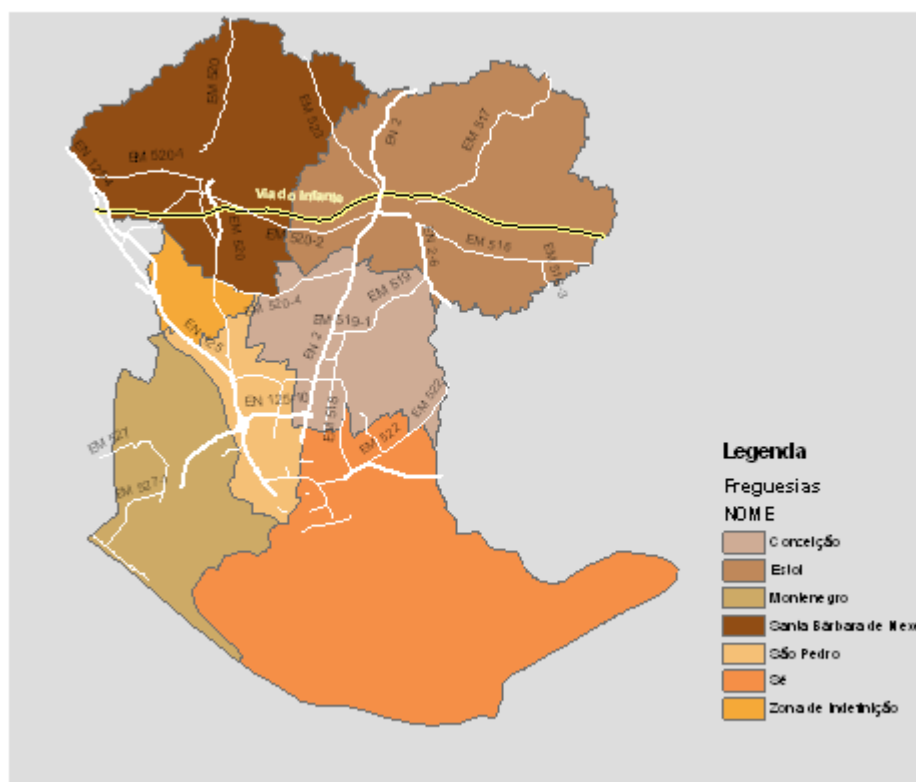
<sup>4</sup> Volume I – PROTAL – Revisão, página 77  
Carta Educativa – Faro

### 1.1.2. Acessibilidades regionais e outras

**A acessibilidade ao concelho de Faro é garantida através dos seguintes sistemas: rodoviário, ferroviário, aéreo (Aeroporto de Faro) e marítimo (Porto Comercial).**

A nível rodoviário o concelho é servido por algumas das principais vias da região, nomeadamente a E.R. 125 e a Via do Infante (VLA), tanto no nível regional como nacional, possui uma franca acessibilidade, acrescido ainda da ligação aos centros urbanos do sul de Espanha nomeadamente Sevilha e Huelva, através da ligação da VLA à auto – via.

**Figura n.º 1 – Rede Viária do Concelho de Faro**



Se a nível regional, nacional e mesmo internacional as ligações são as adequadas, a nível concelhio continuam a subsistir alguns estrangulamentos como é o caso da ligação Faro – Olhão que aguarda a conclusão da 2.ª Fase da variante a Faro, mas para a qual já foi elaborado o Estudo de Impacte Ambiental e a ligação à Via do Infante pela E.N. 2., para a qual já foi elaborado igualmente um Estudo de Impacte Ambiental e actualmente o respectivo projecto de execução.

Relativamente à rede de transportes verifica-se que quer relativamente ao transporte de passageiros como de mercadorias o transporte por via rodoviária tem sido preferencial ao nível das deslocações regionais e locais, contudo o transporte ferroviário de passageiros, após a modernização da via e introdução do Alfa Pendular, tem vindo gradualmente a marcar posição ao nível das deslocações nacionais.

O transporte de passageiros por via aérea proporciona uma excelente acessibilidade externa à região, “A área de influência do Aeroporto de Faro começou, recentemente, a ultrapassar a região do Algarve e estende-se já às áreas vizinhas da Andaluzia (...).”<sup>5</sup>

O transporte marítimo é realizado através do Porto Comercial encontra-se apenas interligado com o transporte de mercadorias, apesar da sua utilização ser muito insípida, sobretudo devido às dificuldades associadas à sua localização, quer ao nível das exigências afectas à utilização dos canais de acesso dentro da Ria Formosa, quer seja pelas acessibilidades rodoviárias a jusante assim como ferroviárias, este meio de transporte tem vindo a perder importância relativamente ao rodoviário e ferroviário.

“Dentro da região as condições de acessibilidade são deficientes e o nível de serviço prestado pelos transportes públicos é baixo e desadequado às necessidades de desenvolvimento da região.”<sup>6</sup>

### 1.1.3. Desenvolvimento urbano

Entender-se-á como desenvolvimento urbano, o que se encontra associado ao crescimento das áreas urbanas do concelho, e em conformidade com as normas em vigor entende-se por área urbana os espaços inscritos em perímetros urbanos definidos pelo PDM Faro<sup>7</sup>, que por sua vez integram espaços urbanos e espaços urbanizáveis.

As áreas urbanas existentes no concelho de Faro são: Faro, Montenegro/ Gambelas, Patação, Conceição, Estoi, Bordeira, St.<sup>a</sup> Bárbara de Nexe, onde se aplicam as seguintes categorias de espaços definidos e identificados como tal no PDM Faro<sup>8</sup>:

- Espaços Urbanos Estruturantes;
- Espaços Urbanos Históricos;
- Espaços Urbanos Não estruturante;
- Espaços Urbanizáveis de Expansão (I- A, I- B, II);
- Espaços Urbanizáveis para Fins Específicos (urbanizável para fins industriais, urbanizável para fins comerciais/industriais).

Teoricamente existem factores que tornam as áreas urbanas mais apelativas e consequentemente determinam as dinâmicas e tendências de localização no concelho, tais como: factor litoral aliado ao clima; existência de infra-estruturas de acessibilidade e saneamento; existência de equipamentos de apoio social e lúdico; existência de espaços públicos e estrutura verde urbana qualificada; solo urbano que permita a construção; e a segurança do cidadão no espaço.

Relativamente ao concelho de Faro verifica-se que este possui algumas características que poderiam prever fortes dinâmicas de crescimento das áreas urbanas: localiza-se no litoral, possui boas acessibilidades, além da habitação existe apetência para outros usos sobretudo os serviços, e apesar da área cedida para espaços públicos e equipamentos ainda ser insuficiente é um concelho que se demarca pela positiva ao nível do Algarve; contudo as dinâmicas encontram-se entre a média dos restantes concelhos do Algarve.

<sup>5</sup> Câmara Municipal de Faro (1996) – *Plano Estratégico de Faro*, página 32

<sup>6</sup> Risco (1995) – *Relatório do PDM de Faro*, página 13

<sup>7</sup> Os Espaços Lagunares Edificados não foram considerados devido às suas características muito específicas.

<sup>8</sup> Não foram considerados os Espaços Urbanizáveis de Edificação Dispersa a Reestruturar devido à pouca informação existente acerca destes.



Um dos elementos quantitativos de análise do crescimento das áreas urbanas, corresponde aos loteamentos emitidos e pretensões, segundo o PROT Algarve, Faro encontra-se a meio da tabela dos loteamentos aprovados<sup>9</sup>, mas é o terceiro concelho com maior percentagem de pretensões<sup>10</sup>.

Ainda segundo o PROT Algarve os alvarás de loteamentos emitidos entre 1991-2001 situam-se mais de 80% totalmente inseridos nas Zonas de Ocupação Urbanística (Z.O.U.), o que permite concluir que **as maiores dinâmicas e tendências de localização do concelho verificam -se no solo urbano/ possível de urbanizar.**

Ao nível das Z.O.U., a cidade de Faro e as áreas urbanas próximas desta, são aquelas que tem apresentado maiores índices de crescimento, dinâmica que se encontra articulada com a aplicação dos principais indicadores urbanísticos do PDM, ou seja, o Coeficiente de Ocupação do Solo (COS) e a Densidade Populacional (DP), que são superiores nestas áreas, de acordo com o PROT Algarve<sup>11</sup> verifica-se que:

- Maioria dos Alvarás de loteamento possui índices de COS e DP inferiores aos definidos pelo PDM;
- Alguns alvarás possuem DP superiores e COS inferiores ao PDM.

De uma forma geral, relativamente às características destas Z.O.U. verifica-se que em ambas predomina a habitação, mas diferem nas tipologias, o que se encontra relacionado da mesma forma com os indicadores urbanísticos de ocupação do solo permitidos. Assim, em Faro predominam os edifícios plurifamiliares e nas restantes áreas predomina a moradia. Nestas últimas tendem a desenvolver-se espaços dormitório com fracas dinâmicas territoriais e com insuficiências ao nível de equipamentos e espaços públicos. Nas zonas consolidadas das Z.O.U. verifica-se sobretudo uma substituição dos edifícios existentes, por edifícios plurifamiliares com comércio/serviços no primeiro piso e nos restantes habitação.

Ao nível do solo rural, nomeadamente os espaços rurais as áreas com maiores dinâmicas e tendências de localização são aquelas que se situam ao longo dos principais eixos viários (E.R. 125 e E.N. 2), verificando uma ocupação linear cujo crescimento deve-se em parte ao tipo de uso do edificado nomeadamente comércio/serviços. Esta ocupação linear ocorreu anteriormente à ratificação do PDM Faro é tipologicamente assenta em edifícios de dois pisos unifamiliares com comércio ao nível do primeiro piso e habitação no segundo. O PROT Algarve e o PDM Faro vieram impor regras de ocupação e contrariar esta tendência, verificando-se contudo o aumento de solos expectantes.

<sup>9</sup> Direcção Regional Ambiente e Ordenamento do Território (2002) - *Relatório Preliminar de Caracterização e Diagnóstico* - Revisão PROTAL, gráfico n.º 29 – Alvarás de loteamento por concelho

<sup>10</sup> Idem, gráfico n.º 51 – Percentagem de Pretensões, relativamente ao número de alvarás de loteamento emitidos de 1991 a 2001, por concelho

<sup>11</sup> Direcção Regional Ambiente e Ordenamento do Território (2002) – *Relatório Preliminar de Caracterização e Diagnóstico* – Revisão PROTAL, gráfico 40 – COS e DP dos Alvarás emitidos, por concelho



Os espaços urbanizáveis do concelho de Faro têm tido o seguinte desenvolvimento:

- A **cidade de Faro e a zona de Montenegro/Gambelas** que coincidem com os Espaços Urbanizáveis de Expansão I, A e B (contíguo ao Sistema Urbano de Faro), apresentam o maior número de pedidos de loteamento aprovados e em apreciação relativamente à totalidade das áreas de expansão;
- Dos **aglomerados rurais, Estoi e St.<sup>a</sup> Bárbara Nexe** que se encontram classificadas no PDM como Espaço Urbanizável de Expansão II (associados a Espaços Urbanos Estruturantes dos aglomerados de Estoi, St.<sup>a</sup> Bárbara, Conceição, Patação e Bordeira), são aqueles que apresentam maior capacidade de atracção de investimentos.
- Os Espaços Urbanizáveis para fins industriais (área industrial do Bom João, área industrial Arneiro/Vale da Venda e Pólo tecnológico) apresentam-se praticamente estagnados, tem mantido as suas características desde a entrada em vigor do PDM.
- Os Espaços Urbanizáveis para fins comerciais/industriais (Guilhim, Torre Natal e Pontes Marchil) têm tido grande procura verificando-se o seu preenchimento na totalidade da área de Torre Natal, sendo que as restantes estão ainda aquém do seu total preenchimento.

Verifica-se assim, que o grau de desenvolvimento das áreas de expansão está relacionado com os indicadores urbanísticos, ou seja, existe maior crescimento nas áreas cujo PDM Faro permite um maior Coeficiente de Ocupação do Solo e Densidade Populacional. Verifica-se ainda que as categorias de espaços que se encontram inscritas nos perímetros urbanos e mais próximas da cidade de Faro possuem maiores dinâmicas de desenvolvimento.

Das áreas de expansão, Montenegro/Gambelas possuem uma dinâmica própria e segundo o relatório de caracterização do Plano de Urbanização Montenegro/Gambelas<sup>12</sup>:

- “ (...) a tendência da evolução dinâmica de construção recai sobre o uso habitacional e, principalmente sobre tipologias unifamiliares”;
- “ (...) assumindo o papel como área de primeira residência de Faro, mas com forte dependência de toda a estrutura funcional da cidade de Faro”;
- “ (...) pode concluir-se que estamos perante uma estrutura e dinâmica urbana na sua globalidade desequilibrada em termos funcionais.”

No caso de Gambelas, a sua dinâmica encontra-se relacionada com a Universidade do Algarve e com as necessidades da população estudantil.

#### 1.1.4. Especificidades do povoamento

De acordo com a actual análise dos documentos que compõem a revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) do Algarve:

*“ O povoamento e desenvolvimento económico da região, são relativamente assimétricos, concentrando o litoral sul -entendido como a faixa litoral, entre Lagos e Vila Real de S. António, acrescida do Barrocal – a grande maioria da população permanente, do emprego, da geração de riqueza e das oportunidades de desenvolvimento. A rede urbana tem evoluído para um sistema cada vez mais polinucleado e policêntrico, envolto por espaços de povoamento disperso e extensivo ao longo desse litoral.”<sup>13</sup>*

<sup>12</sup> Plural (2000) – Plano de Urbanização de Montenegro/Gambelas

<sup>13</sup> Volume I – PROTAL – Revisão, página 8

As especificidades do povoamento do Algarve foram referidas e exemplificadas no Volume II do PROTAL, ao nível dos Estudos de Caracterização, nomeadamente o Anexo D) Padrões de Ocupação e Ocupação Edificada no Espaço Rural.

Da análise ao anexo acima referido e da transposição e aplicação das subclasses identificadas pertencentes à classe das Áreas Edificadas, verifica-se que o povoamento no concelho de Faro não é uniforme, apesar de como veremos mais adiante se encontrar relacionado sobretudo com as actividades económicas existentes, desta forma verifica-se que no concelho de Faro se aplicam as seguintes tipologias de ocupação:

- Área Urbana compacta: Cidade de Faro;
- Áreas urbanas fragmentadas: Montenegro e Gambelas;
- Áreas edificadas dispersas, freguesia de S. Bárbara de Nexe;
- Núcleos em espaço rural: Conceição entre outros;
- Espaços vazios sem construção.

Da mesma forma o PDM de Faro faz referência nos seus estudos à questão do povoamento disperso, como tradicional no concelho, e que a “*A questão da dispersão – concentração do povoamento é, em parte, uma questão social, cultural e económica, quando ligada à actividade agrícola e à estrutura da propriedade.*”<sup>14</sup>. Este plano refere inclusive como objectivo – *Ordenar o Povoamento do Concelho*, ou seja, a necessidade de contrariar esta mesma tendência, que foi materializado à posteriori através de propostas de reforço da aglomeração, e a contenção da construção nas áreas agrícolas.

**De certa forma a disposição do povoamento no concelho de Faro encontra-se intimamente interligado com o tipo de ocupação que se encontra no Algarve, ou seja povoamento maioritariamente disperso e concentrado sobretudo no litoral do território.**

Apesar das orientações, tanto ao nível do PROTAL de 1991 actualmente em vigor, como as orientações do PDM de Faro, o povoamento concelhio nas áreas rurais, e maioritariamente no *Barrocal* encontra-se interligado com a actividade agrícola e continua a ser maioritariamente disperso. Esta tendência encontra-se relacionada acima de tudo com questões culturais para as quais tem contribuído em parte a ausência de solo urbanizado, e à incapacidade dos núcleos existentes se redefinirem e adquirem uma maior urbanidade.

Se no *Barrocal* o povoamento é maioritariamente disperso, e interligado com aglomerados urbanos, na faixa litoral verifica-se uma maior diversidade de tipos, nomeadamente:

Na *Campina* o povoamento apresenta-se sobretudo linear ao longo das infra-estruturas viárias (exemplo ao longo da E.R. 125 e a E.N. 125), este tipo de povoamento tende a formar cordões e encontra-se interligado sobretudo com a actividade agrícola intensiva e outras actividades económicas.

---

<sup>14</sup> Risco (1995) -Relatório do PDM de Faro, página 11  
Carta Educativa – Faro

- Na *Ria Formosa* o povoamento começou por se encontrar relacionado com as residências dos pescadores ou a apoios de pesca, nos últimos anos o povoamento das ilhas existentes, foi motivado apenas por razões turísticas, contudo está previsto a demolição de muitas destas construções em sede da aplicação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura – Vila Real de S. António aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 103/2005 de 05/06.
- Nos *Calijos* o povoamento encontra-se relacionado com o crescimento da cidade de Faro e o povoamento é maioritariamente disperso.

Verifica-se ainda relativamente ao povoamento e na prossecução do referido no PDM de Faro<sup>15</sup> que a capacidade de atracção que a cidade de Faro tem vindo a exercer e a imprimir não só no concelho mas sobretudo a nível regional e sub – regional, tem vindo a contribuir para uma crescente ocupação das suas áreas limítrofes. Estes novos espaços encontram-se maioritariamente relacionados com o uso habitacional e de serviços, e o seu crescimento tem sido realizado através de loteamentos, o que pelas suas características tem permitido a existência de dois tipos de ocupação, a dispersa e interligada com vias existentes e a existência de bolsas isoladas.

*“Na sede de concelho reside, aproximadamente, 63% da população. Faro é a única cidade e localidade do concelho com mais de 5 000 habitantes.”*<sup>16</sup>

*“Em termos económicos e de povoamento, nem sempre o litoral se sobrepôs ao barrocal. As transformações que ocorreram traduziram – se claramente na evolução das populações residentes nas freguesias rurais e urbanas.”*

#### **1.1.5. Mobilidade e movimentos intra – concelhios**

O concelho de Faro segue a tendência da região ao nível do aumento da mobilidade nomeadamente a mobilidade inter - concelhia, verificando-se que entre 1981 e 1991, o concelho de Faro teve um acréscimo significativo, sendo de destacar os movimentos relacionados com o eixo Loulé – Faro – Olhão.<sup>17</sup>

Esta mobilidade encontra-se associada à dependência de emprego exterior ao concelho, e verifica-se que em relação à região do Algarve *“Faro foi em termos percentuais, o que mais viu aumentar a dependência do emprego exterior ao concelho: na década de 80, atingiu um valor de 84% e passando de 5,6%, em 1981 para 10% em 1991, o peso das deslocações feitas pela população para fora do concelho.”*<sup>18</sup>

Esta tendência é mais significativa no eixo Faro – Olhão – Loulé, onde as deslocações em valor absoluto são as mais importantes da região (8,561 em 1991 representando 37 % do total da região).

<sup>15</sup> Risco (1995) – *Relatório do PDM de Faro*, página 41

<sup>16</sup> Globalgarve (2000) – *Estudo de definição do Plano Estratégico da Zona Industrial de Faro*, página 2

<sup>17</sup> Câmara Municipal de Faro (1996) – *Plano Estratégico de Faro*, página 16

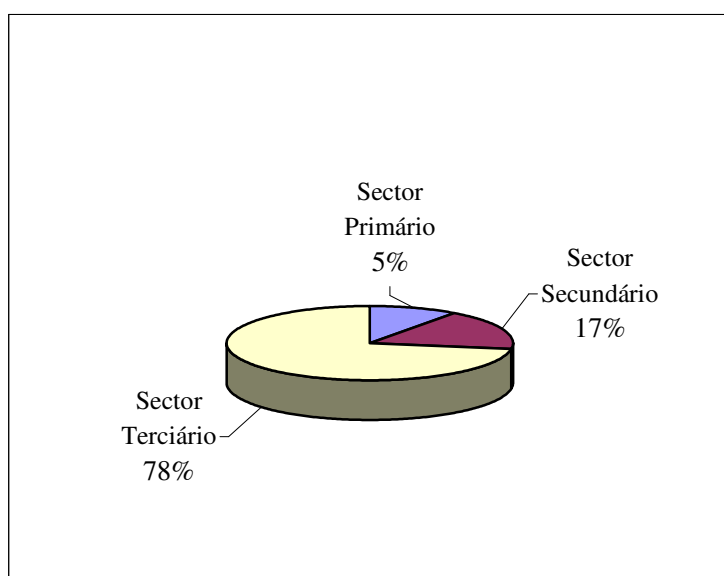
<sup>18</sup> Câmara Municipal de Faro (1996) – *Plano Estratégico de Faro*

De acordo com o actual documento do PROT Algarve, as deslocações são maioritariamente realizadas por automóvel, quer ao nível das viagens pendulares regionais inter – concelhias como intra - concelhias, sendo que nas movimentações de /para outros concelhos a utilização do transporte automóvel é ainda mais significativo<sup>19</sup>.

## 1.2. Sectores de actividade

O Concelho de Faro tem tido o seu desenvolvimento sustentado em torno de actividades associadas ao Sector Terciário e à sua afirmação como capital regional. Funções terciárias, vocacionalmente associadas à sua capitalidade administrativa e a uma estrutura de agrupamentos colectivos e de funções centrais.

**Figura n.º 2 -População empregada por Sector de Actividade**



**Quadro n.º 2 – População empregada**

Total de População empregada	28.158
Sector Primário	1.433
Sector Secundário	4.906
Sector Terciário	21.819
Taxa de Actividade (%)	51,4
Taxa de Desemprego (%)	5,6

Fonte: Censos de 2001

### 1.2.1. Sector Primário

#### Agricultura

Um sector dinâmico, competitivo e especializado na produção intensiva de produtos hortícolas e hortofrutícolas, em regime de forçagem e semi-forçagem, sobretudo no sul do Concelho - zona da Campina - onde, existe forte pressão urbanística. Paralelamente a esta realidade, existe uma agricultura de subsistência, com culturas de cereais, leguminosas, batata, olival, frutos secos e prados temporários e com culturas forrageiras, que ocupa 2179 ha da superfície agrícola utilizável.

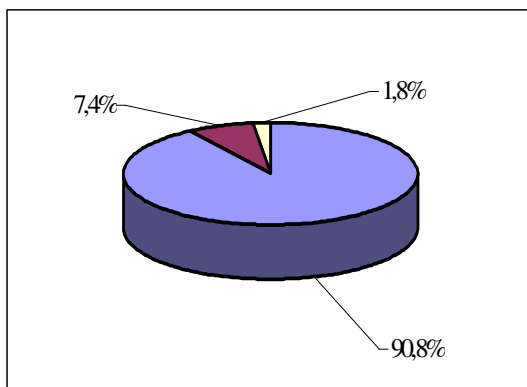
De acordo com o recenseamento geral da Agricultura datado de 1999, a área do Concelho de Faro ocupada por culturas hortícolas representa 47% do total da Superfície Agrícola Útil (SAU), o que traduz o valor económico do sector, sendo uma apreciável percentagem da SAU ocupada por estufas (8,5%). A área regada aponta também para um elevado grau de intensificação agrícola: mais de 50% da área do concelho é ocupada “com culturas de regadio”.

<sup>19</sup> Volume II, PROTAL- Revisão, Anexo G, página 11 e 12  
Carta Educativa – Faro

A zona do Barrocal apresenta ainda uma ampla margem para a intensificação da agricultura. O quase abandono do pomar tradicional de sequeiro (alfarrobeira, amendoeira, oliveira e figueira) a que se assistiu no passado tem raízes profundas, o que será reversível se houver apoios à reconversão dos pomares. É pouco admissível uma recuperação da oliveira (incapaz de concorrer com outras zonas) e da figueira, que só interessará se orientada para o consumo em fresco. A alfarrobeira e a amendoeira mantêm ainda bastantes potencialidades.

Uma das causas da degradação do pomar de sequeiro é o abandono do sob-coberto (fava e ervilha) dado que estas culturas asseguravam a limpeza, adubação e movimentação das terras, não se prevendo o seu regresso. Por outro lado, é provável que um eventual emparcelamento da propriedade, aliado a um reordenamento físico e varietal, dê origem a pomares bem dimensionados, com boa produtividade do trabalho e da terra, que permitam rendimentos económicos compensadores.

**Figura n.º3 – Exploração Agrícola**



**Quadro n.º 3 População Agrícola**

População agrícola	4097
Número de Explorações	1554
Superfície Agrícola Utilizável - SAU (ha)	4987
SAU – Por conta própria	4526
SAU – Arrendamento	370
SAU – Outras formas	91
SAU por Exploração	3,2
Nº Médio de Blocos c/ SAU p/ Exploração	3,4

Fonte: DRAALG

## Produção Florestal

O Concelho possui 375 ha de superfície de matos e florestas o que traduz o pouco significado da produção florestal.

## Pecuária

A Produção Pecuária no Concelho de Faro é reduzida, sendo maioritariamente para auto-consumo.

**Quadro n.º 4 - Effectivos Animais**

Bovinos	<b>164</b>	Equídeos	<b>40</b>
Ovinos	<b>4030</b>	Coelhos	<b>779</b>
Caprinos	<b>797</b>	Aves	<b>10740</b>
Suínos	<b>8131</b>	Frangos de Carne	<b>3210</b>

Fonte: Dados INE, 1999

## **Pesca**

Neste sector de actividade destaca-se a pesca artesanal, que representa mais de 90% do total da pesca praticada (cerca de 37,5% dos pescadores inscritos utilizam a arte de aparelhos de anzol e 26% redes de tresmalho).

Em Dezembro de 2002 o número de pescadores inscritos na Capitania do Porto de Faro era de 153. Os novos pescadores pertencem a uma faixa etária dos 25 aos 39 anos. A frota de pesca registada em 2002 era de 249 embarcações, predominando as embarcações de pesca local, havendo ainda a considerar 48 embarcações de mariscagem.

A maioria dos pescadores, vive na Ilha da Culatra e opta por descarregar o seu peixe no porto de Olhão. A pesca descarregada no porto de Faro representa menos de 1% da tonelagem total descarregada no Algarve. O seu valor económico é muito reduzido no total regional.

Os principais problemas que afectam o sector piscatório são estruturais, idênticos aos de toda a região algarvia e levam a uma diminuição da rentabilidade do sector, não atraindo por isso novos investimentos: dimensão reduzida da frota e envelhecimento da mesma; desaparecimento de algumas espécies marinhas; falta de infra-estruturas de apoio nos pequenos portos; tecnologias absoletas; carência de formação profissional adequada; tecido empresarial fraco; incapacidade financeira.

Os viveiros de amêijoa são uma riqueza da Ria Formosa, contando-se no Concelho de Faro 272 licenças para viveiristas.

### **1.2.2. Sector Secundário**

#### **Indústria**

O Concelho de Faro oferece vantagens a nível de acessibilidades, de serviços de apoio, dispondo ainda de logística instalada. Sendo necessária a implementação de uma zona industrial (prevista no PDM) com as devidas infra-estruturas e na qual os custos dos terrenos não sofram pressões significativas.

Embora Faro possua um tecido industrial diversificado, com alguma relevância para as indústrias de madeira, químicos e plásticos, as potencialidades do Concelho relacionadas com o sector industrial estão no desenvolvimento de um sector de ponta, apoiado em serviços avançados proporcionados pela Universidade do Algarve e pelo sector terciário superior da cidade, o qual se poderá articular através da implementação de um Pólo de Ciência e Tecnologia.

**Quadro n.º 5- Indústria Transformadora em 2000**

	<b>Sociedades</b>	<b>Pessoas ao Serviço</b>	<b>Volume de Negócios (10<sup>3</sup> €)</b>
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	19	222	10 703
Indústria têxtil	3	---	---
Indústria do couro e dos produtos do couro	1	---	---
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	10	241	4 007
Ind. de pasta, de papel e cartão; edição e impressão	15	88	1 812
Fabricação de produtos químicos	4	6	187
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	5	59	1 973
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	11	109	4 734
Indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos	13	52	1 744
Fabricação de máquinas e de equipamento	11	93	3 577
Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica	5	36	1 140
Fabricação de material de transporte	5	57	2 081
Indústrias transformadoras	6	19	647
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>984</b>	<b>32 642</b>

Fonte: Censos 2001

### **1.2.3. Sector Terciário**

#### **Comércio e Serviços**

A actividade económica no concelho é essencialmente marcada pelo sector terciário de apoio às actividades económicas e às múltiplas entidades desconcentradas da Administração Central. É esta vertente que confere maior visibilidade e estatuto à cidade e ao concelho de Faro.

A capitalidade de Faro revela-se com grande intensidade no domínio da oferta de bens e serviços, públicos e privados. Ilustrativo dessa importância é o facto de cerca de um quarto do volume de negócios gerado nestes sub-sectores no Algarve ter origem no Concelho de Faro.

Actualmente, mais importante que concentrar actividades em Faro interessa ordenar correctamente a sua distribuição, privilegiando as inter-relações com o espaço regional e a afirmação gradual de vocações e especificidades.

#### **Turismo**

Com o aumento de oferta nos segmentos de turismo cultural, com a valorização dos aspectos específicos da história da cidade, do Centro Histórico e das zonas tradicionais que se encontram em fase final de reestruturação e requalificação o Concelho de Faro reúne condições para criar uma oferta diversificada aos seus turistas.

Os espaços públicos e de ar livre para actividades culturais, desportivas e de recreio, a vertente gastronómica e o Turismo da Ria ligado à náutica e pesca desportiva, e em geral ao Parque Natural da Ria Formosa são outros pontos fortes do Concelho que poderão ser aproveitados.

### **1.3. Enquadramento nos Instrumentos de Gestão Territorial**

#### **1.3.1. Identificação**

Apesar de existir um conjunto mais alargado de instrumentos de gestão territorial com incidência no território concelhio de Faro, ao nível dos vários âmbitos do sistema de gestão territorial, considera-se que face às suas características, sua articulação e implicações no Sistema Educativo do concelho de Faro, serão apenas analisados os planos pertencentes ao nível regional, ou seja, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAL) e o nível municipal ou seja, os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT's).



No concelho de Faro e no âmbito municipal são vinculativos das entidades públicas e dos particulares os seguintes planos:

- Plano Director Municipal de Faro (PDM Faro), ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 174/95 de 19 Dezembro, e alterado pela Declaração n.º 203/98 de 8 de Junho e Resolução de Ministros n.º 38/05 de 28 de Fevereiro, encontrando-se a decorrer uma alteração em regime simplificado cujo principal propósito é a correcção de incongruências detectadas.
- Plano de Pormenor da Horta dos Pardais, aprovado pela Declaração n.º 230/2002 publicada no Diário da Republica 2.ª Série de 25/07/2002.
- Plano de Pormenor do Parque das Cidades (PPPC), ratificado pela da RCM n.º 64-A /2001 de 31 de Maio. Encontra-se em processo de alteração face ao despacho do Ministro da Saúde datado de 23/08/2002 e do Acordo Estratégico de Colaboração datado de 12/03/2003, para lançamento do Novo Hospital Central do Algarve, Laboratório de Saúde Pública e do Centro Regional de Saúde Pública.
- Plano de Pormenor do Largo de S. Luís (PPLSL), ratificado por RCM n.º 134/2005, publicado no Diário da República n.º 157 1.ª Série B de 17/08/2005.

O concelho dispõe ainda de um conjunto de planos em elaboração, nomeadamente:

**Quadro n.º 6 – Planos em elaboração**

<b>Identificação dos Planos</b>	<b>Data de deliberação que determinou a elaboração do plano</b>	<b>Aprovações por reunião de câmara</b>
Plano de Urbanização de Montenegro Gambelas	09/03/1999	Foram aprovados os estudos de caracterização
Plano Pormenor de Estoi	05/03/1996	Foi aprovada a proposta de plano
Plano Pormenor Conceição de Faro	02/03/1999	Foi aprovada a proposta do plano
Plano Pormenor de S. Bárbara de Nexe	23/03/1999	Foram aprovados os estudos de caracterização
Plano Pormenor Sítio da Má Vontade Pontes Marchil	23/08/2000	Foi aprovada a proposta do plano

### 1.3.2. PROTAL

O PROTAL que se encontra vigente foi aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 11/91, de 21 de Março, e encontra-se actualmente a ser revisto ao abrigo da Resolução de Conselho de Ministros n.º 126/2001, de 14 de Agosto.

O PROTAL de 1991, procedeu ao zonamento da região do Algarve, não referindo em específico nenhuma zona de equipamentos, assim como não foi realizada qualquer referência à Educação, da análise realizada constata-se que a única implicação que este plano poderia ter ao nível do Sistema Educativo, prender-se-ia com a “*hierarquia dos centros urbanos*”<sup>20</sup>, mas as propostas da rede urbana encontram-se integradas no PDM de Faro, ou seja, desta forma entende-se que o PROTAL de 1991 não tem disposições que vinculem a Carta Educativa.

<sup>20</sup> Artigo 30.º do Regulamento do PROTAL de 1991  
Carta Educativa – Faro

Relativamente à revisão do PROTAL, está a ser elaborada de acordo com a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei 48/98, de 11 de Agosto), e do Regime de Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto - Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro alterado pelo Decreto - Lei n.º 310/03, de 10 de Dezembro), além de outros instrumentos de natureza normativa e encontra-se na fase de concertação.

Do actual processo de revisão foram elaborados os seguintes documentos:

- Volume I que constitui o documento fundamental;
- Volumes II e III que corresponde ao relatório, sendo que o segundo volume corresponde aos estudos de caracterização, e o terceiro volume a identificação das opções estratégicas sectoriais.

Da análise realizada aos documentos anteriormente referidos ao nível da educação **verifica-se que o PROTAL identifica os seguintes aspectos a reter:**

- A necessidade de qualificação dos recursos humanos, e de atingir níveis de excelência em nichos de ensino e investigação;
- Faro como um centro /pólo onde o ensino é uma função já existente e a manter e em Montenegro/Gambelas e Parque das Cidades como função a desenvolver no futuro<sup>21</sup>;
- Nos investimentos estruturantes, o reforço do ensino superior, e “ (...) *privilegiar-se a elaboração de planos integrados de infra-estruturas e equipamentos que permitam criar áreas comuns entre o desporto, a cultura, a educação e o recreio e o lazer (...)*”<sup>22</sup>;
- Ao nível da coesão económica, social e territorial, deverão ser articuladas políticas e acções nos domínios da educação, da formação inicial e contínua, e da certificação profissional;
- O binómio Património/Educação<sup>23</sup>, materializado numa articulação entre os currículos escolares e os elementos patrimoniais<sup>24</sup>;
- Dos equipamentos de importância regional, propõe para Faro mais concretamente no Parque das Cidades o Instituto de Investigação e Desenvolvimento – Ciências Biomédicas, Biotérico, entre outras.

Uma vez que a Carta Educativa tem como objectivo o ordenamento da rede educativa do concelho ao nível da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, considera-se que o referido no PROT Algarve é principalmente orientador. Sobressai deste instrumento de planeamento a proposta de desenvolvimento do **binómio Património/Educação**.

### 1.3.3. PMOT's

O modelo de ordenamento proposto pelo PDM de Faro não faz referência específica ao campo da educação, contudo alguns dos seus objectivos tem implicações ao nível do Sistema Educativo que será proposto, nomeadamente o objectivo da consolidação e desenvolvimento de Faro como capital regional (1.º Objectivo), e o da nucleação – concentração do povoamento (4.º Objectivo).

<sup>21</sup> Volume 1 – PROTAL – Revisão, página 57

<sup>22</sup> Volume I – PROTAL – Revisão, página 112

<sup>23</sup> Volume I – PROTAL – Revisão, página 205

<sup>24</sup> Volume III – PROTAL – Revisão, página 26

Relativamente aos princípios de ordenamento municipal salienta-se que ao nível do Ordenamento do Espaço Rural, este Plano propõe o reforço dos aglomerados e núcleos habitacionais, que são Estoi, Santa Bárbara de Nexe, Conceição, Bordeira e Patação, referindo inclusive a implantação de equipamentos e serviços que reforcem a polarização destes centros de forma a contrariar a edificação dispersa; assim como ao nível das áreas de construção dispersa através da permissão da construção em baixa densidade, para habitação e equipamentos.

Ao nível da rede urbana concelhia, o PDM refere que a rede urbana no concelho deverá equilibrar-se de forma a compensar a forte atracção que a cidade de Faro exerce sobre as restantes áreas urbanas do concelho.

**Em síntese, o Sistema Educativo de Faro deverá prosseguir e transparecer o modelo de ordenamento territorial proposto pelo PDM de Faro nas seguintes estratégias:**

- Reforço de Faro enquanto capital regional.
- Nucleação e concentração do povoamento de forma a contrariar a edificação dispersa assim como o reforço dos principais centros urbanos (Estoi, Santa Bárbara de Nexe, Conceição, Bordeira e Patação).

Relativamente aos Planos de Pormenor que são vinculativos, verifica-se que:

- O PPHP foi elaborado para viabilizar a ocupação de uma área livre na malha urbana da cidade de Faro, não foram definidas áreas para equipamentos e os usos definidos são: habitação, comércio e serviços.
- O PPPC teve como objectivo “*Permitir a construção de Estádio Intermunicipal Faro – Loulé, no contexto da candidatura da Federação Portuguesa de Futebol à realização do Campeonato Europeu 2004*”<sup>25</sup>, permitiu uma alteração ao uso do solo do PDM de Faro, apesar de dispor de áreas maioritariamente afectas a equipamentos, estas destinam-se ao campo de futebol, novo Hospital Central e outros sem incidência a nível educacional.
- O PPLSL corresponde a um Plano de Pormenor na modalidade simplificada de Projecto Urbano que incide numa área urbana da cidade de Faro, mas sobretudo ao nível do espaço público.

No caso dos planos em elaboração:

- O PU Montenegro Gambelas, refere que para as crianças da fase em pré-escolar deverão beneficiar de instalações próximas de uma escola EB1, e que relativamente ao grupo dos jovens dos 6 aos 9 anos deverá prever-se a construção de unidades educativas<sup>26</sup>. Entretanto na zona do Montenegro foi construída e entrou em funcionamento em Setembro de 2006 uma nova EB1 com Jardim de Infância, aguardando-se intervenção na zona de Gambelas, prevista até 2010.
- O PP de Estoi prevê na sua proposta uma área de reserva para equipamento escolar.
- O PP da Conceição de Faro procedeu à identificação das carências de equipamentos para a freguesia da Conceição de Faro. A carência detectada em termos de Escola EB1 e de Jardim de Infância foi colmatada com a construção da nova EB1 e Jardim de Infância da Conceição que iniciou a sua actividade em Setembro de 2006.

<sup>25</sup> Artigo 2.º do Regulamento do PPPC

<sup>26</sup> Documento de Caracterização, Diagnóstico e Proposta Base do PU Montenegro Gambelas, página 85  
Carta Educativa – Faro

- O PP de Santa Bárbara de Nexe, não faz referência a equipamentos educativos.
- O PP da Má Vontade e Pontes Marchil refere no seu relatório “ (...) à *implementação de uma Escola de Ensino Básico e Pré – Primário...*”<sup>27</sup>, mas cuja proposta surge como uma pré intenção da Câmara Municipal de Faro.

Face ao que foi referido anteriormente, verifica-se que os planos ratificados, não têm incidência no Sistema Educativo, ao contrário do que se verifica nos planos que se encontram em elaboração, que de acordo com os seus relatórios de caracterização identificam insuficiências, e propõem o tipo de equipamentos e a área a afectar, no que concerne ao zonamento ou implantação da proposta do plano.

## **2. Análise Demográfica**

### **2.1. Caracterização Demográfica**

A distribuição da população no Algarve é assimétrica, notando-se uma elevada densidade no litoral e uma baixa densidade no interior. Os concelhos com maior densidade populacional, acima da média nacional, contrastam com a realidade do despovoamento do Barrocal e da Serra Algarvia.

No Censo de 2001 é visível um aumento significativo da população do Algarve (14,8%), que foi o maior do País. Esse aumento foi mais acentuado no litoral, pelo efeito da actividade turística e da concentração de serviços.

Segundo os censos de 2001 as variações no Algarve em relação aos totais do País foram superiores em termos de residentes (+10,2%), n.º de famílias (+12,1%), n.º de edifícios (+4,6%) e n.º de alojamentos (+10,1%).

Constata-se nesses censos que pela primeira vez em Portugal, o número de idosos ultrapassa o número de jovens. O índice de envelhecimento (relação entre idades superiores a 65 anos e inferiores a 15) é de 102,3% no País e de 127,6% no Algarve. A diminuição da taxa de natalidade e o aumento da esperança de vida são os responsáveis por este envelhecimento da população.

Há um certo equilíbrio entre a população masculina e feminina, em quase todos os concelhos do Algarve havendo no entanto uma percentagem superior de mulheres (50,5%).

O Algarve é a primeira região de acolhimento de estrangeiros. A população estrangeira duplicou, mais de metade dos imigrantes activos (dos 25-64 anos) são de Leste, possuindo um grau elevado de escolaridade.

O Distrito de Faro apresentava em 2001 uma taxa de actividade de 48,7%, valor próximo do da média do continente (48,4%); desta percentagem, 55,1% eram homens e 42,4% eram mulheres. A taxa de desemprego era de cerca de 6,2% no Algarve, incidindo particularmente nos grupos etários mais jovens.

---

<sup>27</sup> Relatório do PP da Má Vontade e Pontes Marchil  
Carta Educativa – Faro

O ritmo de crescimento da população algarvia só foi superior ao do Continente a partir de 1970 e o Concelho de Faro teve aí uma pujança demográfica superior à de toda a Região em muito devido à sua capitalidade. O importante sector terciário, em que domina a administração, serviços de apoio à produção e a construção civil, conferem uma solidez atractiva diferente da de outras áreas do litoral algarvio, que apresentam problemas de crescimento, induzidos pelo sector turístico (volumes demográficos muito variáveis ao longo do ano, saturação de infraestruturas e sazonalidade na estrutura do emprego).

O Concelho de Faro possui um importante volume demográfico, quer residente, quer flutuante (deslocações pendulares da população activa).

**Quadro n.º 7 – Evolução da População**

<b>Evolução da População no Concelho de Faro</b>		
<b>Anos</b>	<b>População</b>	<b>Variação (%)</b>
1960	36651	---
1970	30973	13,4
1981	45109	45,6
1991	50761	12,5
2001	58051	14,4

Fonte: INE

A distribuição da população pelas freguesias do Concelho de Faro é desigual, motivada pela localização dos serviços, pela orientação das principais infra-estruturas de transporte e pela desvalorização das actividades económicas situadas nas áreas do Barrocal.

A maior parte da população concentra-se na faixa litoral do Concelho e essa concentração tem vindo a aumentar ao longo do tempo. Enquanto que em 1920 cerca de 56% da população do Concelho estava concentrada nas freguesias da Sé e S. Pedro, em 2001 essa população é de 71%.

### **2.1.1. Evolução anterior a 1970**

Desde o princípio do século até aos anos 50 a população do Concelho de Faro aumentou continuamente, com uma taxa de crescimento elevada. Só se verificou uma quebra nos efectivos demográficos nos anos 60, aliás como foi regra em quase todo o País devido ao enquadramento sócio-económico da época e à atracção crescente pelos países mais ricos da Europa que conduziu a um volume emigratório importante. Comparativamente ao Distrito, o concelho de Faro mantém no entanto uma taxa de crescimento superior.

### **2.1.2. Evolução 1970-1981**

A década de 70 é uma época de profundas alterações no País e muito particularmente no Algarve. Portugal continuava a vigorar um modelo de desenvolvimento arcaico, mas já o Algarve despontava com um modelo próprio, assente no desenvolvimento do sector turístico, tornando-se numa das regiões mais atractivas do país.

Com as alterações político-sociais decorrentes da Revolução de 1974, acentuou-se o potencial de crescimento no Algarve e isso deveu-se essencialmente a três factores:

- Com o progressivo reconhecimento de Portugal como “país europeu”, os canais de informação turística foram-se tornando mais fluídos, conduzindo a uma maior difusão da imagem da Região.
- Com o processo de descolonização verificou-se o regresso de um importante contingente de portugueses residentes nas ex-colónias.
- Houve regiões do litoral algarvio que mostraram um crescimento “explosivo”, resultante de uma enorme valorização que foi feita no sector turístico. Em Faro, embora este sector não tenha o peso que apresenta na estrutura económica de outros concelhos do Algarve a taxa de crescimento é também elevada, dado o seu estatuto de capital regional, quer do ponto de vista administrativo e de gestão, quer do ponto de vista económico.

### **2.1.3. Evolução 1981-1991**

Começam a fazer-se sentir na Região os efeitos negativos que advêm do facto de o seu desenvolvimento estar centrado numa pequena faixa do território. Os efeitos atractivos e o processo de gestão desse crescimento levam ao aparecimento de problemas de saturação (em alguns casos de ruptura) das infra-estruturas, na ocupação dos solos e no conflito de actividades produtivas.

Começam a aparecer estratégias de desenvolvimento alternativo, que na sua maior parte assentam na diversificação do aparelho produtivo e na tentativa de valorização das áreas do Barrocal e da Serra.

No decénio 1981-1991 a população cresce a um ritmo moderado, sendo o concelho de Faro um dos que regista um acréscimo populacional considerável, 12,5%, uma vez que em 1981 o número de habitantes era de 45109 e em 1991 de 50761.

### **2.1.4. Evolução 1991-2001**

Os óbitos apresentam valores muito próximos dos nascimentos, havendo mesmo anos, nomeadamente em 1994, em que o número de óbitos é superior, o que se reflecte num baixo crescimento natural nessa década, embora a população continue a aumentar com valores bastante apreciáveis devido à deslocação da população motivada pela dinâmica atractiva do Concelho. Verifica-se que no Concelho de Faro, pela primeira vez, o número de idosos ultrapassa o número de jovens e que o Concelho está mais envelhecido. O índice de envelhecimento (relação entre idades superiores a 65 anos e inferiores a 15) é de 102,3% no País e de 127,6% no Algarve, apresentando Faro um valor de 106,1%.

A baixa taxa de natalidade (12,4%) e o aumento da esperança média de vida são os responsáveis pelo envelhecimento da população.

Em 2001 estavam recenseados no Concelho de Faro 58.051 indivíduos (cerca de 14,7 % da população da Região) número que coloca Faro na 2ª posição entre os municípios mais populosos da região algarvia e que comparativamente a 1991 apresenta uma variação de +14,4%. Faro aproxima-se assim do ritmo de crescimento registado para o conjunto da Região (+15,8%).

**Quadro n.º 8 – Crescimento Demográfico**

<b>Crescimento Demográfico entre 1991-2001</b>				
	<b>1991</b>	<b>2001</b>	<b>Crescimento</b>	<b>1991/2001 (%)</b>
<b>N.º de Habitantes</b>	50761	58051	---	14,4
<b>Crescimento Efectivo</b>	---	---	7290	14,4
<b>Crescimento Natural</b>	---	---	6147	12,1
<b>Crescimento Migratório</b>	---	---	1143	2,3

Fonte: INE, XIII e XIV Recenseamento Geral da População e Alterações Demográficas 1991- 2001

O incremento populacional deveu-se sobretudo ao crescimento natural (+12,1%), sendo o crescimento migratório de 2,3%.

Para além do estudo da população residente, é fundamental considerar a amplitude demográfica introduzida pela população flutuante. Esta variação sazonal, muito importante para a administração do território é de difícil quantificação.

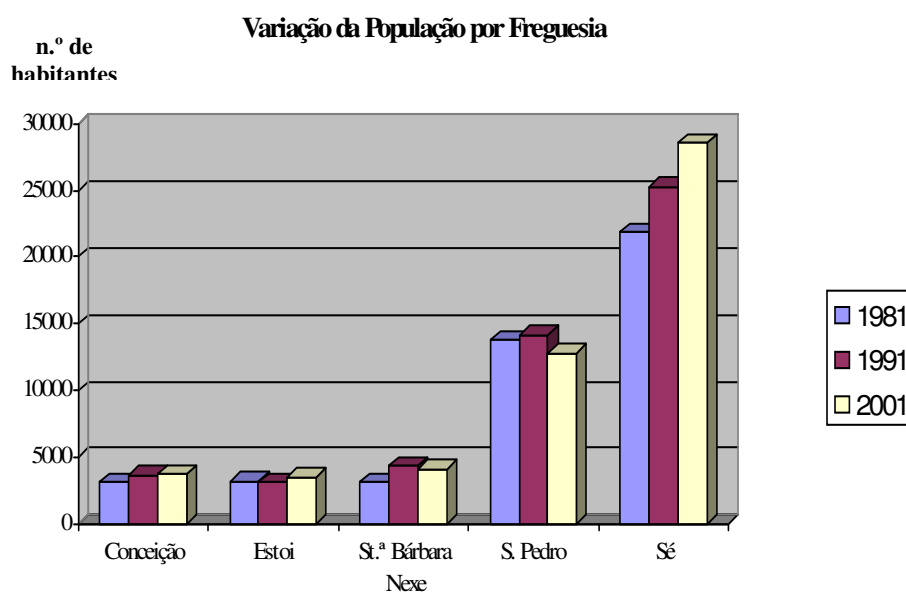
**Quadro n.º 9 – Flutuação populacional**

<b>1991</b>				<b>Perspectiva 2001</b>			
População Residente	Época			População Residente	Época		
	Baixa	Média	Alta		Baixa	Média	Alta
50761	1087	34400	36507	58051	1219	39474	41796

Fonte: CCR Algarve, estimativas

## 2.2. Evolução da população por Freguesia

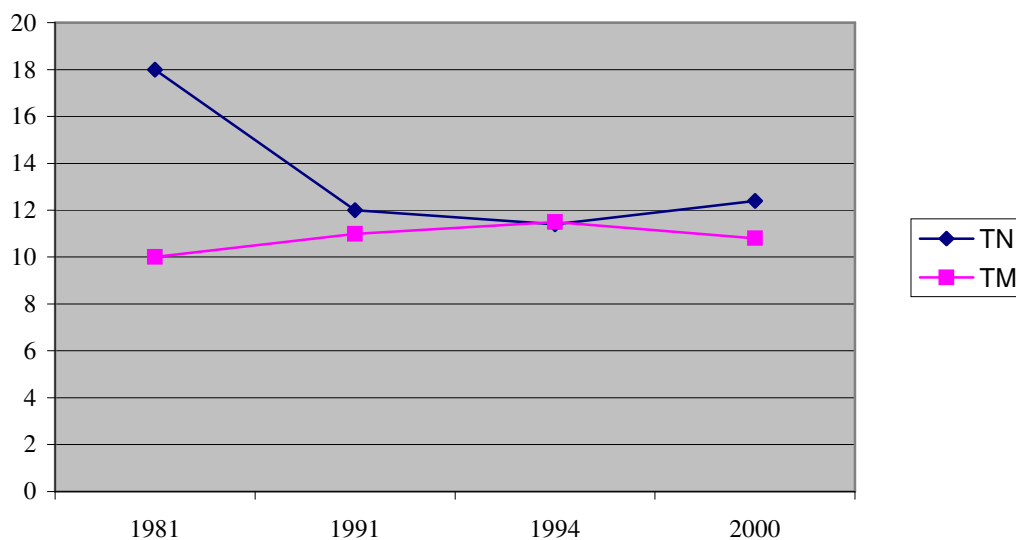
Figura n.º4



A variação da população por freguesias revela comportamentos diferenciados, verificando-se situações de grande crescimento em algumas freguesias e de estagnação noutras. Entre 1970 e 2001 o crescimento populacional em Faro sofreu variações significativas, registando entre os anos de 1970 a 1981 valores de +46%; de 1981 a 1991 o aumento foi de 12,5%; e na década de 1991 a 2001 de +14,4%.



**Figura n.º 5 - Evolução das taxas de Natalidade e de Mortalidade entre 1981 e 2000**



**Quadro n.º 10 - População**

Freguesias	1981		1991		2001	
	n.º habitantes	%	n.º habitantes	%	n.º habitantes	%
Sé	21827	48	25287	50	28546	49
S. Pedro	13801	31	14374	28	12761	22
Montenegro	---	---	---	---	5336	9
Conceição	3128	7	3662	7	3751	7
Estoi	3184	7	3100	6	3538	6
St.ª Bárbara	3169	7	4338	9	4119	7
<b>Total</b>	<b>45109</b>	<b>100</b>	<b>50761</b>	<b>100</b>	<b>58051</b>	<b>100</b>

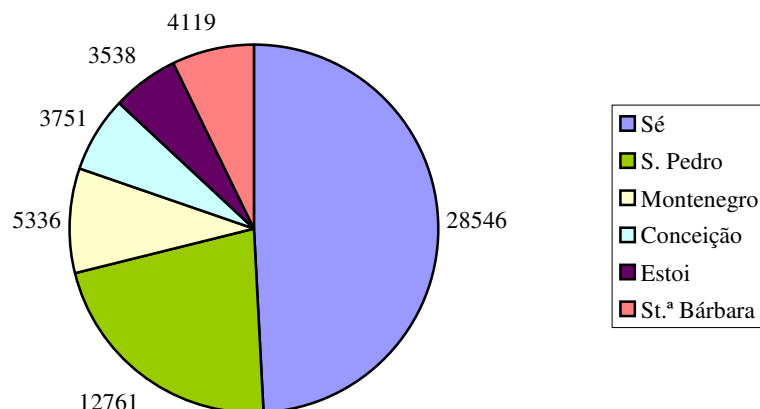
Fonte: INE

**Quadro n.º 11 - Crescimento Populacional em Faro**

n.º de habitantes		1970/1981	1981/1991	1991/2001	Freguesias	1980/1991	1991/2001
1970	30973	+46%	+12,5%	+14,4%	Sé	+16%	+12,9%
	S. Pedro				+4%	-11,2%	
1981	45109				Montenegro	---	---
1991	50761				Conceição	+17%	+2,4%
2001	58051				Estoi	-3%	+14,1%
					Stª. Bárbara	+37%	-2,8%

Fonte: INE

**Figura n.º 6 - Distribuição da população por Freguesia**



Censos 2001

### 2.3. Distribuição espacial da população por Freguesias

Da análise do gráfico verifica-se que a Freguesia mais populosa é a freguesia da Sé com 49% da população do Concelho, seguindo-se a freguesia de S. Pedro com 22 %. A freguesia menos populosa é a freguesia de Estoi.

### 2.4. Distribuição da população por grupos etários

O Município de Faro apresentava em 2001 uma estrutura etária bastante semelhante à do Continente, embora a percentagem de jovens entre os 0 e os 14 anos fosse 1,7% inferior.

Em comparação com o conjunto da Região, Faro tem menos 0,3% de população jovem, mais 1,2% nos activos jovens (15-24 anos), mais 1,5% nos activos (25-64 anos) e apresenta 15,9% de idosos (menos 2,6% que na Região). Esta distribuição etária é um reflexo da atracção demográfica exercida pela cidade de Faro sobre a mão-de-obra à procura de emprego.

Em relação à última década assistiu-se a um envelhecimento da população em resultado da baixa taxa de natalidade e do aumento da esperança média de vida.

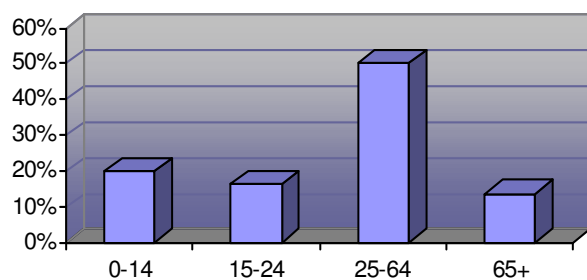
**Quadro n.º 12 - Composição Etária**

<b>Escalões Etários</b>	<b>1981</b>	<b>1991</b>	<b>2001</b>
0 Aos 4	3274	2648	2702
5 Aos 9	3605	3142	2635
10 Aos 14	3284	3828	2958
15 Aos 19	3202	4249	3772
20 Aos 24	3238	3536	4729
25 Aos 29	3257	3490	4851
30 Aos 34	3293	3753	4314
35 Aos 39	2897	3804	4182
40 Aos 44	2808	3676	4344
45 Aos 49	2926	3088	4160
50 Aos 54	2653	2857	3836
55 Aos 59	2740	2967	3292
60 Aos 64	2262	2749	3041
65 Aos 69	2049	2552	2901
70 Aos 74	1674	1818	2355
75 Aos 79	1139	1314	1925
80 Aos 84	572	800	1148
85 E Mais	276	490	906
<b>Total</b>	<b>45149</b>	<b>50761</b>	<b>58051</b>

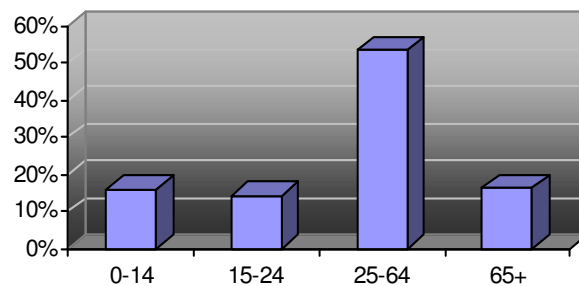
Fonte: INE

**Figura n.º 7 - Grupos Etários**

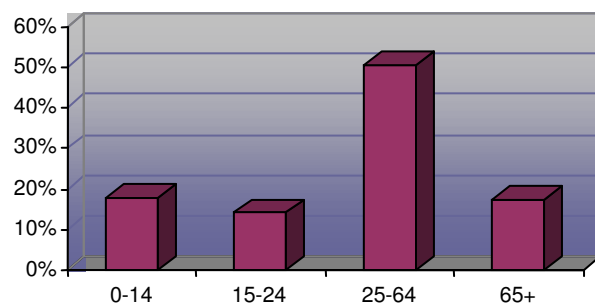
⇒ **Em Portugal**  
**1991**



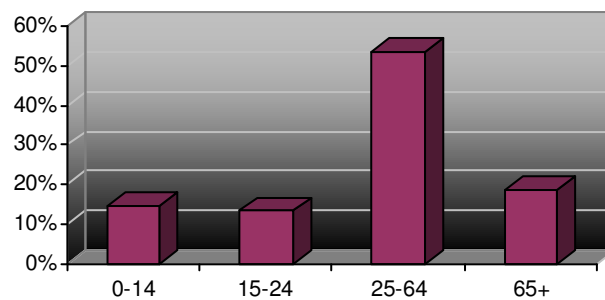
**2001**



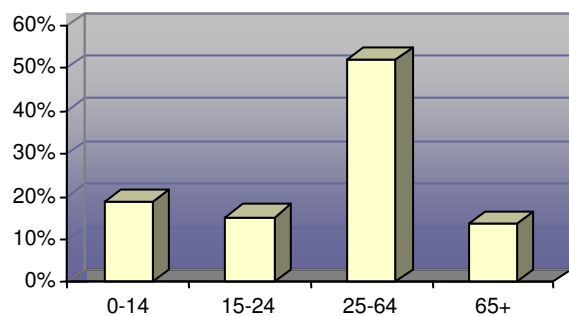
⇒ **No Algarve**  
**1991**



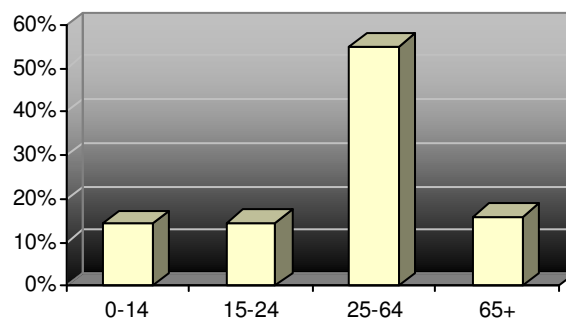
**2001**



⇒ **Em Faro**  
**1991**



**2001**



Fonte: INE

**Quadro n.º 13 - Variação da Composição Etária 1991 / 2001**

Escalões Etários	0-14		15-24		25-64		65 e +	
	% Pop.	Var. (%) 91/2001	%	Var. (%) 91/2001	%	Var. (%) 91/2001	%	Var. (%) 91/2001
<b>Concelho Faro</b>	14,3	-13,8	14,6	+9,2	55,1	+21,4	16,0	+32,4

Fonte: INE, XIII e XIV Recenseamento Geral da População

A análise da Variação da Composição Etária 1991 / 2001 revela-nos um cenário positivo:

- O aumento da população em idade activa-jovem é um acontecimento demográfico importante e que no concelho de Faro é relevante (+9,2%), destacando-o dos fracos desempenhos do Continente (-8,1%), bem como da região algarvia (+7,3%).
- O decréscimo do grupo etário mais jovem (0-14 anos) não é tão acentuado em Faro como no total do País, embora seja mais do dobro no verificado do Algarve, o que a médio prazo se traduzirá num decréscimo da população em idade activa e na disponibilização de mão-de-obra, na manutenção da taxa de natalidade e na dinâmica económica induzida pelo consumo individual.

**Quadro n.º 14 – Evolução da População por Grupos Etários**

		1991			2001		
		HM	H	M	HM	H	M
<b>População Residente</b>		50.761	24.403	26.358	58051	28069	29982
<b>Grupos Etários</b>	<b>0 – 14</b>	9.618	4.769	4.849	8295	4245	4050
	<b>15 – 24</b>	7.785	3.918	3.867	8501	4200	4301
	<b>25 – 64</b>	26.384	12.727	13.657	32020	15680	16340
	<b>65 +</b>	6.974	2.989	3.985	9235	3944	5291

**Figuras n.º 8 e 9 - População Residente**

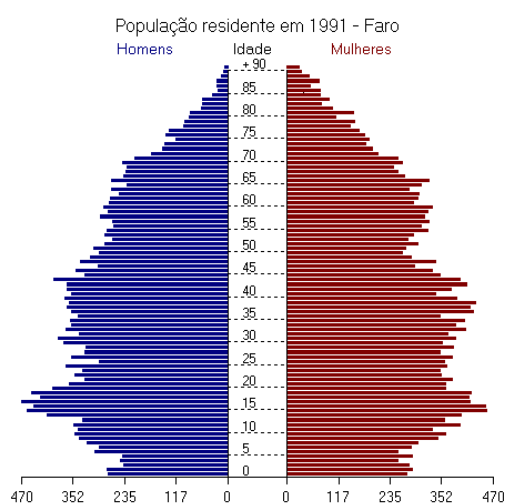


Figura n.º 8

Fonte: INE – Censos 2001

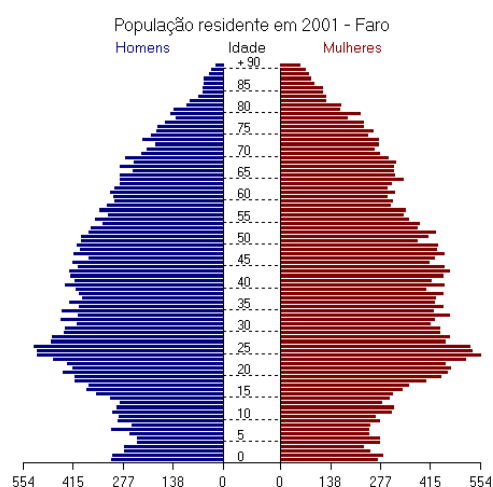


Figura n.º 9

## 2.5. Perspectivas de Evolução da População (2001/2011)

Com base nos dados do censo de 2001 e no método seguido nos Estudos Prévios, constituiu-se uma tábua de mortalidade com vista à obtenção das probabilidades de sobrevivência dos grupos quinquenais.

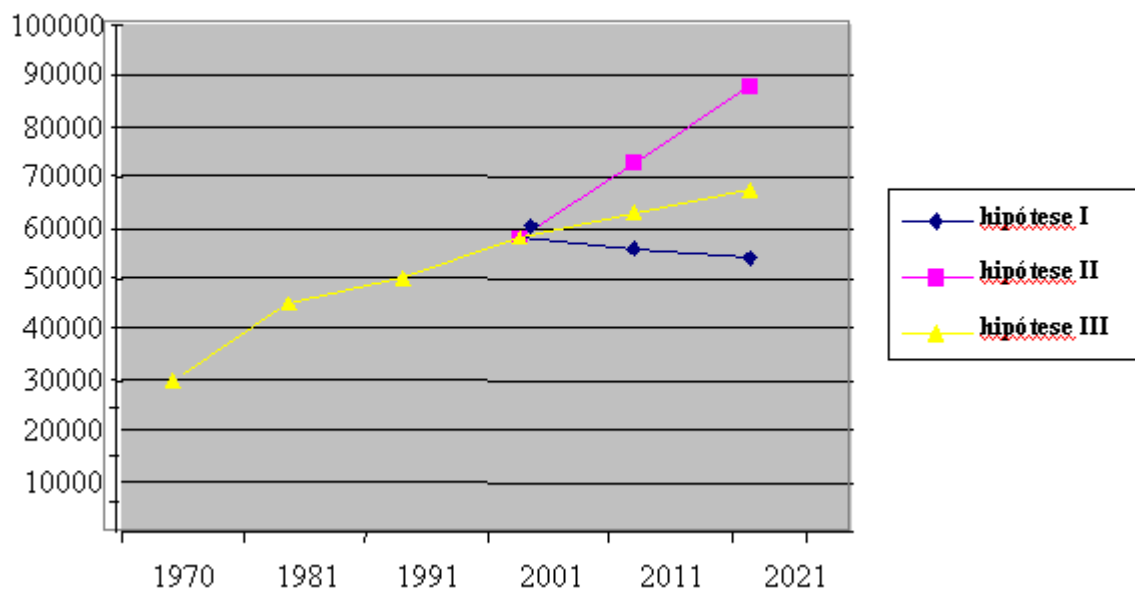
Hipóteses de comportamento:

- hipótese I: Uma evolução natural da população, isto é, em que os saldos migratórios são nulos.
- hipótese II: Os valores de atracção populacional (valores das taxas migratórias) serão semelhantes aos verificados na década de setenta.
- hipótese III: Semelhante à hipótese II, sendo os valores dos saldos migratórios deduzidos dos estimados para o período de 1981/1991.

O gráfico seguinte descreve a evolução do crescimento da população segundo as três hipóteses atrás referidas. A hipótese 3 apresenta-se como a mais provável, uma vez que o Concelho de Faro continua a apresentar condições de atracção populacional em função do seu estatuto de Capital Regional. Segundo essa hipótese, a análise da população é a seguinte:

Figura n.º 10 – Perspectivas de Evolução da População

**População**



**Quadro n.º 15 – Perspectiva de Evolução da População**

Escala Etária	População em 2001	Perspectiva de Evolução da População					
		Em 2011			Em 2021		
		hipótese I	hipótese II	hipótese III	hipótese I	hipótese II	hipótese III
0 aos 9	5337	5174	6847	5266	5011	8357	5201
10 aos 19	6730	4485	6622	4435	2240	6514	2140
20 aos 29	9580	8641	12795	11295	7702	16010	13018
30 aos 39	8496	7827	9606	9101	7158	10716	9710
40 aos 49	8504	9141	12189	10008	9778	15874	11520
50 aos 59	7128	7785	10635	8180	8442	14142	9232
60 aos 69	5942	5911	6504	6437	5880	7066	6439
70+	6334	6978	7781	8173	7622	9228	10016
<b>Total</b>	<b>58051</b>	<b>55942</b>	<b>72979</b>	<b>62894</b>	<b>53833</b>	<b>87907</b>	<b>67276</b>

Fonte: INE

**Quadro n.º 16 – Evolução da população por Freguesias 2001 – 2011**

Freguesias	População							
	1981	%	1991	%	2001	%	2011*	%
<b>Sé</b>	21827	48 %	25287	50 %	28546	49	30818	49
<b>S. Pedro</b>	13801	31 %	14374	28 %	12761	22	13836	22
<b>Montenegro</b>	-	-	-	-	5336	9	5660	9
<b>Conceição</b>	3128	7 %	3662	7 %	3751	7	4105	7
<b>Estoi</b>	3184	7 %	3100	6 %	3538	6	3773	6
<b>Stº Bárbara</b>	3169	7 %	4338	9 %	4119	7	4702	7
<b>TOTAL</b>	45109	100%	50761	100	58051	100	62894	100

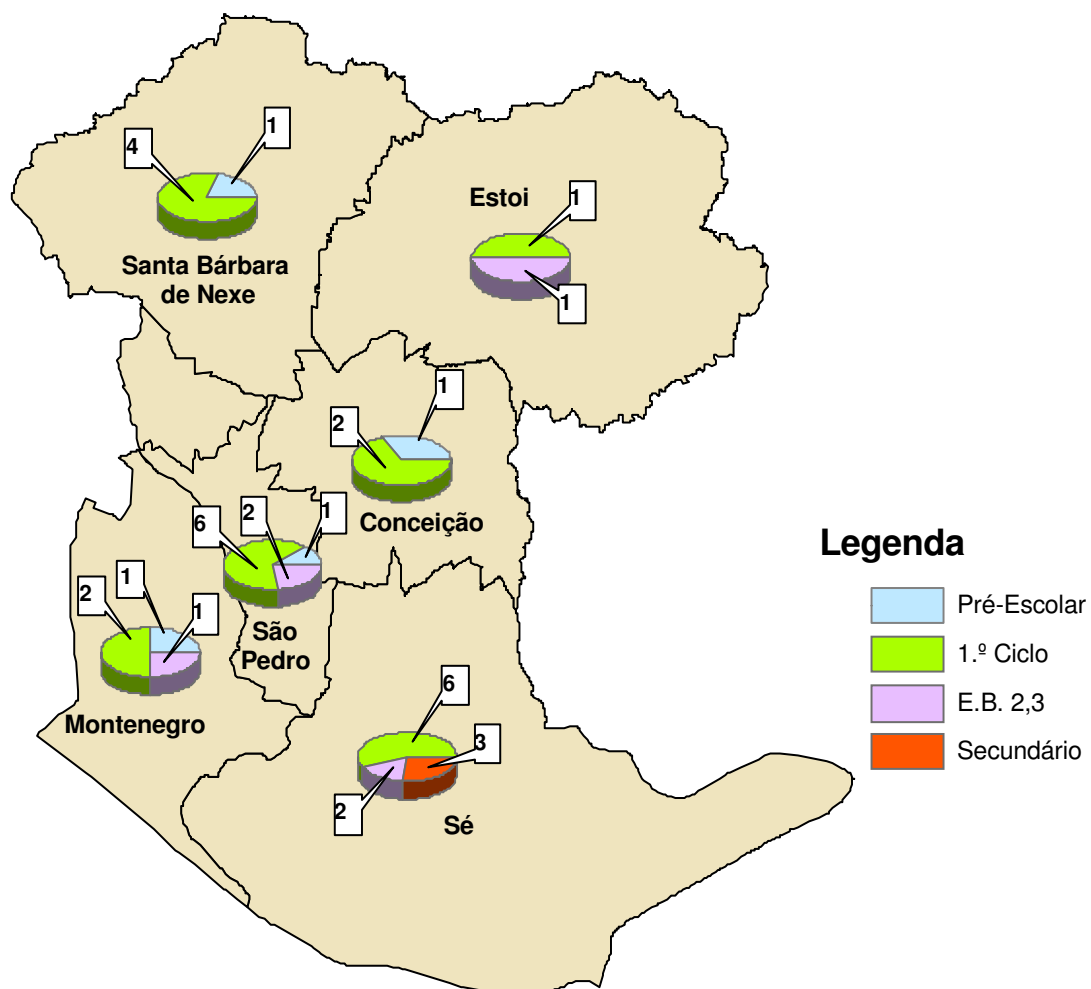
\* Na análise evolutiva da população foi considerada a hipótese três.

Mediante os dados apresentados anteriormente podemos concluir o seguinte:

- ⇒ Em 2001, o Concelho de Faro é o segundo mais importante da Região em volume demográfico com 58.051 indivíduos.
- ⇒ A evolução recente apresenta este Concelho como um dos mais dinâmicos, alimentado por importantes correntes imigratórias e com um crescimento natural positivo.
- ⇒ A estrutura etária da população é mais jovem do que a média do Distrito.
- ⇒ A população fixa-se sobretudo no Litoral.

### 3. Análise do Sistema Educativo

Figura n.º 11 – Parque Escolar da Rede Pública





### 3.1. Evolução da Frequência na Educação Pré-Escolar

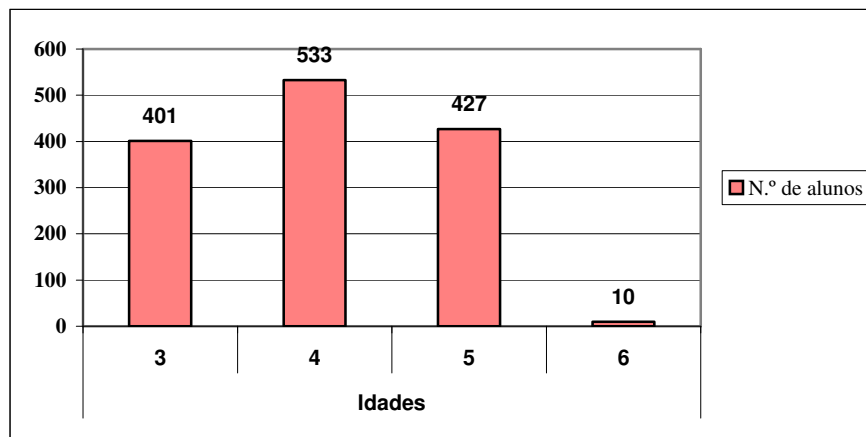
Quadro n.º 17 – Evolução da frequência no Pré-Escolar

	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006
<b>Rede Pública</b>					
Jardim de infância de Faro	75	75	70	60	65
Jardim de Infância de Stª. Bárbara	16	25	25	25	20
Jardim de Infância da Conceição	25	23	21	21	22
<b>Total</b>	<b>116</b>	<b>123</b>	<b>116</b>	<b>106</b>	<b>107</b>
<b>Rede Privada e Cooperativa</b>					
Colégio Algarve	75	75	75	71	75
Colégio N. Srª do Alto	70	56	57	56	56
Externato Menino Jesus	50	67	72	53	65
Jardim Escola João de Deus	75	81	82	81	85
Jardim de Infância Os Catraios	25	25	25	25	25*
Jardim de Infância A Casa da Avó	73	75	76	69	73*
Casa de Stª Isabel	96	86	86	68	83*
Centro Infantil do Hospital de Faro	36	36	34	44	37*
Jardim de Infância Coopofa	74	75	75	75	73*
Jardim de Infância Despertar	75	75	75	75	75*
Infantário O Gafanhoto	20	20	---	35	23*
Infantário O Giroflé	32	32	32	32	32*
Infantário da Misericórdia	74	74	76	75	75*
Jardim de Infância O Caracol	50	50	54	50	51*
Centro de Bem Estar Infantil Nª. Srª. de Fátima	110	110	110	110	110*
Jardim de Infância Nª Srª. do Carmo	42	45	45	43	46*
Jardim de Infância A Joanelinha	25	25	28	25	25*
Jardim de Infância da Fund. Alg. de Des. Social	75	75	---	75	75*
ATL do Centro Social Paroq. de S. Luís	20	21	21	21	21*
Associação N.Srª dos Navegantes	18	18	17	17	18*
Fundação António Silva Leal Sol Nascente	20	31	---	22	24*
Oficina Divertida	---	50	49	75	58*
Arco Íris	---	---	40	32	36*
<b>Total</b>	<b>1135</b>	<b>1202</b>	<b>1129</b>	<b>1229</b>	<b>1241</b>
<b>Total Global</b>	<b>1251</b>	<b>1325</b>	<b>1245</b>	<b>1335</b>	<b>1348</b>

Fonte: DREAlg

\*valores estimados

**Figura n.º 12 -Alunos matriculados por idades - ano 2003/04**



Fonte: DREAlg

No gráfico apresentado podemos observar que a idade a que corresponde maior número de matrículas se situa nos 4 anos de idade.

Com base nos dados disponíveis, a frequência de crianças na educação Pré-escolar aumentou cerca de 11% ao longo dos últimos 5 anos. Das 1348 crianças que frequentaram a educação pré-escolar no ano 2005/2006 8% estavam matriculados na Rede Pública, 92% na Rede Privada Cooperativa e de Solidariedade; cerca de 250 crianças não frequentaram nenhum estabelecimento de educação pré-escolar.

### 3.2. Evolução da frequência de alunos no 1.º Ciclo do Ensino Básico

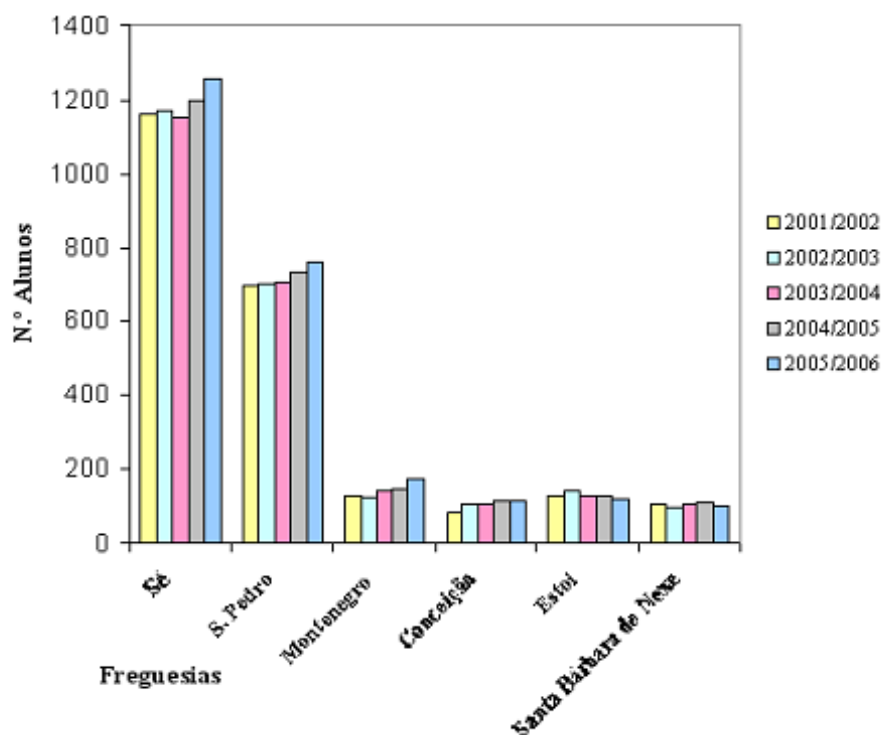
**Quadro n.º 18 – Evolução da frequência de alunos no 1.º Ciclo**

Freguesias	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
<b>Sé</b>					
Escola E.B.1 de Areal Gordo	70	66	79	82	81
Escola E.B.1 da Ilha da Culatra	31	30	32	33	33
Escola E.B.1 N.º1, S. Luís	431	451	455	420	440
Escola N.º3 Bom João	209	189	175	215	228
Escola E.B.1 N.º4, Penha	266	274	235	272	265
Escola E.B.1 N.º 5, Vale Carneiros	152	161	176	177	206
Total	<b>1159</b>	<b>1171</b>	<b>1152</b>	<b>1199</b>	<b>1253</b>
<b>S. Pedro</b>					
Escola E.B.1 do Alto Rodes	332	336	345	342	338
Escola E.B.1 de Mar e Guerra	33	32	25	27	30
Escola E.B.1 de Mata Lobos	24	29	27	28	21
Escola E.B.1 de Marchil	11	15	20	28	35
Escola E.B.1 do Patacão	49	54	40	46	58
Escola E.B.1 N.º2, Carmo	247	237	251	261	280
Total	<b>696</b>	<b>703</b>	<b>708</b>	<b>732</b>	<b>762</b>
<b>Montenegro</b>					
Escola E.B.1 do Montenegro	113	113	126	128	156
Escola E.B.1 da Ilha do Ancão	19	12	14	16	21
Total	<b>132</b>	<b>125</b>	<b>140</b>	<b>144</b>	<b>177</b>
<b>Conceição</b>					
Escola E.B.1 Conceição	64	77	81	83	79
Escola E.B.1 Ferradeira	20	26	24	32	37
Total	<b>84</b>	<b>103</b>	<b>105</b>	<b>115</b>	<b>116</b>
<b>Estói</b>					
Escola E.B.1 Alcaria Cova	7	7	*	-	-
Escola E.B.1 Arjona	10	10	*	-	-
Escola E.B.1 Estói	113	122	128	128	118
Escola E.B.1 Sambada	---	---	*	-	-
Total	<b>130</b>	<b>139</b>	<b>128</b>	<b>128</b>	<b>118</b>
<b>St.ª Bárbara de Nexe</b>					
Escola E.B.1 Bordeira	13	12	15	12	15
Escola E.B.1 Gorjões	12	9	11	9	8
Escola E.B.1 Medronhal	23	21	23	19	18
Escola E.B.1 St.ª. Bárbara de Nexe	58	52	55	72	58
Total	<b>106</b>	<b>94</b>	<b>104</b>	<b>112</b>	<b>99</b>
<b>Total Global</b>	<b>2307</b>	<b>2335</b>	<b>2337</b>	<b>2430</b>	<b>2525</b>

\* Escolas que viram suspenso o seu funcionamento

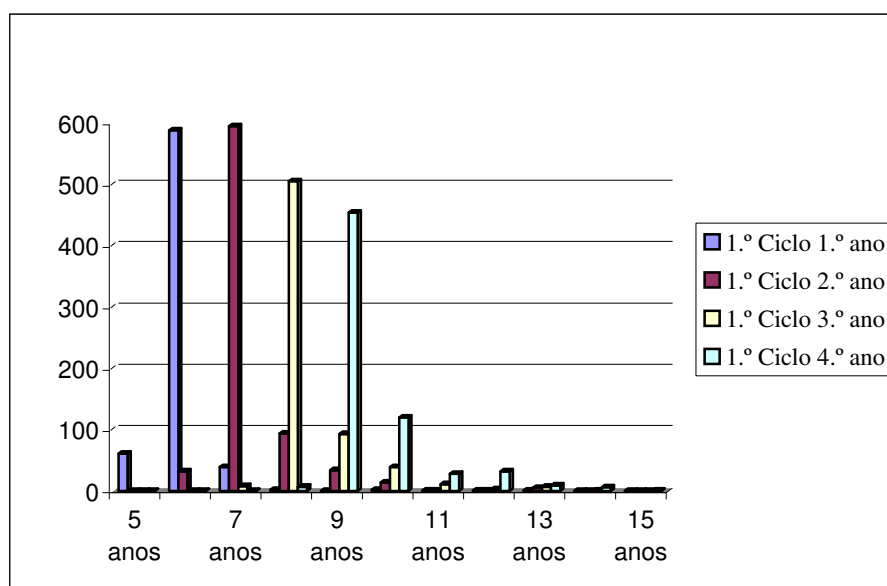
Fonte: DREAlg

**Figura n.º 13 - Evolução da frequência de alunos no 1.º Ciclo Rede Pública**



Fonte: DREAlg

**Figura n.º 14- Alunos matriculados por idades - 2003/04**



Fonte: DREAlg

A maioria dos alunos matriculados no 1.º Ciclo do Ensino Básico têm idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos.

**Quadro n.º 19 - Rede Privada e Cooperativa com Paralelismo Pedagógico**

Freguesias	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
<b>Sé</b>					
Colégio do Alto	118	117	115	116	116
Externato Menino Jesus	102	99	97	95	100
Jardim Escola João de Deus	100	103	107	100	111
<b>Total</b>	<b>320</b>	<b>319</b>	<b>319</b>	<b>311</b>	<b>327</b>
<b>S. Pedro</b>					
Colégio Algarve	97	86	76	84	83
<b>Total Global</b>	<b>417</b>	<b>405</b>	<b>395</b>	<b>395</b>	<b>410</b>

Fonte: DREAlg

### 3.3. Evolução da frequência de alunos nos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico

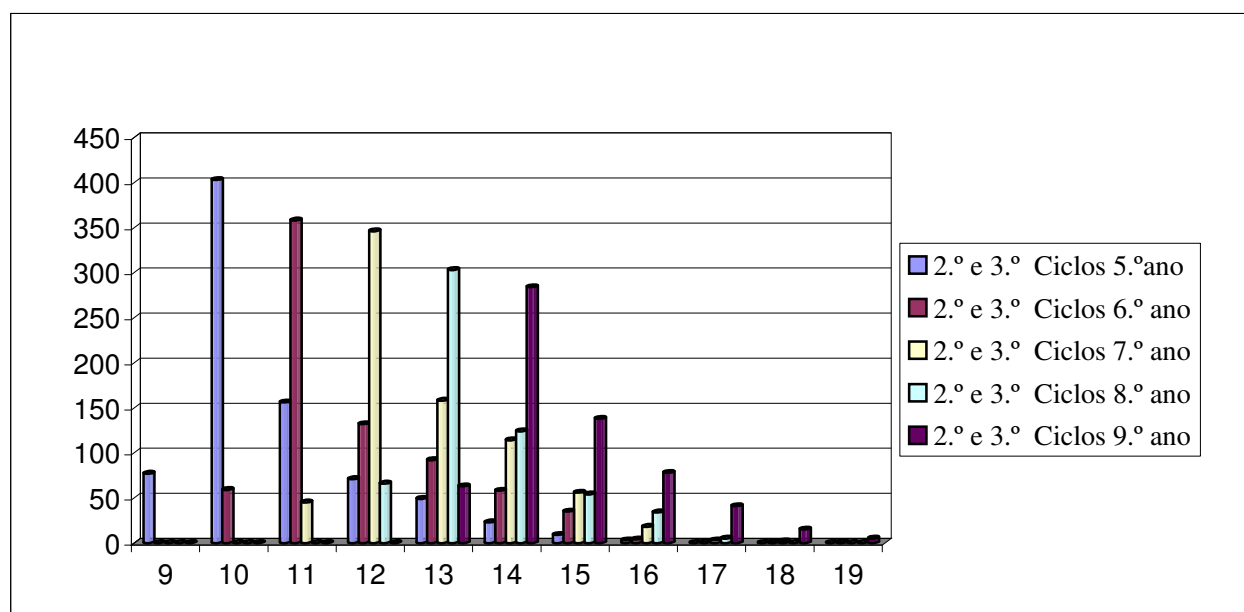
**Quadro n.º 20 – Evolução da frequência nos 2 e 3.º Ciclos do Ensino Básico**

Escola	Tipologia	2001/02		2002/03		2003/04		2004/05		2005/06	
		Alunos		Alunos		Alunos		Alunos		Alunos	
		2ºC	3ºC	2ºC	3ºC	2ºC	3ºC	2ºC	3ºC	2ºC	3ºC
E.B.2.3. Afonso III	<b>EB/30</b>	239	250	250	330	289	329	289	329	260	395
E.B.2.3. Neves Júnior	<b>EB/30</b>	206	252	252	376	251	305	251	275	228	311
E.B.2.3. J. Magalhães	<b>EB/30</b>	295	305	305	413	284	406	307	386	318	428
E.B.2.3. Montenegro	<b>EB/24</b>	158	171	171	213	175	193	163	195	158	212
E.B.2.3. de Stº António	<b>EB/30</b>	295	269	269	411	264	391	252	394	251	395
E.B.2.3. Poeta Emiliano da Costa	<b>EB/20</b>	138	146	146	141	148	172	131	203	151	197
<b>Sub-total</b>		1333	1396	1395	1887	1413	1799	1395	1785	1368	1941
<b>Total</b>		2729		3282		3212		3180		3309	

Fonte: DREAlg

Da análise dos quadros apresentados verifica-se que ao longo dos últimos anos o número de alunos matriculados no 2.º e 3.º ciclos da Rede Pública tem vindo a aumentar.

**Figura n.º 15 - Alunos matriculados por idades - 2003/04**



Fonte: DREAlg

### 3.4. Evolução da frequência de alunos no Ensino Básico Mediatizado

No Concelho de Faro o único estabelecimento de Ensino Básico Mediatizado situa-se na Ilha da Culatra, freguesia da Sé.

**Quadro n.º 21 - Alunos a frequentar o Ensino Básico Mediatizado**

E.B.M.	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
Ilha da Culatra	12	14	14	13	9	9	13

Estabelecimento este que não deverá ser encerrado, considerando a sua situação de isolamento e insularidade.

### 3.5. Evolução da frequência de alunos no Ensino Privado e Cooperativo

**Quadro n.º 22 – Evolução da frequência no Ensino Privado e Cooperativo**

Estabelecimentos	2001/02		2002/03		2003/04		2004/05		2005/06	
	2C	3C	2C	3C	2C	3C	2C	3C	2C	3C
Colégio Algarve	27	---	30	---	29	---	22	---	21	---
Colégio de N.ª Sr.ª do Alto	63	83	63	84	64	84	63	85	63	86
Total	90	83	95	84	95	84	87	85	86	86

Fonte: DREAlg

Ao nível da Rede Privada e Cooperativa verifica-se uma estabilização do número de alunos matriculados ao longo dos últimos 5 anos, não se prevendo alterações significativas ao nível de matrículas nos próximos anos.

### 3.6. Evolução da frequência de alunos no Ensino Secundário

Quadro n.º 23 – Evolução da frequência no Ensino Secundário

Escolas Secundárias	Tipologia	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
		Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos
João de Deus	ES/42	884	835	739	689	605
Tomás Cabreira	ES/36	850	660	672	666	565
Pinheiro e Rosa	ES/33*	423	409	529	565	819
Total		2157	1904	1940	1920	1989

Fonte: DREAlg

Figuras 16 e 17 – Alunos matriculados por idades

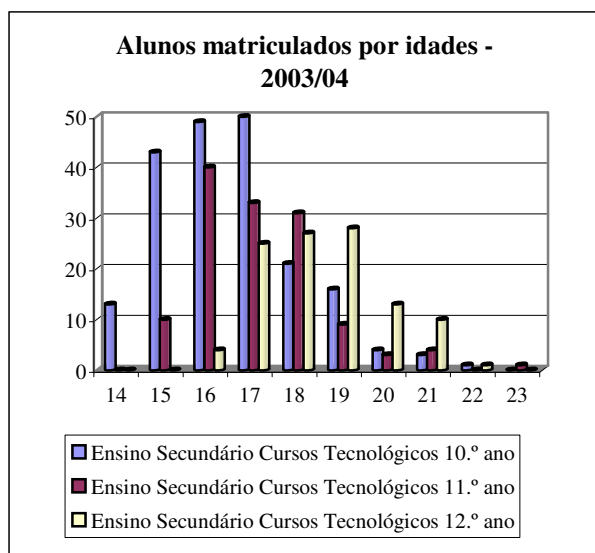


Figura n.º 16

Fonte: DREAlg

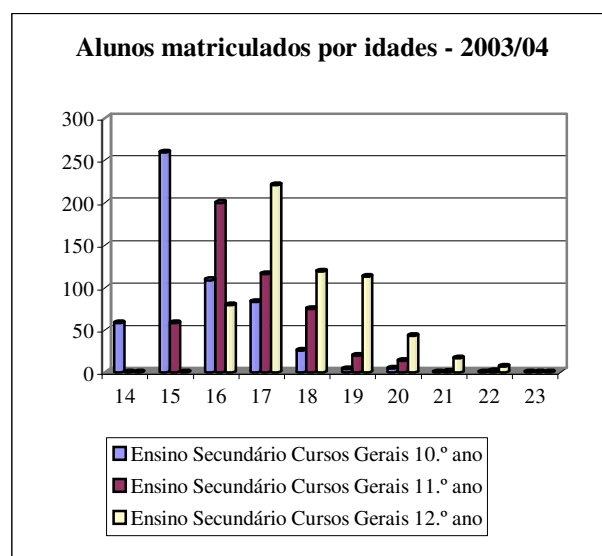


Figura n.º 17

De um modo geral verifica-se que os cursos de cariz geral têm mais matrículas que os cursos tecnológicos, maioritariamente de alunos entre os 15 e os 18 anos.

### 3.7. Alunos de outras nacionalidades

**Quadro n.º 24 – Alunos de outra nacionalidade**

Ano Lectivo 2004/05					
Países	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	Total
Alemanha	0	2	5	8	15
Bélgica	1	3	0	0	4
Bulgária	2	0	0	4	6
Dinamarca	1	0	0	0	1
Espanha	7	2	4	2	15
França	6	4	12	28	50
Grécia	1	0	0	0	1
Holanda	0	0	0	2	2
Inglaterra	8	4	3	0	15
Irlanda	1	0	1	5	7
Itália	0	0	0	1	1
Jugoslávia	0	1	1	0	2
Moldávia	13	4	7	0	24
Roménia	8	7	4	7	26
Rússia	7	4	3	0	14
Suécia	1	0	0	2	3
Suíça	8	2	4	2	16
Ucrânia	38	14	9	5	66
África do Sul	0	0	1	6	7
Angola	8	7	6	6	27
Cabo Verde	4	8	3	9	24
Egipto	1	0	0	0	1
Guiné	5	4	9	3	21
Marrocos	1	0	1	0	2
S. Tomé e Príncipe	2	0	0	0	2
Tunísia	0	0	1	0	1
Argentina	0	1	2	2	5
Brasil	21	13	27	11	72
Colômbia	1	0	0	0	1
Cuba	2	0	0	0	2
Venezuela	0	0	3	12	15
Canadá	0	1	0	5	6
EUA	1	1	3	6	11
Austrália	0	2	1	1	4
China	2	0	0	0	2
India	2	0	0	0	2
Macau	1	0	0	0	1
Turquia	0	0	1	0	1
<b>Total</b>	<b>154</b>	<b>86</b>	<b>114</b>	<b>127</b>	<b>475</b>

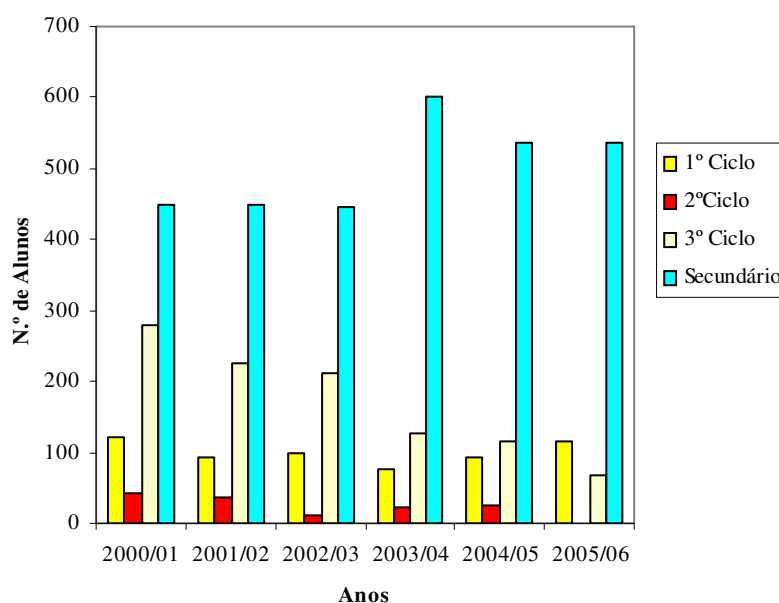
Fonte: DREALg



Dentre os estrangeiros que frequentam o ensino verifica-se que em todos os ciclos se regista um número superior de alunos de nacionalidades oriundas da Europa de Leste, França e Brasil, facto que está relacionado com a crescente imigração principalmente de países como a Moldávia, Ucrânia, Roménia, Rússia e Brasil. Este número crescente de alunos de outras nacionalidades tem contribuído para contradizer os casos de dispersão e diminuição de alunos em especial nas escolas situadas nas zonas rurais.

### 3.8. Evolução da frequência de alunos no Ensino Recorrente

Figura n.º 18 - Evolução no Ensino Recorrente



Fonte: DREAlg

De um modo geral, no 2.º e 3.º Ciclo a frequência de alunos baixou e no 1.º Ciclo e Ensino Secundário regista um aumento.

### 3.9. Evolução da frequência de alunos no Ensino Profissional

Quadro n.º 25 – Evolução da frequência no Ensino Profissional

Estabelecimento de Ensino	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
Escola de Hotelaria e Turismo	236*	236*	236	236*	236*
Escola Profissional D. Francisco Gomes de Avelar	134	131	135	127	128
Instituto Técnico Seguros	29	66	66	66	46
Total	399	433	437	429	410

\*Valores Estimados

Fonte: EHTA

**Quadro n.º 26 – Evolução da frequência no Centro de Formação Profissional de Faro**

<b>Centro de Formação Profissional de Faro</b>					
<b>Tipologia</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Aprendizagem	333	347	254	328	311
Qualificação Inicial	148	468	155	164	131
Formação Contínua	691	702	611	576	567
Educação e Formação de Adultos	55	89	42	24	88
Formação para desempregados	178	246	167	327	182
Educação e Formação de Jovens	---	18	37	52	70
Formação de Formadores	---	84	41	144	126
Formação de Grupos Desfavorecidos	---	---	8	---	---
Cursos de Especialização Tecnológica	---	---	12	---	22
<b>Total</b>	1405	1994	1427	1627	1497

Fonte: IEFP

### **3.10. Caracterização da oferta e da procura**

No ano lectivo de 2006/2007 o Parque Escolar da Rede Pública é constituído por 4 Jardins de Infância, 20 Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, 6 Escolas dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e 3 Escolas Secundárias.

Estão constituídos sete Agrupamentos de escolas: um agrupamento horizontal, seis agrupamentos verticais, para além de uma Escola EB1 não agrupada.

#### **Agrupamento Horizontal de S. Luís**

Escola EB1 de Faro n.º 1 (S. Luís) – (Escola Sede)

Escola EB1 de Faro n.º 3 (Bom João)

#### **Agrupamento Vertical D. Afonso III**

EB 2,3 D. Afonso III – (Escola Sede)

Escola EB1 de Faro n.º 2 (Carmo)

Jardim de Infância de Faro

Escola EB1 e Jardim de Infância da Conceição

#### **Agrupamento de Escolas da Sé**

EB 2,3 de Santo António – (Escola Sede)

Escola EB1 de Faro n.º 4 (Penha)

Escola EB1 de Areal Gordo

Escola EB1 da Ferradeira;

#### **Agrupamento Vertical**

EB 2,3 Dr. José Neves Júnior – (Escola Sede)

Escola EB1 de Faro n.º 5 (Vale Carneiros)

Escola EB1 de Mar e Guerra

#### **Agrupamento de Escolas do Montenegro**

EB 2,3 do Montenegro – (Escola Sede)

Escola EB1 e Jardim de Infância do Montenegro

Escola EB1 da Ilha do Ancão

Escola EB1 de Marchil

Escola EB1 do Patacão

#### **Agrupamento Vertical de Escolas de Estoi**

Escola EB 2,3 Poeta Emiliano da Costa – (Escola Sede)

Escola EB1 e Jardim de Infância de Santa Bárbara de Nexe

Escola EB1 do Medronhal

Escola EB1 de Estoi

Escola EB1 de Mata Lobos

Escola EB1 de Bordeira

Escola EB1 da Ilha da Culatra (pertence ao Agrupamento Vertical de Escolas- Olhão).

Escola EB1 do Alto Rodes (escola não agrupada)

EB 2,3 Dr. Joaquim de Magalhães (escola não agrupada)

O Decreto-Regulamentar n.º 12/2000 de 29 de Agosto estabeleceu:

*Artigo 2º*

1. *Agrupamento de Escolas é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída por estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais níveis e ciclos de ensino, a partir de um projecto pedagógico comum, com vista à realização das finalidades seguintes:*
  - a) *Favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória numa dada área geográfica;*
  - b) *Superar situações de isolamento de estabelecimentos e prevenir a exclusão social;*
  - c) *Reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos que o integram e o aproveitamento racional dos recursos;*
  - d) *Garantir a aplicação de um regime de autonomia, administração e gestão, nos termos de presente diploma;*
  - e) *Valorizar e enquadrar experiências em curso*

*Artigo 6º*

1. *A constituição de agrupamentos de escolas considera, entre outros, critérios relativos à existência de projectos pedagógicos comuns, à construção de percursos escolares integrados, à articulação curricular entre níveis e ciclos educativos, à proximidade geográfica, à expansão da educação pré-escolar e à reorganização da rede educativa.*
2. *Cada um dos estabelecimentos que integra o agrupamento de escolas mantém a sua identidade e denominação próprias, recebendo o agrupamento uma designação que o identifique, nos termos da legislação em vigor.*
3. *O agrupamento de escolas integra estabelecimentos de educação e de ensino de um mesmo concelho, salvo em casos devidamente justificados e mediante parecer favorável das autarquias locais envolvidas.*
4. *No processo de constituição de um agrupamento de escolas deve garantir-se que nenhum estabelecimento fique em condições de isolamento que dificultem uma prática pedagógica de qualidade.*

Nesse sentido o agrupamento de Escolas ainda se encontra em desenvolvimento com vista a uma optimização da oferta de ensino.

### **3.10.1. Educação Pré-Escolar**

A Educação Pré-Escolar passou a ser considerada a 1ª etapa de Educação Básica, para a qual a legislação em vigor define claramente o papel participativo das famílias, bem como o papel do Estado, das Autarquias e da iniciativa particular, cooperativa e social.

O Dec-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho, estabeleceu a existência de uma rede nacional da Educação Pré-Escolar, integrando a rede pública e a rede privada, sendo esta junção e expansão asseguradas através da articulação entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade, garantindo que esta Rede tenha, em simultâneo, fins educativos, sociais e de apoio às famílias.

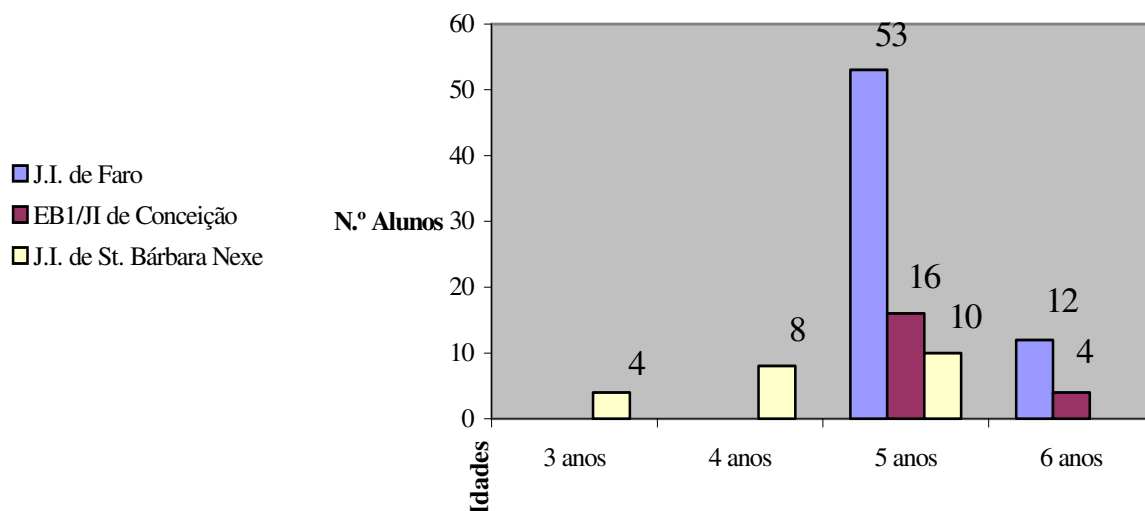
A Lei Quadro da Educação Pré-Escolar refere como principais objectivos para a educação pré-escolar:

- Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspectiva de educação para a cidadania;
- Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;
- Estimular o desenvolvimento global de cada criança, no respeito pelas suas características individuais, incutindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas;
- Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência do seu papel como membro da sociedade;
- Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efectiva colaboração com a comunidade.

A rede de estabelecimentos de Educação Pré-Escolar do Concelho de Faro é constituída por 27 Jardins de Infância, dos quais 4 pertencem à Rede Pública e 23 pertencem à Rede Particular e Cooperativa.

Tanto na Rede Pública como na Particular ou Cooperativa, a oferta está longe de corresponder à procura existente, sendo do conhecimento geral a existência de extensas listas de espera.

**Figura n.º 19 –Pré-Escolar – Rede Pública**



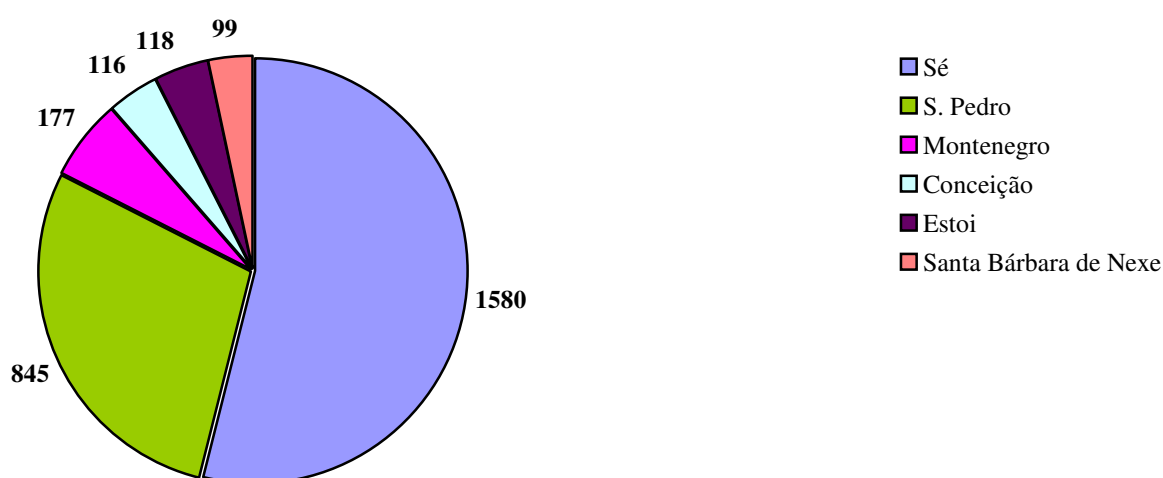
Fonte: DREAlg

Nota: Os Jardins de Infância do Montenegro e da Conceição iniciaram a sua actividade no ano lectivo de 2006/07

### 3.10.2. 1.º Ciclo do Ensino Básico

**Figura n.º 20 - Frequência de alunos por freguesia  
Rede Pública e Privada e Cooperativa**

Ano lectivo 2005/06



Fonte: DREAlg

Da observação do gráfico verifica-se que os estabelecimentos de ensino situados na freguesia da Sé detêm mais de 53% das matrículas do 1º ciclo, seguida da freguesia de S. Pedro com cerca de 30%. Estes valores reflectem os problemas de sobrelotação com que as escolas EB1 da rede pública situadas no centro urbano se deparam, obrigando ao seu funcionamento em regime duplo, e os problemas de isolamento e frequência reduzida das escolas EB1 situadas na zona rural.

Para colmatar os problemas de sobrelotação e de horários duplos pretende-se construir três outros Centros Educativos.

**Quadro n.º 27 - N.º de alunos matriculados nos estabelecimentos da Rede Pública  
Ano lectivo 2005/06**

Escolas	alunos	alunos	alunos	alunos	alunos	turmas
	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	Total	
Escola básica do 1.º Ciclo de Alto de Rodes - Faro	78	88	83	89	338	16
Escola básica do 1.º Ciclo de Areal Gordo	17	25	21	18	81	4
Escola básica do 1.º Ciclo de Bordeira	4	3	5	3	15	1
Escola básica do 1.º Ciclo de Conceição	21	20	18	20	79	4
Escola básica do 1.º Ciclo de Estoi	29	24	27	38	118	6
Escola básica do 1.º Ciclo de Ferradeira	7	12	9	9	37	2
Escola básica do 1.º Ciclo de Ilha da Culatra	7	13	5	8	33	2
Escola básica do 1.º Ciclo de Ilha do Ancão	8	5	6	2	21	2
Escola básica do 1.º Ciclo de Mar e Guerra	9	7	8	6	30	2
Escola básica do 1.º Ciclo de Marchil	7	10	10	8	35	2
Escola básica do 1.º Ciclo de Mata Lobos	1	2	9	9	21	2
Escola básica do 1.º Ciclo de Medronhal	6	4	1	7	18	2
Escola básica do 1.º Ciclo de Montenegro	43	40	34	39	156	8
Escola básica do 1.º Ciclo de Patação	13	18	11	16	58	3
Escola básica do 1.º Ciclo de Stª Bárbara de Nexe	10	28	10	10	58	3
Escola básica do 1.º Ciclo nº 1 de Faro	108	119	118	95	440	20
Escola básica do 1.º Ciclo de Gorjões	0	5	0	3	8	1
Escola básica do 1.º Ciclo nº 2 de Faro	63	76	71	70	280	12
Escola básica do 1.º Ciclo nº 3 de Faro	48	58	61	61	228	11
Escola básica do 1.º Ciclo nº 4 de Faro	65	71	54	75	265	13
Escola básica do 1.º Ciclo nº 5 de Faro	68	39	51	48	206	9
<b>Sub-Total</b>	<b>612</b>	<b>667</b>	<b>612</b>	<b>634</b>	<b>2525</b>	<b>125</b>

### 3.10.3. 2,3.º Ciclos do Ensino Básico

No Concelho existem seis Estabelecimentos do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico: Escola EB 2,3 D. Afonso III, EB 2,3 de Santo António, EB 2,3 Dr. Neves Júnior, EB 2,3 Dr. Joaquim Magalhães, EB 2,3 do Montenegro e EB 2,3 Poeta Emiliano da Costa.

#### *Escola E.B. 2, 3 D. Afonso III*

A Escola E.B. 2,3 D. Afonso III situada na Freguesia de S. Pedro, é rodeada por um amplo espaço arborizado onde se situam os campos de jogos, o ringue de patinagem e o pavilhão gimnodesportivo.

Os serviços desta Escola distribuem-se por uma área dispersa formada por 30 salas de aula, sala de Professores, sala de Directores de Turma, Secretaria, refeitório, bufete, polivalente, papelaria, reprografia, gabinete dos Serviços de Acção Social Escolar, gabinete Médico, gabinete de Atendimento de Alunos e Anfiteatro, Biblioteca, sala de AudioVisuais, a sala de Computadores e a sala de Estudo.

O corpo docente desta Escola é constituído por 88 professores maioritariamente do Quadro de nomeação definitiva. O corpo discente é constituído por 655 alunos do 2º e 3º Ciclos.

O pessoal não docente é constituído por 29 Auxiliares de manutenção e serviços e 11 Administrativos .

Relativamente à Cidade esta Escola tem a sua área de influência confinada a sul da Avenida Calouste Gulbenkian, a oeste da Rua do Alportel, para sul da Rua General Teófilo Trindade, norte da Rua da Comunidade Lusíada/Avenida da República, a norte da Praça D. Francisco Gomes, Rua de Stº António e Largo dos Combatentes da Grande Guerra e este da Rua Dr. Cândido Guerreiro. Para além da Cidade a Escola estende a sua influência às áreas rurais: Alcaria Cova, Alface, Arneiro, Bela Curral, Braciais, Bela Salema, Campinas, Chaveca, Conceição de Faro, Estoi, Falfosa, Mar e Guerra, Montenegro, Paço Branco, Praia de Faro, St.ª Bárbara de Nexe e Vale da Venda.

A Escola funciona em dois turnos:

- Diurno: das 8:30 h às 13:15 horas e das 13:30 h às 18:20 horas
- Nocturno: das 19:15 h às 23:20 horas

### ***Escola E.B. 2, 3 de Santo António***

Situada na Freguesia da Sé, a Escola E.B. 2, 3 de Santo António é constituída por 13 salas de aulas, 2 salas de Educação Visual., 1 sala de Educação Tecnológica, 2 salas de Educação Visual e Tecnológica, 1 sala de Educação Musical, 3 gabinetes, 3 seminários, 3 laboratórios de ciências e 1 anexo de preparação, sala de pessoal auxiliar, sala de alunos, bar de alunos, refeitório, cozinha com sala de pessoal e 2 despensas, papelaria, gabinete médico, sala de professores, biblioteca, auditório, reprografia, gabinete de SASE, gabinete de Gestão, secretaria com arquivo, 1 pavilhão gimnodesportivo , 2 balneários, campo de futebol e basquetebol exteriores, 4 arrecadações de material didático e instalações sanitárias para alunos e professores.

O corpo docente é constituído por 86 professores e o corpo discente por 646 alunos dos 2º e 3º Ciclos. O corpo não docente é formado por 31 Auxiliares de manutenção e serviços e 8 Administrativos.

Na Cidade a Escola estende a sua influência a sul da Avenida Cidade de Hayward, para este da Rua Capitão José Vieira Branco, para sul da Rua Dr. Emiliano da Costa, a este da Rua Ataíde de Oliveira, a sul da Rua General Humberto Delgado, a este da Rua Dr. Cândido Guerreiro, a norte da Avenida 5 de Outubro e a este da Avenida de Olivença. Esta Escola estende a sua influência às seguintes áreas rurais: Bela Curral, Braciais, Chão de Cevada, Ferradeira, Gambelas, Galvana, Marchil, Praia de Faro, Rio Seco e Torre Natal.

O horário de funcionamento da Escola é:

- Das 8:30 h às 13:15 horas
- Das 13:30 h às 18:20 horas



### ***Escola E.B. 2, 3 Dr. Neves Júnior***

A Escola E.B. 2, 3 Dr. Neves Júnior situa-se na Freguesia de S. Pedro. O edifício é constituído por 7 blocos, dos quais três são constituídos por salas de aulas e um de serviços administrativos. Possui polivalente refeitório, cozinha, papelaria, bufete e sala de convívio, auditório, biblioteca-mediateca, centro de recursos Informáticos, e pavilhão gimnodesportivo com balneários.

O corpo docente é constituído por 79 professores e o corpo não docente por 25 auxiliares de manutenção e serviços, 10 administrativos e 1 trabalhador da área da Saúde e Serviços.

Na Cidade a sua área de influência estende-se a norte da Avenida Caloust Gulbenkian, a este da Rua do Alportel, a norte da Rua General Teófilo Trindade, à praça Coronel Pires Viegas, a norte da Rua Dr. Emiliano da Costa e a norte da Avenida Cidade de Hayward.

Os transportes são frequentes, não obrigando à longa espera dos jovens no regresso aos locais de residência. Esta Escola estende a sua influência às seguintes áreas rurais: Arneiro, Azinheiro, Bela Curral, Bela Salema, Bordeira, Braciais, Campinas, Chaveca, Chelote, Conceição de Faro, Estoi, Falfosa, Gambelas, Mar e Guerra, Montenegro, Paço Branco, Patação, Praia de Faro e Rio Seco.

O horário de funcionamento da Escola é:

- Das 8:30 h às 13:15 horas
- Das 13:30 h às 18:20 horas

### ***Escola E.B. 2, 3 Dr. Joaquim de Magalhães***

Esta Escola situa-se na Freguesia da Sé, entre a zona antiga da Cidade (Horta do Ferragial) e alguns bairros novos. Construído em 1987 este estabelecimento de ensino procurou dar resposta às necessidades escolares crescentes no 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico.

O edifício é constituído por 7 blocos individualizados, dos quais 3 são constituídos por salas de aulas e 1 pelos serviços administrativos. Tem polivalente refeitório, cozinha, papelaria, bufete e sala de convívio e pavilhão gimnodesportivo com campo de jogos e balneários.

O corpo docente é constituído por 88 professores, o corpo discente é formado por 746 alunos dos 2º e 3º Ciclos. O pessoal não docente é formado por 25 auxiliares de manutenção e serviços, 8 administrativos e 1 psicólogo.

Na Cidade a sua influência estende-se a sul da Rua Comunidade Lusíada, D. Francisco Gomes, S.to António, Avenida 5 de Outubro e a oeste da Avenida de Olivença.

Esta Escola estende a sua influência às seguintes áreas rurais: Areal Gordo, Arneiro, Bela Curral, Bela Salema, Ferradeira, Galvana, Gambelas, S. João da Venda e Torre Natal.

O horário de funcionamento da Escola é:

- Das 8:30 h às 13:15 horas
- Das 13:30 h às 18:20 horas

### ***Escola E.B. 2, 3 do Montenegro***

A Escola E.B.2.3. de Montenegro, localizada na Freguesia do Montenegro, iniciou a sua actividade no ano lectivo de 1990/1991 em instalações provisórias no Seminário em Faro, tendo passado para as actuais instalações no ano lectivo de 1991/1992.

Funcionam nesta Escola o 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, leccionados por 56 professores e com uma frequência de 370 alunos. O pessoal não docente é constituído por 37 auxiliares de manutenção e serviços e 1 auxiliar de gestão e administração.

A Escola é constituída por 12 salas de aula, laboratórios de Ciências da Natureza/Naturais e de Ciências Físico-Química, sala de Educação Visual e Tecnológica, sala de Educação Visual, sala de Educação Musical, Anfiteatro; campos desportivos e balneários; 1 ginásio polidesportivo com balneários.

Para além da área urbana do Montenegro esta Escola estende a sua influência às seguintes áreas rurais: Arneiro, Falfosa, Gambelas, Gorjões, Mata Lobos, Patação, Praia de Faro, Pontes de Marchil, St.<sup>a</sup> Bárbara de Nexe e Vale da Venda.

O horário de funcionamento da Escola é:

- Das 8:30 h às 13:15 horas
- Das 13:30 h às 18:20 horas

### ***Escola E.B. 2, 3 Poeta Emiliano da Costa***

Situada na Freguesia de Estoi esta Escola é constituída por 9 salas de aulas, sala de Educação Visual., sala de Educação Tecnológica, sala de Desenho, sala de Educação Musical, gabinete, 3 seminários, 3 laboratórios de ciências e 1 anexo de preparação, 1 laboratório de fotografia, sala de pessoal auxiliar, sala de alunos, bar de alunos, refeitório, cozinha com sala de pessoal e despensas, papelaria, gabinete médico, sala de professores, biblioteca, auditório, reprografia, gabinete de Gestão, secretaria com arquivo, pavilhão gimnodesportivo com balnearos, 1 campo de futebol e basquetebol exteriores, 10 arrecadações de material didáctico, 3 arrecadações de material de limpeza e instalações sanitárias para alunos e para professores.

O corpo docente é constituído por 43 professores o corpo discente por 348 alunos dos 2º e 3º Ciclos. O pessoal não docente é composto por 17 auxiliares de manutenção e serviços, 11 de gestão e administração.

Para além da Aldeia de Estoi esta Escola estende a sua influência às seguintes áreas: Alcaria Branca, Alcaria Cova, Agostos, Alface, Arjona, Azinheiro, Bela Salema, Besouro, Bordeira, Campinas, Cancela, Chaveca, Conceição de Faro, Falfosa, Gorjões, Mata Lobos, Medronhal, Paço Branco, Sambada e St.<sup>a</sup> Bárbara de Nexe.

O horário de funcionamento da Escola é:

- Das 8:30 h às 13:15 h
- Das 13:30 h às 17:20 h

**Quadro n.º 28 – Taxas de Ocupação**

Escolas	Total		alunos / turmas	Capacidade	Taxa de ocupação
	alunos	turmas			
EB23 D Afonso III	655	29	22,59	30	96,67 %
EB23 Joaquim Magalhães	746	34	21,94	30	113,33 %
EB23 José Neves Júnior	539	25	21,56	30	83,33 %
EB23 Santo António	646	30	21,53	30	100,00 %
EB23 Poeta Emiliano Costa	348	18	19,33	20	90,00 %
EB23 Montenegro	370	21	17,62	24	87,50 %
<b>Sub-Total</b>	<b>3304</b>	<b>157</b>	<b>21,04</b>	<b>164</b>	<b>95,73 %</b>

Fonte: DREALg

Os valores da taxa de ocupação apresentados revelam que as escolas E.B.2,3 Joaquim Magalhães e a E.B.2,3 Stº António estão em situação de sobrelotação.

#### **3.10.4. Ensino Secundário**

No concelho de Faro a rede pública é constituída pelos seguintes estabelecimentos de ensino secundário: Escola Secundária Tomás Cabreira, Escola Secundária Pinheiro e Rosa e Escola Secundária João de Deus. Não existe oferta no âmbito do Ensino Particular e Cooperativo neste grau de ensino.

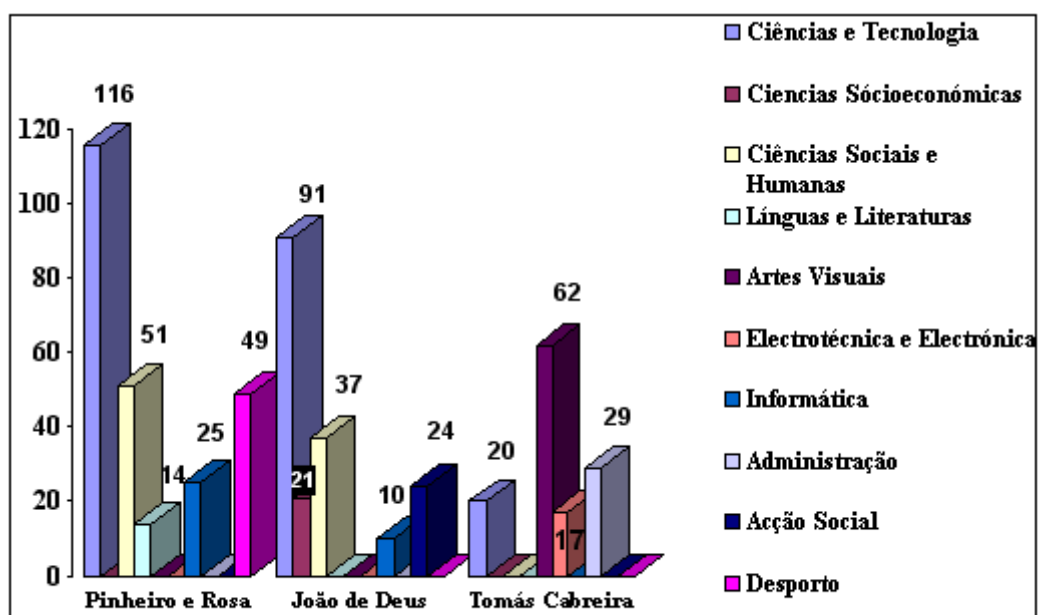
O Ensino Secundário subdivide-se em áreas de cariz geral, nomeadamente Ciências e Tecnologias, Ciências Sócioeconómicas, Ciências Sociais Humanas, Línguas e Literaturas e Artes Visuais. Os cursos de cariz tecnológico são os seguintes: Construção Civil e Edificações, Electrotecnia e Electrónica, Informática, Design de Equipamentos, Ordenamento do Território, Multimédia, Marketing, Administração, Acção Social e Desporto.

Quadro n.º 29 – Oferta de Cursos Gerais e Tecnológicos – 2005/06

Escolas Secundárias	Cursos Científico Humanísticos	Cursos Tecnológicos	Certificação Escolar
Tomás Cabreira	Ciências e Tecnologias	Marketing	12.º ano
	Ciências Socioeconómicas	Multimédia	
	Artes Visuais	Administração	
		Electrotecnia e Electrónica	
Pinheiro e Rosa	Ciências e Tecnologias	Desporto	12.º ano
	Ciências Sociais e Humanas		
	Línguas e Literaturas	Informática	
João de Deus	Ciências e Tecnologias	Acção Social	12.º ano
	Ciências SócioEconómicas		
	Ciências Sociais e Humanas	Informática	

Fonte: DREA1g

Figura n.º21 –10º ano: procura/oferta

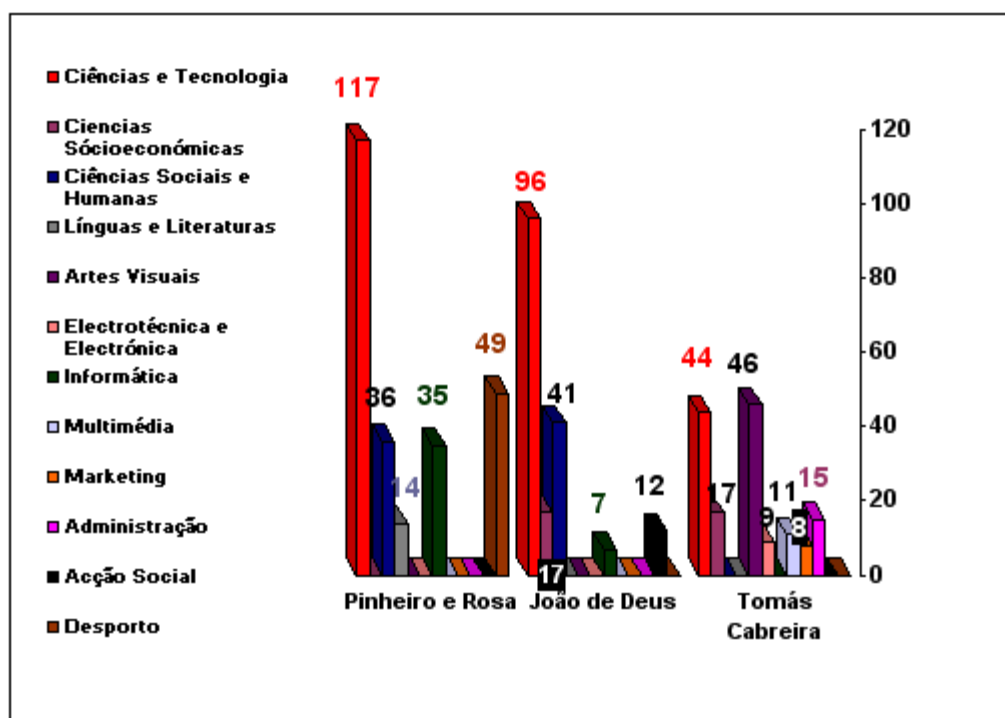


Fonte: DREA1g

Com as recentes reformulações o Ensino Secundário deixou de estar dividido por Agrupamentos e passou a ser constituído por áreas classificadas por gerais (Cursos Científico-humanísticos) ou tecnológicas. Das áreas de âmbito geral as que são mais procuradas são a das Ciências e Tecnologia, Ciências Sociais Humanas e as Artes Visuais

A Escola Secundária Pinheiro e Rosa e a João de Deus são as que registam uma maior procura na área das Ciências e Tecnologia. Dos cursos de âmbito tecnológico destaca-se o Desporto e a Informática, que registam uma considerável procura na Escola Secundária Pinheiro e Rosa. Importa referir que existem cursos de âmbito Tecnológico que não são procurados e por isso não foram mencionados no gráfico, nomeadamente Construção Civil e Edificações, Design de Equipamentos, Ordenamento do Território, Multimédia e Marketing.

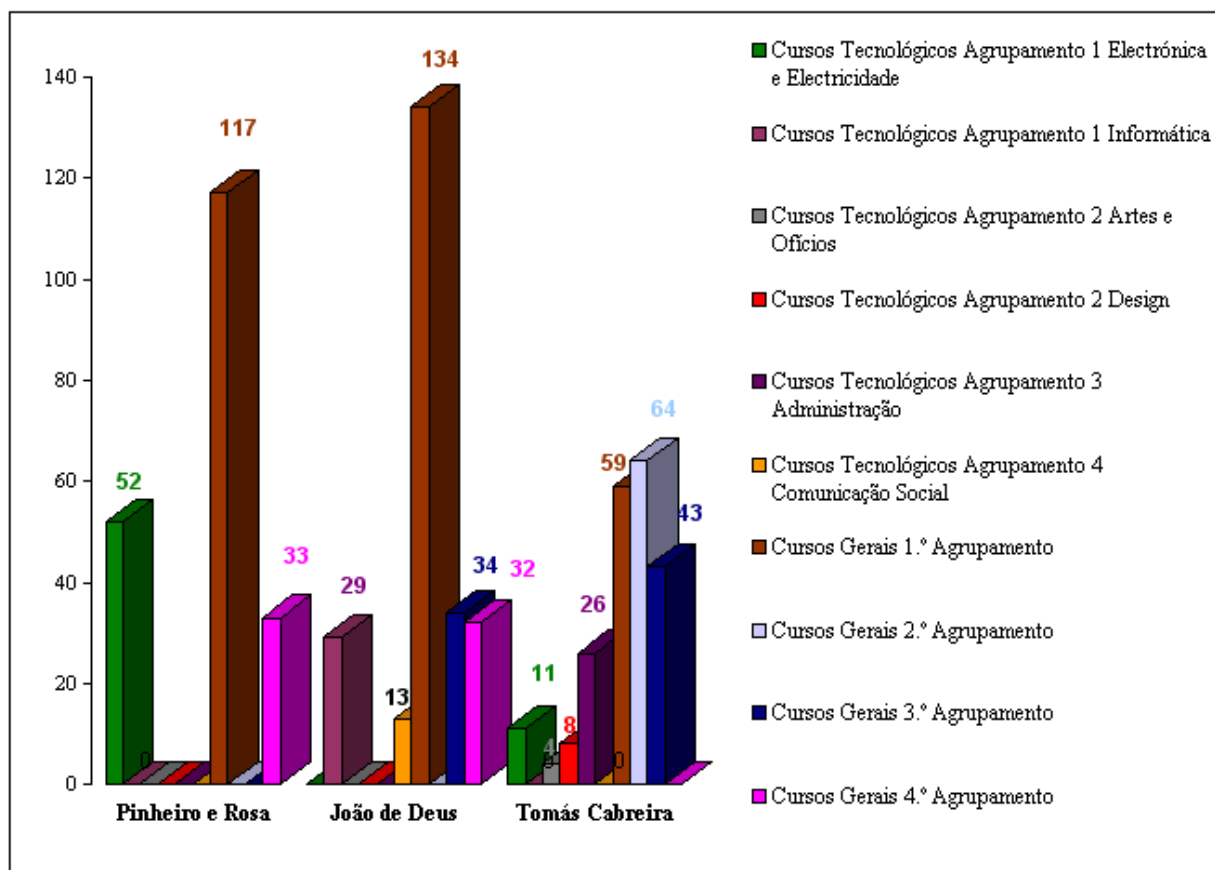
Figura n.º22 –11º ano: procura/oferta



Fonte: DREA1g

Ao nível do 11.º ano nota-se também um maior número de jovens nos cursos de âmbito geral, na área das Ciências e Tecnologia, Ciências Sociais e Humanas. Na área tecnológica é visível mais uma vez uma preferência pela Informática e Desporto.

Figura n.º23 –12º ano: procura/oferta



Fonte: DREA1g

O actual 12.º ano ainda não sofreu as reformulações que já ocorreram no 10.º e 11.º anos, pelo que ainda se analisa com base nos 4 Agrupamentos existentes. Destaca-se na Escola Secundária Pinheiro e Rosa e na João de Deus uma maior na área do Científico Natural, no que concerne aos cursos gerais. A área Tecnológica é marcada por uma maior concentração no Curso de Electrónica e Electricidade e no de Informática. A área Tecnológica é caracterizada por uma oferta superior à procura, uma vez que existem cursos que não têm candidatos como é o caso de Construção Civil, Mecânica e Química, Serviços Comerciais, e Animação Social, e ainda uma fraca afluência ao curso de Artes e Ofícios e Design.

### ***Escola Secundária João de Deus***

Esta Escola inaugurada em 1948, está localizada no topo da Avenida 5 de Outubro, na Cidade de Faro envolvida por um espaço verde conhecido por Mata do Liceu.

É constituída por um edifício de 3 pisos com 22 salas normais, 2 salas para a área das artes, 3 anfiteatros (2 com equipamento vídeo), laboratórios de informática, laboratórios de biologia, laboratórios de química, laboratórios de física, laboratórios de matemática, centro de recursos (biblioteca, videoteca, internet, ...), sala de reuniões, gabinete de recepção aos Encarregados de Educação, gabinete de directores de turma, centro de produção de vídeo, centro de rádio, sala de música, sala de jornalismo (em formação), gabinetes de grupos disciplinares, 2 salas de alunos, sala de professores, ginásio, 2 salas de arquivos, cantina (média de 250/300 refeições diárias), secretaria, papelaria e reprografia.

A Escola apresenta um corpo docente estável constituído por 94 Professores. O corpo discente é formado por 605 alunos do 10º, 11º e 12º anos.

O pessoal não docente é constituído por 53 funcionários (17 na Gestão/Administrativos, 33 na Manutenção e Serviços, 2 nos Apoios pedagógicos e 1 na Saúde e serviços).

O horário de funcionamento da Escola é:

- Das 8:30 h às 13:15 h
- Das 13:30 h às 18:15 h

A grande maioria dos alunos que frequenta esta Escola reside na área urbana de Faro, embora a Escola exerça também uma forte atracção de jovens residentes nos concelhos limítrofes (Loulé, Olhão).

Os padrões de insucesso não são preocupantes, contudo as turmas dos cursos Tecnológicos e da área de Desporto apresentam resultados que deverão merecer alguma reflexão.

É necessário proceder à remodelação dos espaços:

- Valorização dos espaços exteriores (em curso)
- Remodelação das salas de aula e laboratórios (em curso).

### ***Escola Secundária Tomás Cabreira***

Este estabelecimento de ensino está localizado na Freguesia da Sé, na baixa da cidade, numa zona mista com habitação, comércio e serviços confinando com uma ampla área verde chamada Jardim da Alameda. Esta Escola tem vindo a desempenhar um importante papel na cidade e na região no que se refere à formação de quadros médios, predominantemente de vocação tecnológica e artística, procurando colocar os jovens no mercado de trabalho.

As instalações são constituídas por 14 salas de aula, laboratórios de Biologia, Física, Química, Matemática, Fotografia, Mecânica e Electricidade, 1 ginásio e 2 campos polidesportivos ao ar livre. Há ainda a considerar os gabinetes de trabalho de cada grupo ou disciplina, o gabinete de directores de turma/coordenadores pedagógicos, a sala de professores e o respectivo anexo, a sala da Associação de Estudantes, os gabinetes que

constituem a Área Pedagógica, em particular o gabinete dos serviços de orientação escolar; a biblioteca; o auditório.

Constituem ainda espaços escolares: gabinete do Conselho Executivo; gabinete dos serviços de Acção Social Escolar; reprografia; papelaria; gabinete do pessoal auxiliar de Acção Educativa; bufete; refeitório e cozinha; sala de convívio dos alunos; arrecadações; serviços administrativos e o arquivo; instalações sanitárias; espaços exteriores.

O corpo docente é constituído por 142 Professores. O corpo discente é formado por 565 alunos distribuídos pelo 10º, 11º e 12º ano em regime diurno e 523 do ensino secundário recorrente (regime nocturno). O pessoal não docente é constituído por 50 funcionários, dos quais 13 estão na Gestão/Administração, 35 na Manutenção e Serviços, 1 técnicos de acção social escolar e laboratório e 1 psicólogo de orientação e apoio.

Os turnos de funcionamento da Escola são os seguintes:

- Diurno: das 8:30 h às 18:15 h
- Nocturno: das 19:15 h às 23:25 h

### ***Escola Secundária Pinheiro e Rosa***

A Escola Secundária Pinheiro e Rosa situada na Freguesia da Sé é constituída por um edifício com três blocos interligados, pavilhão polidesportivo, zonas verdes, campos de jogos e recreio. Possui salas e equipamentos específicos nomeadamente laboratórios de biologia, Física e Química, laboratório de informática, oficinas de Carpintaria e Construção Civil, laboratório de desenho, espaços e recursos de apoio (gabinete de serviços de psicologia e orientação, gabinete de apoio ao jovem, sala de atendimento aos encarregados de educação, gabinetes para clubes e para departamentos, biblioteca), espaço de trabalho e convívio para docentes, espaço para serviços de gestão e administração, espaços de convívio e ocupação de tempos livres para alunos.

No ano lectivo 2005/2006 a Escola o quadro docente é constituído por 123 professores. O pessoal não docente é constituído por 47 funcionários, dos quais 11 nos serviços de Gestão e Administração, 36 nos Serviços e Manutenção, 1 na Saúde e Serviços. Frequentam esta Escola 819 alunos em regime diurno e 12 alunos em regime nocturno. Desde 2002/2004, que se tem vindo a verificar um aumento da frequência do número de alunos implicando uma taxa de ocupação de 112,12%.

Os turnos de funcionamento da Escola são os seguintes:

- Diurno: das 8:30 h às 18:20 h
- Nocturno: das 19:30 h às 23:30 h



**Quadro n.º 30 - Alunos e Turmas no ano lectivo de 2005/2006**

Escolas Secundárias	10º ano		11º ano		12º ano		Total		alunos / turmas	Capacidade	Taxa de ocupação
	alunos	turmas	alunos	turmas	alunos	turmas	alunos	turmas			
ES Pinheiro e Rosa	388	19*	229	11	202	7	819	37	22,14	33	112,12%
ES João de Deus	190	10	173	9	242	10	605	29	20,86	42	69,05%
ES Tomás Cabreira	200	11	150	9	215	11	565	31	18,23	36	86,11%
Sub-Total	778	40	552	29	659	28	1989	97	20,51	111	87,39%

Fonte: DREAlg

\* Das quais 8 turmas correspondem a Cursos de Educação e Formação, na área da Informática (6 turmas) e 2 turmas de Construção Civil (Carpinteiro de Limpos).

A Escola de Pinheiro e Rosa está sobrelotada, apresentando uma taxa de ocupação superior a 100%.

### 3.10.5. Aproveitamento

**Quadro n.º 31 - Taxas de Analfabetismo – 1991 / 2001**

Analfabetos com mais de 10 anos – 2001			Faro		Algarve	Portugal
HM	H	M	1991	2001	2001	2001
3929	1650	2279	8,7 %	7,5 %	10,4 %	9,0 %

Fonte: INE 2001

Verifica-se que as taxas de analfabetismo são baixas comparativamente ao registado no Distrito e no País notando-se que entre 1991 e 2001 se regista uma diminuição de 1,2% no concelho de Faro, o que poderá estar na base de uma ligeira evolução positiva, embora pouco significativa, em termos de escolarização.

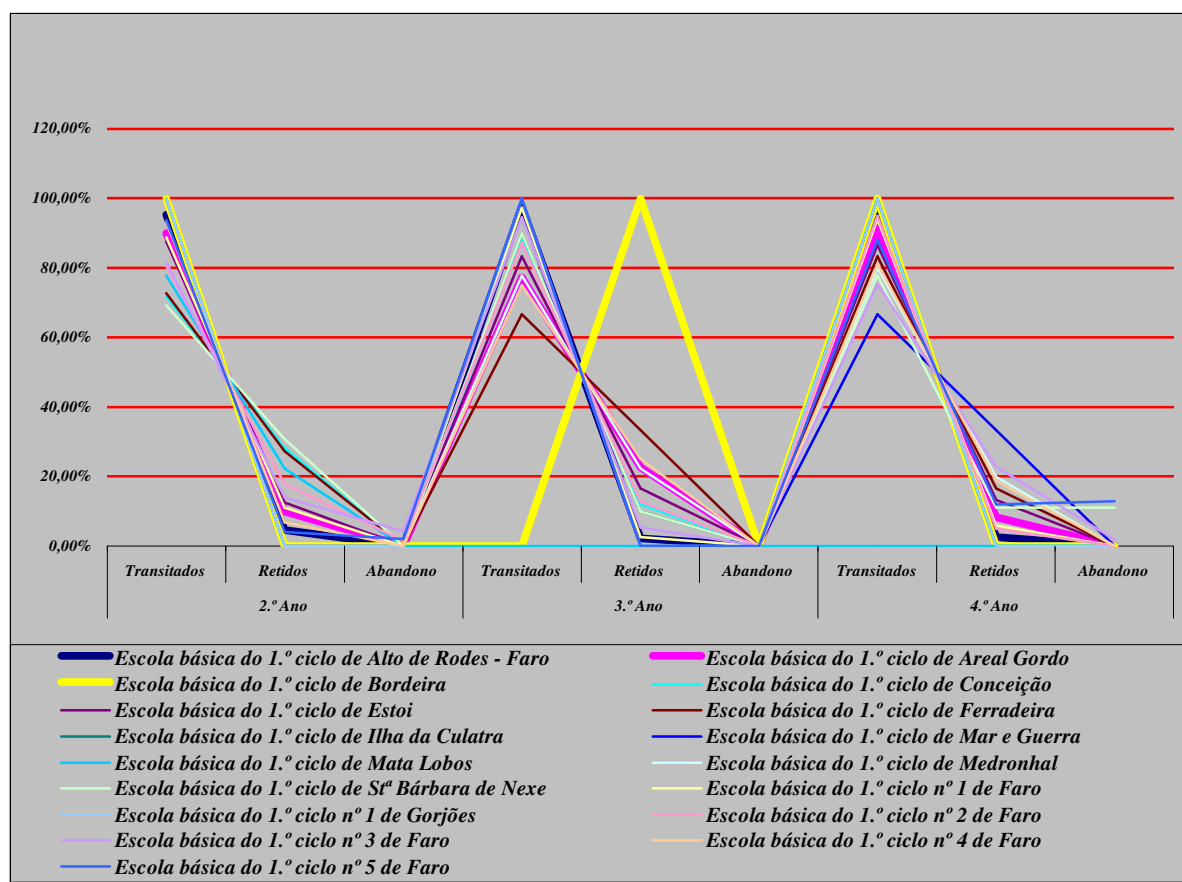
**Quadro n.º 32 - Nível de escolaridade da população residente**

Sexo	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Médio	Ensino Superior
HM	17281	5519	6513	11545	608	9715
H	8321	2995	3414	5662	313	4195
M	8960	2524	3099	5883	295	5520

Fonte: INE 2001

No que diz respeito ao nível de escolarização da população de Faro verifica-se que 17281 indivíduos possuem o 1.º Ciclo do Ensino Básico, 11545 indivíduos possuem o Ensino Secundário e 9715 têm habilitações superiores.

Figura n.º 24 - Aproveitamento no 1.º Ciclo do Ensino Básico - 2003/04



Fonte: DREALg

No que concerne ao sucesso escolar no 1.º Ciclo do Ensino Básico podemos observar que a transição de valor médio mais baixo se situa no 2.º ano de escolaridade, com valores aproximados dos 87,5%, o que se explica pela transição de 100% do 1.º para o 2.º ano. As retenções, com um segundo valor médio mais elevado verificam-se no 4.º ano, pois trata-se de um ano terminal de ciclo onde são aferidas as aprendizagens consolidadas durante os 4 anos. As taxas de abandono apresentam valores residuais, não chegando a 1%.

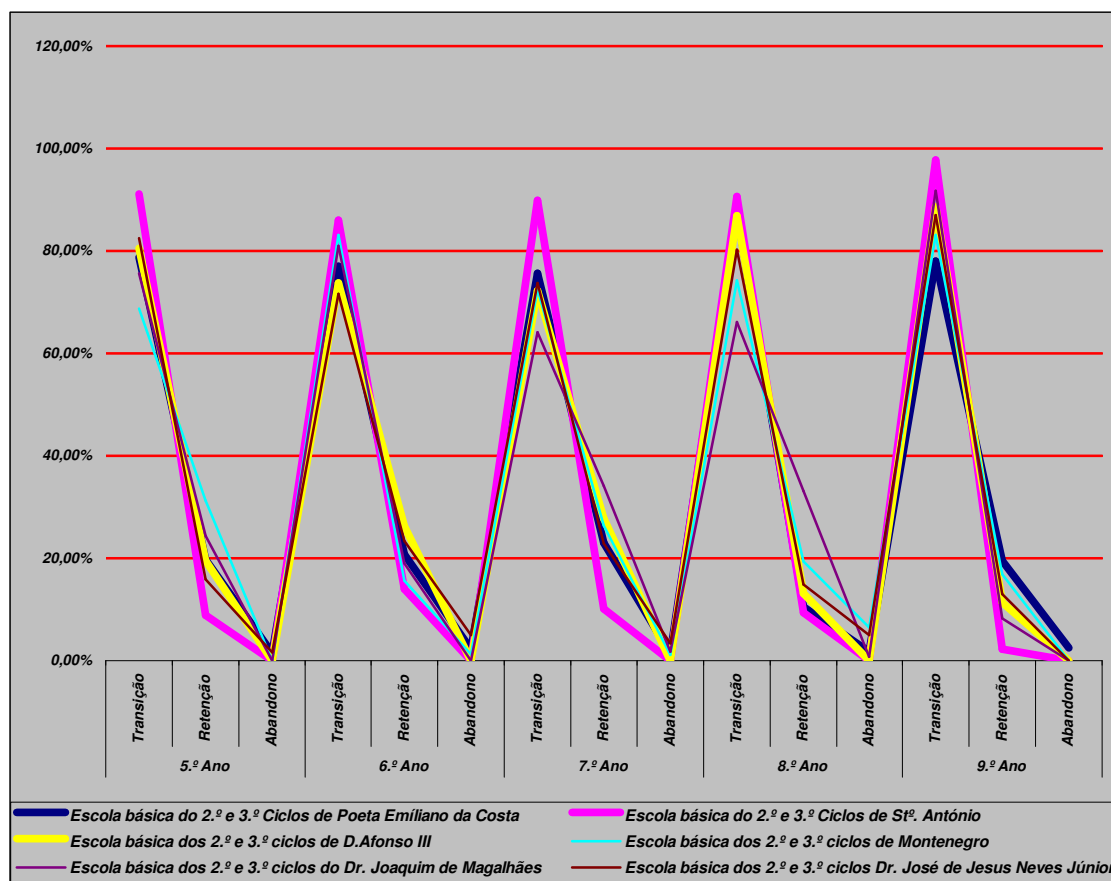
Quadro n.º 33 - Aproveitamento Escolar – 1.º Ciclo do Ensino Básico

	2.º Ano			3.º Ano			4.º Ano		
	Transição	Retenção	Abandono	Transição	Retenção	Abandono	Transição	Retenção	Abandono
1999/00	83,07%	16,77%	0,16%	89,49%	11,51%	0,00%	88,50%	11,33%	0,17%
2000/01	82,90%	16,93%	0,17%	89,12%	10,53%	0,35%	89,45%	10,55%	0,00%
2001/02	80,99%	18,37%	0,64%	91,31%	8,20%	0,49%	86,93%	12,39%	0,68%
2002/03	83,65%	16,35%	0,00%	90,68%	9,32%	0,00%	91,42%	8,58%	0,00%
2003/04	87,64%	11,54%	0,81%	90,45%	9,55%	0,00%	89,66%	9,96%	0,38%
Média	83,65%	15,99%	0,36%	90,21%	9,82%	0,16%	89,19%	10,56%	0,25%

Fonte: DREALg

Das escolas apresentadas é visível uma acentuada proximidade entre os valores do ano de 2003 /2004 e a média dos últimos cinco anos. Entre as escolas com valores de transição mais elevados, acima dos 90 %, destaca-se a EB1 do Alto Rodes, EB1 de Faro n.º 1 (S. Luís), a EB1 de Faro n.º 5 (Vale Carneiros), a EB1 da Ilha da Culatra. As escolas que apresentam valores mais altos de retenção são a EB1 da Ferradeira, EB1 de Mata Lobos, EB1 da Conceição e EB1 de Santa Bárbara de Nexe, todas situadas no meio rural.

**Figura n.º 25 – Aproveitamento nos 2,3 Ciclos do Ensino Básico - 2003/04**



Fonte: DREAlg

**Quadro n.º 34 - Aproveitamento Escolar – 2,3.º Ciclos do Ensino Básico**

Anos	5.º Ano			6.º Ano			7.º Ano			8.º Ano			9.º Ano		
	Trans	Retenç	Aban	Trans	Retenç	Aband	Trans	Retenç	Aband	Trans	Retenç	Aband	Trans	Retenç	Aban.
1999/00	82,25%	15,10%	2,65%	83,36%	15,43%	1,21%	70,07%	25,83%	4,11%	81,07%	15,96%	2,97%	80,74%	16,55%	2,70%
2000/01	81,14%	18,27%	0,59%	86,06%	12,08%	1,86%	74,31%	22,57%	3,12%	83,70%	13,88%	2,42%	83,20%	15,98%	0,83%
2001/02	79,40%	19,09%	1,51%	77,96%	21,09%	0,96%	76,62%	23,12%	0,26%	81,13%	18,87%	0,00%	83,33%	16,49%	0,17%
2002/03	80,50%	17,43%	2,06%	81,40%	17,07%	1,53%	76,06%	21,83%	2,11%	81,13%	16,98%	1,89%	86,87%	12,54%	0,60%
2003/04	80,11%	19,49%	0,41%	78,61%	20,09%	1,31%	74,40%	24,33%	1,27%	80,96%	17,26%	1,78%	89,59%	10,24%	0,17%
Média	80,68%	17,88%	1,44%	81,48%	17,15%	1,37%	74,29%	23,54%	2,17%	81,60%	16,59%	1,81%	84,75%	14,36%	0,89%

Fonte: DREAlg

Nas seis escolas EB 2,3 do Concelho verifica-se que no ano 2003/2004 a taxa de retenção é mais elevada no 7.º ano, apresentando valores médios de 24,33%. O ano com taxa de transição mais elevada é o 9.º ano com taxas médias de 89,59%.

O abandono escolar apresenta valores mais elevados no 8.º ano, com valores médios de 1,78%. De entre as Escolas EB2,3 do Concelho, a que apresenta valores de transição mais elevados, acima dos 90%, é a Escola EB2,3 de Santo António, registando as restantes Escolas valores que se situam entre os 75% e os 79%.

Quanto às retenções a Escola que apresenta valores mais elevados é a Escola EB2,3 Dr. Joaquim Magalhães com valores de 24,43%, seguindo-se a EB2,3 do Montenegro com 22,49%. O abandono escolar é mais acentuado na EB2,3 Dr. Neves Júnior com o valor de 2,89%.

Em termos de aproveitamento escolar a Escola EB2,3 de Santo António é a que se destaca de forma mais positiva.

#### Figuras n.º 26, 27, 28, 29 e 30 - Ensino Secundário – Aproveitamento no ano lectivo 2002/2003

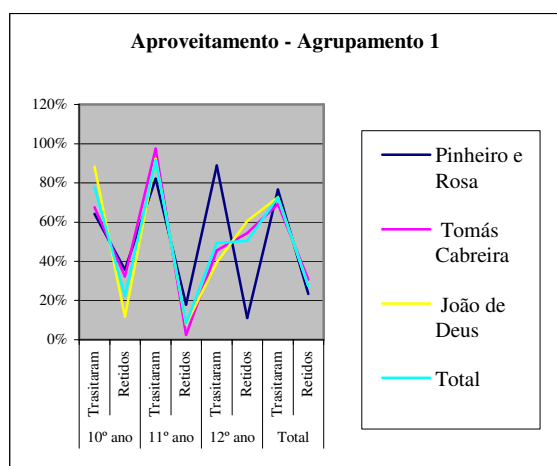


Figura n.º 26

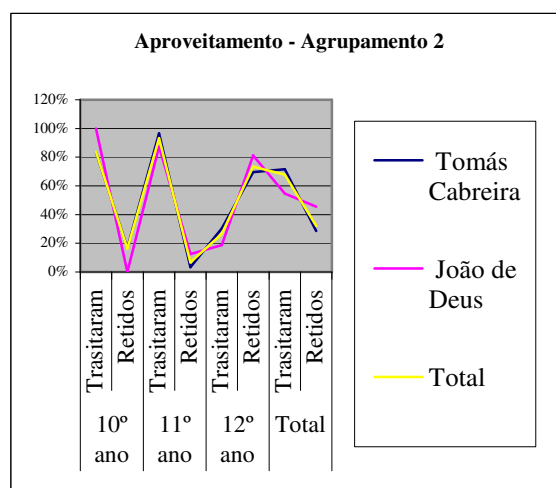


Figura n.º 27

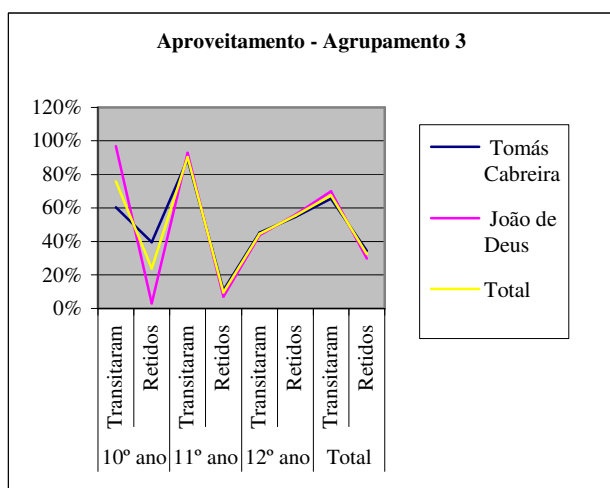


Figura n.º 28

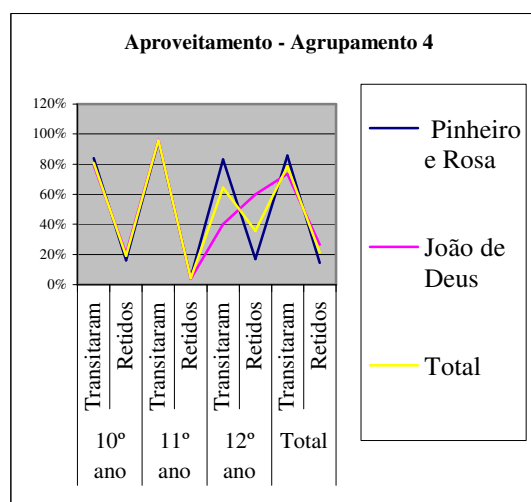


Figura n.º 29

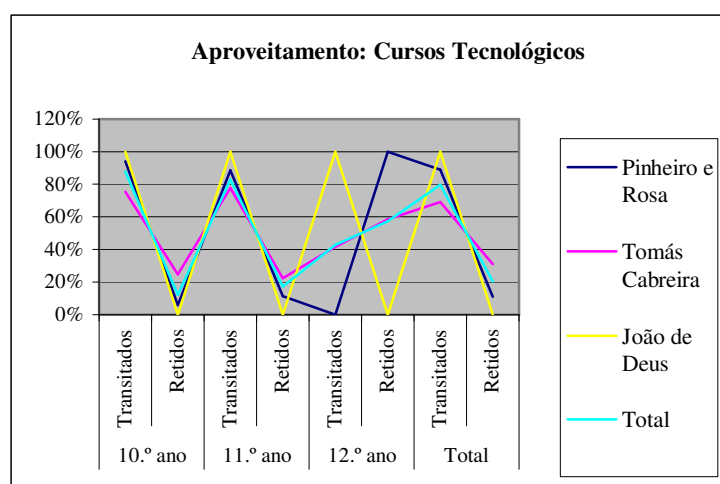


Figura n.º 30

Fonte: DREAlg

Da análise dos gráficos apresentados constata-se que o ano com maior nível de retenção é o 12.º ano. Ao nível da transição o ano que apresenta valores mais elevados é 11.º ano. Ao nível da retenção o 11.º ano regista valores mais baixos.

Nos Cursos Tecnológicos o ano que regista maior número de retenções é o 12.º, apresentando o 10.º ano os valores mais baixos. A transição regista valores mais altos no 10.º ano, sendo a Escola Secundária João de Deus a que apresenta um melhor aproveitamento.

### 3.10.6. Ensino Profissional

No Concelho de Faro funcionam actualmente as seguintes Escolas Profissionais: Escola de Hotelaria e Turismo, Escola Profissional D. Francisco Gomes de Avelar, ambas localizadas na Freguesia da Sé, o Instituto Técnico de Seguros situado na Freguesia de S. Pedro e a Delegação do Algarve do Instituto do Emprego e Formação Profissional, com o Centro de Formação Profissional localizado no Areal Gordo.

Têm acesso aos cursos profissionais os candidatos que concluíam o 3º Ciclo do Ensino Básico ou equivalente. Trata-se de cursos de nível secundário que atribuem diplomas equivalentes ao diploma do ensino secundário regular e que conferem um nível de qualificação e certificação profissional do nível III.

Os cursos profissionais organizam-se por ciclos de formação correspondentes a três anos lectivos, contendo obrigatoriamente um período de formação em contexto de trabalho (estágio) e uma prova final de aptidão profissional (PAP). Os diplomados do ensino profissional podem prosseguir estudos no ensino superior nos termos legais.

O ensino e a formação profissional são uma alternativa à educação escolar regular e visa uma preparação para a iniciação da vida activa através aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de competências que possibilitem uma integração profissional. De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo têm acesso à formação profissional “os que tenham concluído a escolaridade obrigatória”, “os que não concluíram a escolaridade obrigatória até à idade limite desta” e “os trabalhadores que pretendam o aperfeiçoamento ou a reconversão profissionais”.

No Concelho de Faro existe uma oferta diversificada de cursos promovidos por entidades públicas e privadas que conferem certificação escolar e equivalência a um determinado grau de ensino. Neste âmbito salientamos os Cursos de Educação e Formação (EFA), os Cursos Tecnológicos (CT) e os Cursos Profissionais (CP). Estes cursos de cariz profissional e tecnológico visam dar resposta às necessidades de formação e do mercado de trabalho da Região e do Concelho, sendo as profissões relacionadas com as áreas comercial, administrativa, social e novas tecnologias as ofertas mais procuradas. As profissões de cariz comercial, administrativo, electricista e novas tecnologias são algumas das hipóteses.

**Quadro n.º 35 - Sector Privado**

Curso	Modalidade	Entidade Formadora	Certificação Escolar
Animador Sociocultural	CP	EP D. Francisco Gomes de Avelar	12º ano
Animador Sociocultural Assistente Familiar	CP	EP D. Francisco Gomes de Avelar	12º ano
Animador Sociocultural Téc. Psicossocial	CP	EP D. Francisco Gomes de Avelar	12º ano
Técnico Auxiliar de Infância	CP	EP D. Francisco Gomes de Avelar	12º ano
Técnico de Banca e Seguros	CP	INETESE-Instituto de Educação Técnica de Seguros-Pólo de Faro	12º ano
Técnico de Contabilidade	CP	INETESE-Instituto de Educação Técnica de Seguros-Pólo de Faro	12º ano

Fonte: DREALg

A animação sociocultural é uma área cada vez mais desenvolvida na região do Algarve e a sua qualificação profissional permite não só uma estratégia de desenvolvimento educativo local, mas também capacitar os alunos para o trabalho social e cultural, contribuindo para que os mesmos desenvolvam as competências necessárias nomeadamente para trabalhar com as crianças pré-escolar, com as famílias e com a população da 3.ª idade.

Para além destes cursos a Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve possui cursos que se desenvolvem segundo duas modalidades: formação inicial com certificação escolar e profissional e formação inicial de especialização tecnológica.

**Quadro n.º 36 - Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve**

<b>Curso</b>	<b>Condições de Acesso</b>	<b>Duração</b>	<b>Certificação</b>	<b>Saídas Profissionais</b>
Técnicas e Gestão de Turismo	12.º ano	2 anos	Certificação Profissional + Diploma de Especialização Tecnológica	Agências de Viagens e Transportes Informação Turística
Técnicas e Gestão Hoteleira	12.º ano	2 anos	Certificação Profissional + Diploma de Especialização Tecnológica	Assistente de Direcção Hoteleira
Restaurante / Bar	9.º ano	3 anos	Certificação Profissional + 12.º ano de Escolaridade	Barman Empregado de Mesa
Cozinha	9.º ano	3 anos	Certificação Profissional + 12.º ano de Escolaridade	Cozinheiro
Alojamento Hoteleiro	9.º ano	3 anos	Certificação Profissional + 12.º ano de Escolaridade	Recepcionista
Turismo	9.º ano	3 anos	Certificação Profissional + 12.º ano de Escolaridade	Técnico de Turismo

Sendo o Turismo uma das principais actividades económicas da Região estas iniciativas permitem rejuvenescer a população activa da hotelaria, restauração e turismo.

O Centro de Formação Profissional possui cursos de Qualificação Inicial de Formação de Jovens com o objectivo de formar profissionais qualificados e aptos para dar resposta às necessidades do mercado de trabalho da Região:

- Electricidade de Instalações;
- Manutenção em Campos de Golfe;
- Cuidados e estética do corpo e rosto;
- Refrigeração, ar condicionado e climatização/sistemas domésticos e comerciais;
- Hidrobalneoterapia;
- Electricidade de Instalações;
- Práticas administrativas;
- Jardinagem e espaços Verdes;

### **Cursos Educação Formação Jovens – Tipo 2**

- Serralharia Civil;
- Carpintaria;
- Cuidados e estética do corpo e rosto.

### **Cursos Educação Formação de Jovens – Tipo 5**

- Técnicas de secretariado;
- Contabilidade e gestão;
- Instalação e gestão de redes informáticas.

### **Cursos Educação Formação de Jovens – Tipo 6**

- Desenho e projecto em construção civil;
- Técnicas de Acção educativa.

### **3.10.7. Cursos de Educação e Formação**

Os Cursos de Educação e Formação (CEF) constituem uma oportunidade para os jovens com idade igual ou superior a 15 anos que estão em risco de abandono escolar ou que já abandonaram, não concluindo os 12 anos de escolaridade. Também podem ser frequentados por aqueles que apesar de já possuírem o 12.º ano não possuem uma certificação. Os CEF são uma oportunidade que possibilita a aquisição de qualificação profissional para ingressar no mundo do trabalho.

**Quadro n.º 37 - Sector Público – Cursos de Educação e Formação (CEF)**

<b>Nome do curso</b>	<b>Entidade Formadora</b>	<b>Certificação Escolar</b>
Carpinteiro de Limpos	SEC Pinheiro e Rosa	9º ano
Costureira/Modista	EB23 Santo António	9º ano
Electricista de Instalações	EB23 Santo António	9º ano
Electricista de Instalações	SEC Tomás Cabreira	10º ano
Empregado/Assistente Administrativo	EB23 Santo António	9º ano
Empregado/Assistente Comercial	EB23 Afonso III	6º ano
Formação Complementar	SEC Pinheiro e Rosa	10º ano
Formação Complementar	SEC Tomás Cabreira	10º ano
Formação Complementar	SEC Tomás Cabreira	10º ano
Jardineiro	EB23 Poeta Emiliano da Costa	9º ano
Operador de Fotografia	EB23 Montenegro	9º ano
Operador de Fotografia	SEC João de Deus	10º ano
Operador de Informática	EB23 Afonso III	9º ano
Operador de Informática	SEC Pinheiro e Rosa	10º ano
Operador de Pré Impressão	EB23 Dr. Joaquim Magalhães	9º ano
Técnico Administrativo	SEC Tomás Cabreira	12º ano
Técnico de Informática	SEC Pinheiro e Rosa	12º ano

Fonte: DREALg



### 3.10.8. Educação ao Longo da Vida

No âmbito da Educação e Formação de Adultos os Cursos EFA destinam-se aos cidadãos com idade igual ou superior a 18 anos, que não concluíram a escolaridade obrigatória, possibilitando a obtenção do 1.º, 2.º ou 3.º Ciclos do Ensino Básico e de uma qualificação profissional de nível 1 e 2.

**Quadro n.º 38- Cursos de Educação e Formação de Adultos**

Nome do curso	Entidade Formadora	Certificação Escolar
Apoio Familiar e à Comunidade	APSD	9º ano
Electricidade de Instalações	APSD	9º ano
Geriatría	ASMAL	9º ano
Práticas Administrativas	CEAL	9º ano
Acção Educativa	Cruz Vermelha Portuguesa	9º ano
Acção Educativa	FormAjuda	9º ano
Geriatría	FormAjuda	9º ano
Artesanato	Formalgarve	9º ano
Gestão e Administração	Grupo de Ajuda a Toxicodependentes	9º ano
Acção Educativa	Instituto Monitor	9º ano
Serviço de Bar	Prosalis	9º ano
Práticas Técnico-Comerciais	Sisep	9º ano
Acção Educativa	IEFP	9º ano
Jardinagem e Espaços Verdes	IEFP	6º ano
Práticas Administrativas	IEFP	9º ano
Serviço de Andares em Hotelaria	IEFP	9º ano

Fonte: DREALg

O aumento do número de licenciados desempregados exige um investimento na formação que lhes permita desenvolver outras competências e adaptarem-se a diferentes contextos de trabalho. De igual modo os profissionais activos também necessitam de aperfeiçoar e reciclar conhecimentos que lhes possibilitem uma evolução na carreira profissional e um aumento da produtividade. Para estes casos o Centro de Formação Profissional de Faro também procura oferecer formação adequada.

#### **Formação para Desempregados qualificados**

- Marketing e gestão comercial, logística e qualidade
- Técnico Superior de segurança e higiene do trabalho

#### **Formação Contínua**

- Português e Cidadania;
- Autocad;
- Medições e orçamentos;
- Materiais e Processos Construtivos;
- Aperfeiçoamento em Qualidade e Gestão: Procedimentos Básicos;
- Aperfeiçoamento em Instalação e Soldadura de Redes de Gás;

- Competências informáticas de Base, Geral e complementar;
- Competências informáticas de Base,
- Iniciação ao Inglês;
- Língua Estrangeira: Inglês;
- Aperfeiçoamento em avaliação de desempenho;
- Aperfeiçoamento de técnicas de Comunicação e Relações Interpessoais;
- Aperfeiçoamento em Técnicas de venda/marketing;
- Aperfeiçoamento em Geriatria: quadro da psicologia evolutiva da velhice;
- Aperfeiçoamento em técnicas de primeiros socorros e de combate a incêndios;
- Aperfeiçoamento em acção educativa: relações interpessoais e etapas de desenvolvimento da criança;
- Aperfeiçoamento em higiene e segurança no trabalho;
- Elaboração de Projecto de ITED;
- Aperfeiçoamento em fiscalidade;
- Informática : adobe Photoshop;
- Preparação, planeamento e controlo de obra;
- Matemática para a vida. Módulo de iniciação;
- Reciclagem para ajudante de cabeleireiro;
- Aperfeiçoamento em contabilidade e gestão: técnicas avançadas;
- Desenho da construção civil e organização do projecto;
- Aperfeiçoamento em geriatria: saúde do idoso – prevenção dos problemas;
- Autocad 3D;
- Aperfeiçoamento em instalação, montagem, reparação e conversão de aparelhos de gás;
- Reciclagem para oficial de cabeleireiro;
- Aperfeiçoamento em técnicas de atendimento ao público;
- Língua estrangeira: Alemão;
- Informática: Corel Draw;
- Instalação a conservação de ITED;
- Aperfeiçoamento em instalação e soldadura de redes de gás;
- Criação de Páginas na Internet.

Para além destes cursos o Centro de Formação Profissional de Faro possui ainda o curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores.

De acordo com os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) existem profissões com ofertas de emprego não satisfeitas, nomeadamente Técnico de Vendas, Trabalhador Agrícola, Médico-Clínica Geral, Caixeiro, Cozinheiro, Escriturário, Ajudante de Cozinha, Empregado de Mesa, Empregada Doméstica (casas particulares), Auxiliar de Limpeza, Empregado de Balcão, Copeiro, Cabeleireiro, Pedreiro, Recepcionista, Operador de Supermercado e Montagem de Isolamentos.

### 3.10.9. Centros de Reconhecimento e Validação de Competências CRVCC

Os Centros RVCC foram criados com os objectivo de reconhecer, validar e certificar competências de adultos com idade igual ou superior a 18 anos e que não concluíram o 4.º, 6.º ou 9.º ano de escolaridade, visando a valorização pessoal numa perspectiva de Educação e Formação ao Longo da Vida e constituem um forte instrumento de valorização da população.

Em Faro existem dois Centros de Reconhecimento e Validação de Competências – CRVCC- um na Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve e outro Centro de Formação Profissional de Faro, no Areal Gordo.

Ao nível do abandono escolar as médias mais elevadas registam-se no 3.º Ciclo embora seja no 9.º ano que se regista um valor mais baixo. Relativamente à taxa de retenção registam-se valores mais elevados no 3.º Ciclo, assinalando-se ao mesmo tempo que é no 9.º ano que a média de retenção é mais baixo, mesmo sabendo que este é um ano de transição para outro nível de ensino.

**Quadro nº 39 - Alunos Certificados**

Centro RVCC	Nº de Adultos Certificados				
	2002	2003	2004	2005	TOTAL
Centro de Formação Profissional de Faro (criado em Novembro de 2001)	82	90	220	314	706
Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve (criado em Novembro de 2002)	—	44	49	311	404
<b>TOTAL</b>	<b>82</b>	<b>134</b>	<b>269</b>	<b>625</b>	<b>1110</b>

Fonte: Drealg

### 3.11. Educação Especial

De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo a educação especial visa a *“recuperação e integração sócio-educativas dos indivíduos com necessidades educativas específicas devido a deficiências físicas e mentais”*, devendo integrar um conjunto de actividades destinadas aos educandos, famílias e comunidade, incidindo sobretudo no *“desenvolvimento das potencialidades físicas e intelectuais”*, na *“aquisição da estabilidade emocional”*, no *“desenvolvimento das possibilidades de comunicação”*, *“na redução das limitações provocadas pela deficiência”* no *“apoio na inserção familiar, escolar e social de crianças e jovens deficientes”* no *“desenvolvimento da independência a todos os níveis em que se possa processar”* e na *“preparação para uma adequada formação profissional e integração na vida activa”*.

**Quadro n.º 40 - Ano lectivo 2004/05**

Domínios	Pré-Escolar	1.º Ciclo	2,3 Ciclo	Secundário
<b>Motor</b>	0	9	4	3
<b>Cognitivo / Sensorial e ou motor</b>	0	4	0	0
<b>Comunicação / Linguagem / Fala</b>	3	33	19	13
<b>Emocional e Personalidade</b>	0	27	8	2
<b>Audição</b>	6	5	12	0
<b>Visão</b>	0	1	2	3
<b>Cognitivo</b>	8	99	86	4
<b>Saúde Física</b>	0	2	3	4
<b>outras</b>	4	168	29	0

Fonte: DREALg

A nível da Educação Pré-Escolar detectam-se necessidades educativas especiais sobretudo nos domínios auditivos e cognitivos. O 1.º Ciclo do Ensino Básico depara-se com uma maior incidência nas necessidades educativas de domínio cognitivo, comunicação/linguagem/fala, emocional e de personalidade; o número de alunos com outras necessidades não identificadas também atinge um valor considerável (168). No 3.º Ciclo do Ensino Básico merecem destaque as necessidades de domínio cognitivo.

O Ensino Secundário é o que regista valores mais baixos, existindo no entanto 13 casos de necessidades educativas especiais ao nível de comunicação/linguagem/fala no ano lectivo 2004/05.

A Unidade de Surdos de Faro foi criada em 1999/2000 e está sediada na EB1 n.º 4 de Faro (Penha) nela funciona o Pré-Escolar e o 1.º Ciclo. O 2.º e 3.º Ciclos funcionam na Escola EB2,3 de Santo António. O objectivo desta Unidade é a aplicação de metodologias de intervenção adequadas a crianças/jovens que possuem diferentes graus de surdez e promover o seu desenvolvimento educativo e a sua integração na sociedade. Em termos de recursos humanos esta Unidade possui 3 Professores especializados, 1 Educadora de Infância especializada, 1 Terapeuta da Fala, 1 Psicóloga, 2 Formadoras de Língua Gestual Portuguesa, 2 Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa e 1 Auxiliar de Acção Educativa.

**Quadro n.º 41 – Alunos com apoio da Unidade de Surdos**

Ano lectivo	Pré-Escolar	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo
<b>2001/02</b>	-	7 (IUS)	4 (EUS) 1(LGP)	-
<b>2002/03</b>	2 (FLG e TFA)	8 (IUS)	4 (EUS) 1 (LGP)	-
<b>2003/04</b>	6 (IUS)	9 (IUS)	4 (EUS) 1(LGP)	-
<b>2004/05</b>	6 (IUS)	5 (IUS)	4 (EUS)	4 (EUS)
<b>2005/06</b>	8 (IUS)	6 (IUS)	1(LGP)	4 (EUS) 1 (LGP)

**IUS**- Inclusão na Unidade a tempo inteiro com apoio de Educadora ou Professor Especializado, Terapeuta da Fala, Formadora de LGP, Intérprete, Psicóloga.

**EUS**- Inclusão na EB2,3 Santo António em grupo de surdos e apoio de Professores e técnicos especializados da Unidade de Surdos de acordo com a necessidade de cada aluno.

**LGP**- Língua Gestual Portuguesa na Unidade de Surdos

**FLG**- LGP no Jardim-de-Infância, Escola ou outra Instituição (Fora da Unidade)

**TFA**- Terapia da Fala na Unidade de Surdos.

Fonte: Unidade de Apoio à Educação de Crianças e Jovens Surdos

A Unidade de Surdos apoia 8 crianças do Pré-Escolar, 6 crianças do 1.º Ciclo e 8 crianças do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico de Faro, acolhendo ainda crianças de outras áreas do Algarve que necessitam de apoio.

As crianças da Educação Pré-Escolar deslocam-se dos seus Jardins-de-Infância à Unidade de Surdos às 2.ª, 3.ª e 4.ª Feiras das 8:30 horas às 18:00 horas. Desenvolvem actividades e aprendem Língua Gestual Portuguesa. Para o efeito contam com o apoio de uma Educadora Especializada, uma Formadora de Língua Gestual Portuguesa e 1 auxiliar de acção educativa.

Os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico têm uma turma de integração, onde desenvolvem actividades de Expressão e Visitas de Estudo para além de outras actividades curriculares em grupo e com o apoio de 2 Professoras Especializadas ( 1 a tempo inteiro e outra a tempo parcial) e duas formadoras de Língua Gestual Portuguesa (a tempo parcial).

Os alunos do 2.º e 3.º Ciclos têm uma turma de acolhimento na qual frequentam as disciplinas de E.V.T., E.F. e A .P enquanto que na frequência das outras disciplinas beneficiam de 1 intérprete de Língua Gestual Portuguesa e de 2 Professores, um para cada Ciclo, a tempo parcial.

Todas as crianças da Unidade beneficiam de Terapia da Fala e do apoio de uma Psicóloga (1 dia por semana) que colabora na elaboração dos Planos Educativos Individuais, Atendimento/Apoio a Pais, entre outras actividades.

### 3.12. Outros Equipamentos Educativos

Faro possui ainda outros equipamentos culturais que dispendo de serviço educativo desenvolvem um conjunto de actividades educativas e culturais destinadas ao público infantil, juvenil e adulto, nomeadamente o Museu Municipal, a Biblioteca Municipal, o Teatro Municipal, o Centro de Ciência Viva e o Espaço Internet.

A **Biblioteca Municipal** proporciona a todos os munícipes um espaço público aberto com os sectores Infantil, Juvenil, de Adultos e Audiovisual, cooperando com todos os níveis de ensino enquanto centro de aprendizagem permanente e de utilização das tecnologias da informação.

O **Museu Municipal** possui um Centro de Documentação aberto ao público, Serviços de Arqueologia, Conservação/Restauro e Educativo, que no âmbito da área pedagógica desenvolve trabalho com as instituições escolares e educativas com o objectivo de motivar as crianças/jovens a conhecer e valorizar o património e a história locais, para reconstruir Memórias e Preservar Identidades. O Museu desenvolve o papel de mediador com vista ao desenvolvimento de um espírito crítico e de uma participação activa. Apoia projectos e desenvolve parcerias com as escolas. A Área de Intervenção Comunitária contempla acções diversas com diferentes tipos de públicos e visa contribuir para uma cidadania plena através de uma participação activa.

O **Teatro Municipal** também dirige o seu serviço a diferentes públicos, com vista à promoção do interesse pela Arte e pelo Teatro enquanto formas de expressão da realidade social.

O **Centro de Ciência Viva** desenvolve diversas acções/actividades para as crianças e jovens, contribuindo para despertar o interesse pela ciência e por temas relacionados com o meio ambiente.

### **Espaço Internet**

Possibilita a utilização gratuita de todos os serviços informáticos, cibernéticos e digitais, mediante marcação prévia e/ou consulta imediata

## **3.13. Caracterização dos equipamentos educativos**

### **3.13.1. Recursos Físicos na Educação Pré-Escolar da Rede Pública**

A Rede Pública do Concelho de Faro é constituída por quatro estabelecimentos de ensino Pré-Escolar (a partir de Setembro), dois na zona urbana e dois na zona rural do Concelho. O Jardim de Infância de Faro e o Jardim de Infância de St.<sup>a</sup> Bárbara de Nexe foram criados no âmbito do Plano Centenário e segundo o paradigma da proximidade.

No que concerne a equipamentos educativos do 1.º Ciclo do Ensino Básico estes estão localizados em todas as freguesias do Concelho. O 2.º e 3.º Ciclos funcionam nas freguesias da Sé, S. Pedro, Montenegro e Estoi. O Ensino Secundário está concentrado na freguesia urbana da Sé.

O centro urbano da cidade de Faro depara-se com o problema da carência de estabelecimentos de educação pré-escolar e os da Rede Privada não são acessíveis às famílias de baixa condição económica. No ano lectivo 2006/2007 o Jardim de Infância da Conceição transitou para o Novo Centro Educativo onde funciona em três salas com as devidas condições para garantir a concretização das acções /actividades pedagógicas. Em Setembro de 2006 entrou em funcionamento o Centro Educativo do Montenegro cujo Jardim de Infância é composto por três salas. O Jardim de Infância de Santa Bárbara foi transferido para uma nova sala do edifício recém construído contíguo à EB1 que apesar de oferecer novas condições físicas e estruturais não resolve o problema de ter que se optar por uma sala mista em termos de idades, além de que continuam a existir crianças em lista de espera.

**Quadro n.º 42 - Ano lectivo de 2005/2006**

<b>Estabelecimento</b>	<b>Tipo de Projecto</b>	<b>Salas</b>
Jardim de Infância de Faro	Plano Centenário	3
Jardim de Infância de St. <sup>a</sup> Bárbara	Plano Centenário	1
Jardim de Infância da Conceição	Urbano Habitação	1
<b>Ano lectivo de 2006 /2007</b>		
<b>Escola</b>	<b>Tipo de Projecto</b>	<b>Salas</b>
Jardim de Infância da Conceição	Urbano	3
Jardim de Infância de Santa Bárbara de Nexe	Urbano	1
Jardim de Infância do Montenegro	Urbano	3

**Quadro n.º 43 - Infra-estruturas Básicas 2006/07**

Estabelecimento	Água	Esgotos	Electricidade	Gás	Rede/ Aquecimento	Recreio Coberto	Recreio Ar Livre	Cantina
Jardim de Infância de Faro	Bom	Bom	Bom	N/ Tem	N/ Tem	Tem	Tem	Tem
Jardim de Infância de St.ª. Bárbara	Bom	Bom	Bom	N/ Tem	N/ Tem	Tem	Tem	Tem
Jardim de Infância da Conceição	Bom	Bom	Bom	N/ Tem	N/ Tem	Tem	Tem	Tem
Jardim de Infância do Montenegro	Bom	Bom	Bom	N/ Tem	N/ Tem	N/ Tem	Tem	Tem

Houve uma melhoria das infra-estruturas básicas no sentido de responder às necessidades verificando-se que actualmente o Jardim de Infância de Faro e os dois Centros Educativos que funcionam na Conceição e no Montenegro são os que oferecem melhores condições.

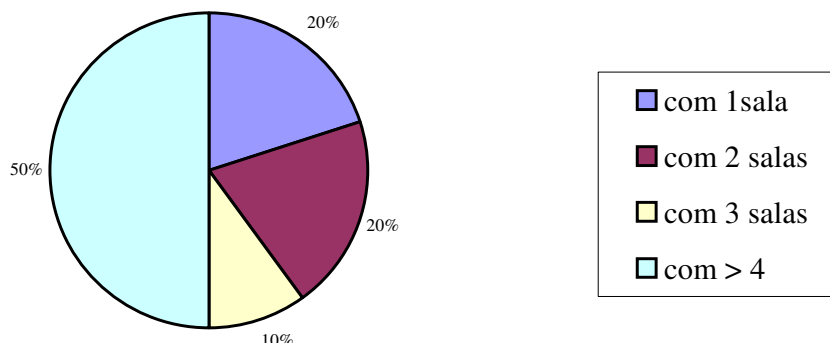
### 3.13.2. Recursos Humanos nos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico

**Quadro n.º 44 – Recursos Humanos- Ano Lectivo de 2005/2006**

Docentes		
Professores	FL	158
	Sem FL	20
Educadores de Infância		5
<b>Total:</b>		183
Não Docentes		
Cozinheiras- 3	Func. CMF	3
Animadores	Func. CMF	4
Auxiliares de Educação	Func. CMF	36
Manutenção e Serviços (Func. Min. Educação)	Func. Min.Educ.	56
Gestão e Administração	Func. Min.Educ.	7
Saúde e Serviços Sociais	Func. Min.Educ.	2
Apoio Pedagógico	Func. Min.Educ.	19
<b>Total:</b>		127

Para assegurar o normal funcionamento das Escolas do 1.º Ciclo o número de funcionários não docentes colocados pelo Ministério da Educação é manifestamente insuficiente, pelo que o Município tem colaborado nesta área através da colocação de 43 funcionários nas 21 escolas EB1 do concelho, embora esta matéria não seja de respectiva competência.

**Figura n.º 31 – Estabelecimentos de Ensino / n.º de sala – 2006/07**



### 3.13.3. Salas de 1º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública

De um modo geral podemos afirmar que neste nível de ensino, o Concelho está em déficit quanto ao número de salas, no entanto as que existem estão razoavelmente equipadas, sendo necessário dar continuidade ao processo de requalificação e ampliação.

Tem sido feito o reapetrechamento das Escolas em equipamentos, nomeadamente:

- 1) Mobiliário
- 2) Computadores
- 3) Fotocopiadoras
- 4) Fax
- 5) Material Didático

Tem sido também uma preocupação dotar as Escolas de Bibliotecas com espaço multimédia, através da adaptação de salas devolutas ou através da construção de novas salas.

No campo da informatização das Escolas pretende-se criar as condições necessárias para o funcionamento em rede nos Estabelecimentos de Ensino e facilitar o acesso aos conteúdos multimédia propostos pelo Ministério da Educação.



**Quadro n.º 45 - Espaços Físicos - 1º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública**

Escolas	Tipo de Projecto	Polivalente	Nº Salas	Pavilhão	Infra-estruturas Básicas							Espaços Exteriores		Espaços de Apoio		
					Água		Esgotos		Electricidade	Gás		Rec. e Circ. Cobertos	Recreio ar livre	Biblioteca	Refeitório	Cozinha
					Rede	Cisterna	Rede	Fossa		Rede	Garrafa					
S. Luís	P.C.	⊙	8	2	⊙		⊙		⊙		⊙	⊙	⊙	⊙	⊙	⊙
Carmo	P.C.		6		⊙		⊙		⊙		⊙	⊙	⊙	⊙	⊙	⊙
Alto Rodes	P3	⊙	8		⊙		⊙		⊙		⊙		⊙	⊙	⊙	⊙
Bom João	Urb.		9		⊙		⊙		⊙		⊙	⊙	⊙	⊙	⊙	⊙
Penha	Urb.		11		⊙		⊙		⊙		⊙	⊙	⊙	⊙	⊙	⊙
Vale Carneiros	P3	⊙	8		⊙		⊙		⊙		⊙		⊙		⊙	⊙
Areal Gordo	P3	⊙	4		⊙		⊙		⊙		⊙		⊙		⊙	⊙
Bordeira	P.C.		2		⊙		⊙		⊙			⊙	⊙			
Conceição	Urb.	⊙	6		⊙		⊙		⊙		⊙	⊙	⊙	⊙	⊙	⊙
Estoi	Raul Lino		5		⊙		⊙		⊙		⊙	⊙	⊙		⊙	⊙
Ferradeira	P.C.		2		⊙			⊙	⊙			⊙	⊙			
Culatra	Urb.		2			⊙		⊙	⊙				⊙			
Ancão	Rural		1		⊙		⊙		⊙		⊙		⊙		⊙	⊙
Marchil	P.T.VII		2		⊙			⊙	⊙			⊙	⊙			
Mata Lobos	Rural		1		⊙		⊙		⊙				⊙			
Mar e Guerra	Rural		2	1	⊙			⊙	⊙				⊙			
Medronhal	Rural		1		⊙			⊙	⊙				⊙			
Montenegro	Urb.	⊙	8		⊙		⊙		⊙		⊙	⊙	⊙	⊙	⊙	⊙
Patacão	Rural	⊙	3		⊙		⊙		⊙				⊙	⊙	⊙	
Stª. Bárbara	P.C..	⊙	3		⊙		⊙		⊙			⊙	⊙	⊙	⊙	⊙

**Legenda**

P.C – Plano Centenário

P3 – Projecto de ensino de área aberta

P.T.Vii – Plano Antigo, 2 salas

O processo de ampliação/requalificação dos estabelecimentos de ensino tem contribuído para a melhoria das infra-estruturas básicas, no entanto, ainda existem escolas que não oferecem condições que garantam o pleno exercício da actividade educativa, nomeadamente a EB1 de Faro n.º 1 (S. Luís), a EB1 de Faro n.º 2 (Carmo), a EB1 de Faro n.º 5 (Vale Carneiros), a EB1 de Bordeira, a EB1 do Medronhal, a EB1 de Mar e Guerra e a EB1 de Estoi.

Há carência de salas polivalentes, bibliotecas, salas multimédia e informática, bem como outros espaços de apoio em diversos estabelecimentos de ensino. A insuficiência de salas polivalentes destinadas à actividade desportiva fazem com que este tipo de actividades se realize nos espaços exteriores integrados no recinto escolar, estando dependente das condições climáticas.

Dos 20 estabelecimentos de ensino do 1.º Ciclo apenas 5 se encontram integrados na Rede de Bibliotecas Escolares, dispondo os restantes de algum material e livros em espaço improvisado da sala de aula.

**Quadro n.º 46 – 1º Ciclo do Ensino Básico – Ano Lectivo 2006/2007**

Escola Sede de Agrupamento	Estabelecimento de Ensino	n.º de salas de aula	Horário	Taxa de Ocupação
E.B.1 n.º1, S. Luís	E.B.1 n.º 1, S. Luís	10	Duplo	200%
	E.B.1 n.º 3 (Bom João)	9	Normal/Duplo	122%
E.B.1 do Alto Rodes	E.B.1 do Alto Rodes	8	Duplo	160%
E.B. 2,3 D. Afonso III	E.B.1 da Conceição	6	Normal	83%
	E.B.1 n.º 2 do Carmo	6	Duplo	133%
E.B. 2,3 Dr. Neves Júnior	E.B.1 n.º 5, de Vale Carneiros	8	Duplo/Normal	113%
	E.B.1 de Mar e Guerra	2	Normal	100%
E.B. 2,3 do Montenegro	E.B.1 do Montenegro	8*	Normal	112,5%
	E.B.1 da Ilha da Ancão	1	Duplo	200%
	E.B.1 de Marchil	2	Normal	100%
	E.B.1 do Patacão	3	Normal	100%
E.B. 2,3 Poeta Emiliano da Costa	E.B.1 de Mata Lobos	1	Normal	100%
	E.B.1 da Bordeira	1	Normal	100%
	E.B.1 de Estoi	5	Normal	100%
	E.B.1 do Medronhal	1	Normal	100%
	E.B.1 de St.ª Bárbara de Nexe	3	Normal	100%
E.B. 2,3 de Santo António	E.B.1 de Areal Gordo	4	Normal	100%
	E.B.1 n.º 4, da Penha	11	Duplo /Normal	118%
	E.B.1 da Ferradeira	2	Normal	100%
E.B. 2,3 João da Rosa	E.B.1 da Ilha da Culatra	2	Normal	100%
<b>Total</b>		<b>93</b>		

\*A sala de professores foi adaptada a sala de aula no sentido de viabilizar o funcionamento das 9 turmas em regime normal.

No quadro anterior verifica-se que a sobrelotação é um problema em muitas escolas do Concelho, destacando-se o caso da EB1 de Faro n.º 1 (S. Luís) com uma taxa de ocupação de 200%, obrigando a optar por horário duplo não havendo espaços disponíveis para a implementação de ATL's ou da componente de prolongamento de horário. Actualmente há 7 Escolas EB1 que funcionam em regime de horário duplo, nomeadamente a EB1 de Faro n.º 1 (S. Luís), EB1 de Faro n.º 3 (Bom João), EB1 do Alto Rodes, EB1 de Faro n.º 2 (Carmo), EB1 de Faro n.º 5 (Vale Carneiros), EB1 de Faro n.º 4 (Penha) e EB1 da Ilha do Ancão.

### 3.14. Transportes escolares

De acordo com o Decreto-Lei n.º 299/84 de 5 de Setembro é elaborado anualmente o Plano de Transportes Escolares abrangendo todos os estabelecimentos de ensino da área do Município, bem como concelhos limítrofes (Olhão, São Brás de Alportel e Loulé) para dar resposta aos alunos que não têm a área vocacional escolhida em Faro.

Procura-se garantir à população escolar dos diversos níveis de ensino, uma rede de transportes escolares adequada em termos de horários e de veículos. A Rede de transportes escolares utiliza 2 viaturas de 9 lugares da Autarquia autocarros das carreiras públicas da EVA Transportes, um circuito especial em autocarro implementado pela mesma empresa e ainda as carreiras públicas de barco.

É a rede pública de transportes da EVA Transportes que serve a maioria da população escolar, conforme se pode observar no quadro que apresenta, como maior distância a percorrer temos os percursos Alçaria Cova/Faro 16 Km e Faro/Loulé 16 Km.

**Quadro n.º 47 – Alunos transportados**

	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
<b>Alunos transportados pela CMF</b>	27	46	65	62	15
<b>Alunos transportados pela EVA</b>	1141	1025	937	821	894
<b>Barco</b>	33	35	38	33	30
<b>Circuitos da CMF</b>	19	23	21	22	23
<b>Estabelecimentos de ensino abrangidos</b>	15	13	12	12	13
<b>1º Ciclo</b>	1	1	--	--	--
<b>2º,3º Ciclos</b>	8	7	7	7	7
<b>Secundário</b>	5	5	5	5	6
<b>Instituições de Solidariedade</b>	1	--	--	--	--
<b>Alunos com necessidades Educativas Especiais</b>	--	--	--	10	7
<b>Encargos financeiros</b>	160.444,75 €	153.842,74 €	168.024,16 €	153.513,82 €	160.247,49 €

Nos circuitos realizados pela CMF, as distâncias a percorrer diariamente com maior número de Km são: Guelhim/Estoi 5 Km, Arjona/Estoi 4 Km. Este circuito inicia-se por volta das 7h.15m.

O transporte de barco de maior distância é efectuado entre a Ilha do Farol e o Cais de Olhão numa distância de 15 Km.

No circuito especial realizados pela EVA Transportes, as distâncias a percorrer diariamente com maior distância é de 3,5 Km entre o Cais de Olhão e a Escola E.B.2,3 João da Rosa.

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Faro efectua alguns percursos de alunos portadores de deficiência.

As escolas com maiores dificuldades de acesso é a E.B.2,3 Poeta Emiliano da Costa e a EB1 de Estoi, que servem uma população muito dispersa pelas freguesias de Estoi, Santa Bárbara e de São Pedro e pela ausência de carreira de transportes públicos adequada, e a Escola E.B.2,3 João da Rosa em Olhão, destino final dos alunos da Ilha da Culatra que chegam por barco, tomando de seguida o circuito especial de autocarro da EVA Transportes.

.

Figuras n.º 32, 33, 34 e 35 – Fluxos de Transportes Escolares

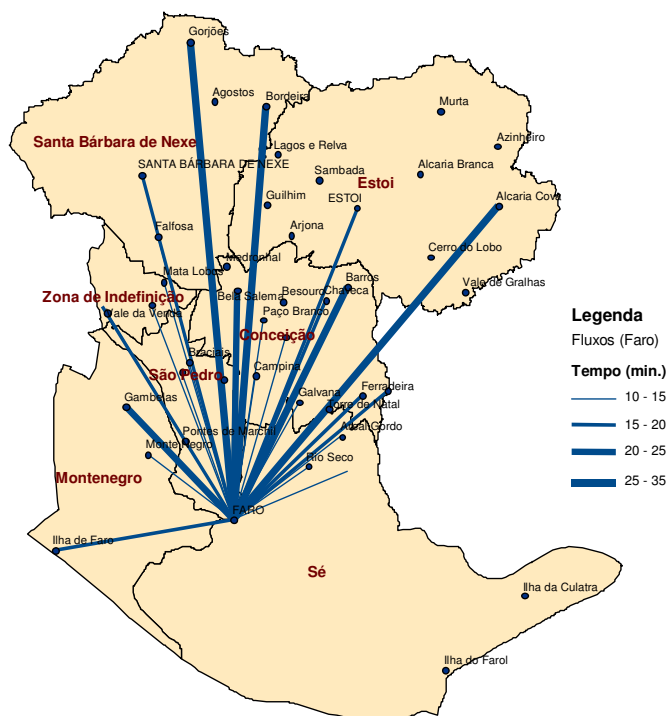


Figura n.º 32

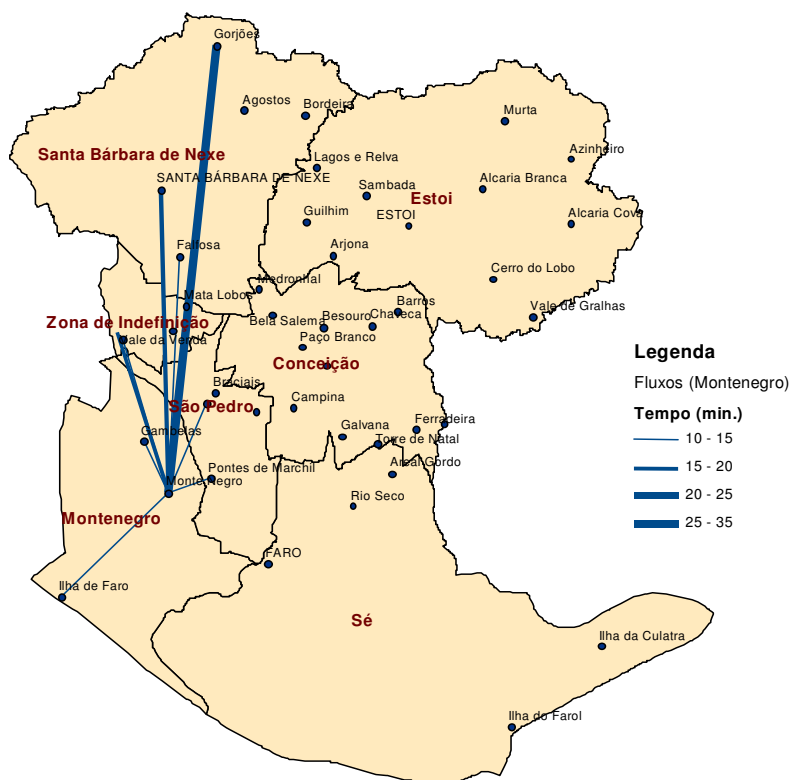


Figura n.º 33

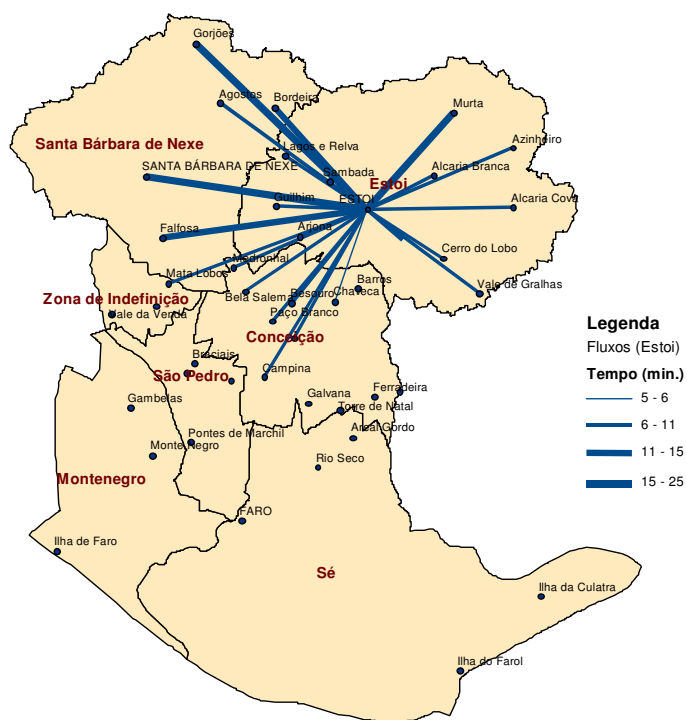


Figura n.º 34

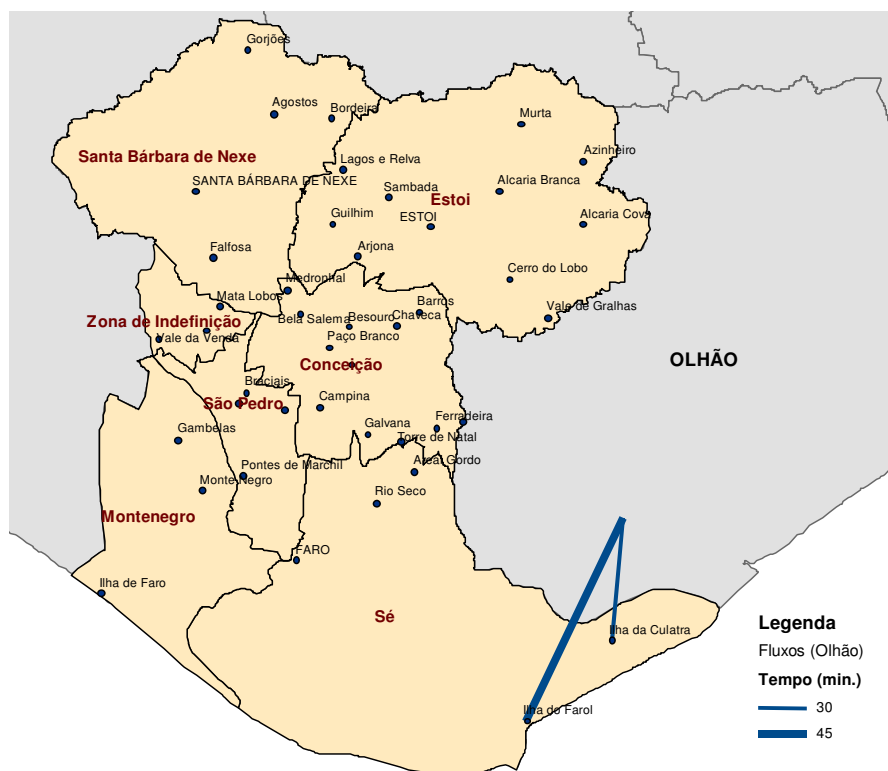


Figura n.º 35

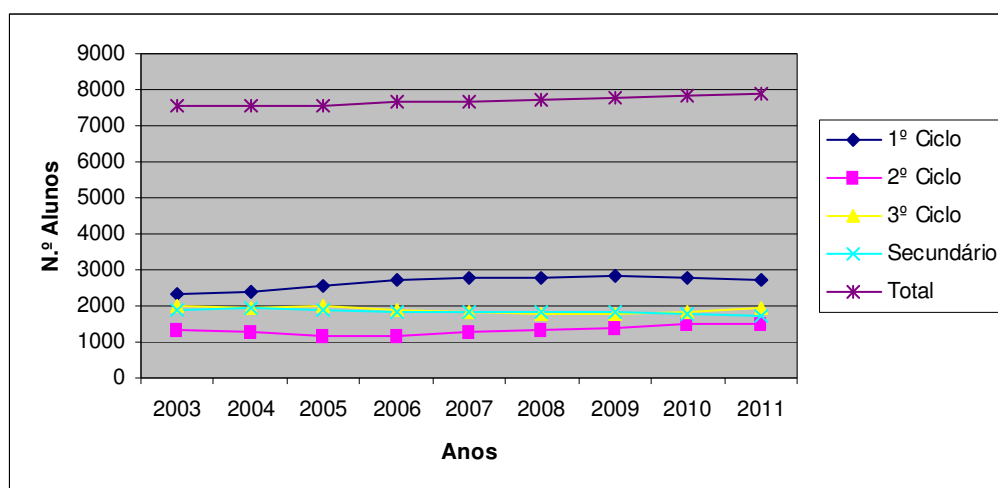
## III Diagnóstico

### 1. Cenário Prospectivo de Evolução da População Escolar até 2011

No ano lectivo de 2005/2006 a população escolar do Concelho de Faro atingiu um total de 10635 alunos, distribuídos pelos Ensinos Básico (Rede pública e Rede Privada), Secundário, Ensino Recorrente e Escolas Profissionais. O número de crianças a frequentar os estabelecimentos de ensino de Educação Pré-Escolar foi de 1525.

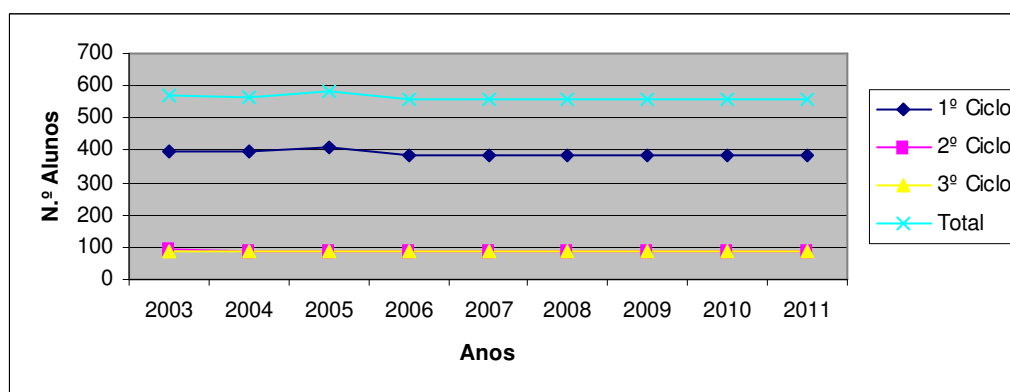
No que diz respeito à Rede Pública não se prevêem oscilações significativas, sendo de esperar um crescimento estável em todos os ciclos, factor que está de acordo com as perspectivas de evolução da população até 2011, já referidas anteriormente.

**Figura n.º 36 - Evolução e Previsão de 2003 até 2011- Rede Pública**



Fonte: DREAlg

**Figura n.º 37 - Evolução e previsão de 2003 a 2011 - Rede Privada**



Fonte: DREAlg

Os dados disponíveis levam-nos a concluir que na Rede Privada a partir de 2009 o 1.º Ciclo sofra uma diminuição que nos anos seguintes se manterá estabilizada. Prevê-se também uma estabilização no 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico até ao ano 2011.

**Quadro n.º 48 – Rede Pública – Projecção da População Escolar**

Anos	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011
1	601		579		637		702		630		630		630		630		630
		1,000		1,000		1,000		1,000		1,000		1,000		1,000		1,000	
2	625	0,153	697	0,153	686	0,153	742	0,153	816	0,153	755	0,153	745	0,153	744	0,153	744
		0,839		0,839		0,839		0,839		0,839		0,839		0,839		0,839	
3	544	0,083	570	0,083	632	0,083	628	0,083	675	0,083	740	0,083	694	0,083	683	0,083	681
		0,915		0,915		0,915		0,915		0,915		0,915		0,915		0,915	
4	556	0,097	552	0,097	575	0,097	634	0,097	636	0,097	679	0,097	743	0,097	708	0,097	693
		0,901		0,901		0,901		0,901		0,901		0,901		0,901		0,901	
5	685	0,163	612	0,163	597	0,163	615	0,163	671	0,163	682	0,163	723	0,163	787	0,163	766
		0,824		0,824		0,824		0,824		0,824		0,824		0,824		0,824	
6	664	0,139	657	0,139	596	0,139	575	0,139	587	0,139	635	0,139	650	0,139	686	0,139	744
		0,850		0,850		0,850		0,850		0,850		0,850		0,850		0,850	
7	736	0,208	718	0,208	708	0,208	654	0,208	624	0,208	629	0,208	670	0,208	692	0,208	727
		0,771		0,771		0,771		0,771		0,771		0,771		0,771		0,771	
8	594	0,136	648	0,136	641	0,136	633	0,136	590	0,136	562	0,136	561	0,136	593	0,136	614
		0,844		0,844		0,844		0,844		0,844		0,844		0,844		0,844	
9	643	0,138	590	0,138	628	0,138	628	0,138	621	0,138	584	0,138	555	0,138	550	0,138	576
		0,745		0,745		0,745		0,745		0,745		0,745		0,745		0,745	
10	601	0,242	625	0,242	591	0,242	611	0,242	616	0,242	611	0,242	583	0,242	554	0,242	544
		0,708		0,708		0,708		0,708		0,708		0,708		0,708		0,708	
11	650	0,215	565	0,215	564	0,215	539	0,215	549	0,215	554	0,215	552	0,215	531	0,215	507
		0,772		0,772		0,772		0,772		0,772		0,772		0,772		0,772	
12	643	0,371	740	0,371	711	0,371	699	0,371	676	0,371	674	0,371	678	0,371	678	0,371	662
		0,629		0,629		0,629		0,629		0,629		0,629		0,629		0,629	
1º C	2.326		2.397		2.529		2.705		2.756		2.803		2.813		2.764		2.747
2º C	1.349		1.269		1.193		1.190		1.258		1.317		1.373		1.473		1.510
3º C	1.973		1.956		1.977		1.915		1.835		1.774		1.786		1.835		1.918
SEC	1.894		1.930		1.865		1.849		1.840		1.840		1.813		1.763		1.712
TOT	7.542		7.552		7.565		7.659		7.689		7.734		7.784		7.836		7.887

Fonte: DREAlg



**Quadro n.º 49- Rede Privada\***

1.º Ciclo	386
2.º Ciclo	84
3.º Ciclo	85

\* média consolidada dos últimos 5 anos

No gráfico e quadro apresentados na página anterior podemos observar a evolução das inscrições registadas bem como a frequência nos três Ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário. (no que diz respeito às Redes Pública e Particular/ Cooperativa), bem como as previsões até 2010/2011.

## **2. Diagnóstico Estratégico**

A primeira evidência, que resulta da análise do sistema educativo e da caracterização da situação actual do Concelho, é a distribuição demográfica assumir dois padrões distintos, podendo ser delimitadas duas zonas distintas, quanto à densidade populacional.

Este aspecto é particularmente relevante para a reorganização da Rede Educativa, porque exige uma atenção diferenciada aos dois territórios.

Por essa razão, é em função deste factor que se apresenta o diagnóstico prospectivo do Concelho, iniciando-se este Capítulo ainda pela projecção da população escolar até 2011, e uma análise muito sintética por nível de Ensino.”

### **2.1. Análise por nível de Ensino**

- As matrículas no 1º Ciclo do Ensino Básico apresentam um acréscimo assinalável de 2003 a 2009, prevendo-se a partir de 2010 um ligeiro decréscimo. A generalidade das escolas denota uma tendência para o aumento do número de alunos matriculados. Algumas apresentam as frequências estabilizadas ou com pequeno crescimento, sendo o caso de alguns estabelecimentos inseridos na zona urbana, nomeadamente a EB1 do Alto Rodes e a EB1 n.º 4 (Penha). Esta situação de fraco crescimento é reflexo da baixa natalidade e envelhecimento registados no Concelho. O crescimento positivo explica-se em parte pela imigração que teve impactos apreciáveis em algumas escolas.
- A frequência do 2º Ciclo do Ensino Básico apresenta uma ligeira diminuição nos dois últimos anos lectivos; até ao ano de 2011 prevê-se um crescimento neste nível de ensino em parte explicado pela imigração .
- Nas matrículas do 3º Ciclo verifica-se uma tendência para diminuição do crescimento entre 2006 e 2009, devido à quebra demográfica em 13,8% do grupo etário dos 0-14 anos registado nos últimos Censos (2001). No entanto a partir do ano 2009 prevê-se um novo crescimento que poderá ser provocado pela imigração que já se regista ao nível do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

- Prevê-se que a frequência do Ensino Secundário se desenvolva ao longo de seis anos com uma certa estabilização, verificando-se que a partir do ano 2009 a população escolar começará a diminuir de forma acentuada, o que denota um menor crescimento demográfico já assinalado neste grupo etário.

## **2.2. Zonamento Geográfico**

### **2.2.1 Zonas de Alta Densidade**

As denominadas Zonas de Alta Densidade, nas freguesias da Sé, de S. Pedro e do Montenegro, são caracterizadas pela existência de grandes concentrações populacionais, configurando uma problemática específica. Na maior parte dos casos, as condições físicas das Escolas do 1º Ciclo situadas em centros urbanos registam um desajustamento estrutural face às necessidades de espaços e equipamentos exigidos pelas obrigações que actualmente o processo educativo impõe à Escola, denotando uma clara sobrelotação.

Partindo deste pressuposto, a intervenção a efectuar nas Escolas inseridas em zonas de alta densidade visam a criação de novos Centros, ampliação e requalificação das Escolas existentes, no sentido de dotá-las de um conjunto de espaços interiores e exteriores que dêem resposta às exigências do ponto de vista educativo, administrativo, de gestão e de ocupação dos tempos livres.

O Centro Educativo com Jardim de Infância proporciona um percurso escolar articulado e sequencial, ao mesmo tempo que possibilita operacionalizar uma lógica de rentabilização de recursos, uma vez que, neste contexto, a comunidade educativa daqueles níveis de ensino partilha os mesmos espaços e recursos.

### **2.2.2 Zonas de Baixa Densidade**

Tendo em conta que as zonas de baixa densidade se situam em contextos rurais ou periféricos, demograficamente pouco povoados caracterizados por uma elevada dispersão da rede escolar e com uma frequência escolar bastante reduzida, torna-se evidente a necessidade de reordenamento da rede escolar e a inevitável suspensão do funcionamento de algumas Escolas do 1º Ciclo com frequência reduzida bem como a implementação de uma política direccionada para a fixação da população.

O reordenamento da rede de Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico nas Zonas de Baixa Densidade poderá ser equacionado sob três perspectivas:

- 1- Requalificação e reapetrechamento de uma Escola do 1º Ciclo situada numa área central a um conjunto de outras que apresentem uma frequência reduzida, dotando-a de um conjunto de meios e recursos que permitam suspender o funcionamento das outras e que, do ponto de vista dos alunos e das respectivas famílias, constitua um espaço educativo aliciente, em alternativa à pequena Escola que frequentam.

2- Considerando igualmente uma localização central relativamente à área de uma freguesia ou de um conjunto de Escolas de frequência reduzida, ponderar a construção de um equipamento sócioeducativo integrado e multifuncional, que permita à progressiva suspensão do funcionamento das Escolas do 1º Ciclo de frequência reduzida dessa área. Esse equipamento poderá integrar simultaneamente Creche, e Jardim de Infância, 1º Ciclo, ATL, refeitório e Centro Comunitário.

3- Nas localidades onde tal se justifique, equacionar a possibilidade de ser construída uma EB1,2,3/Jardim de Infância, favorecendo assim um percurso escolar sequencial e articulado, evitando que os alunos após concluírem o 1º Ciclo tenham de se deslocar para uma EB2,3 fora da sua área de residência a fim de completarem o Ensino Básico.

A requalificação dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico deverá ter diferentes respostas, consoante estes se enquadrem em zonas de alta ou de baixa densidade.

### **2.3. Constrangimentos a ultrapassar**

Uma Rede de Educação Pré-Escolar com uma oferta muito deficitária. Em 2005/2006 cerca de 250 crianças não frequentaram qualquer estabelecimento de educação pré-escolar, no entanto esta situação foi minimizada com a entrada em funcionamento de novos Jardins de Infância da rede pública do Montenegro e da Conceição, estando ainda prevista a médio / longo prazo a construção de 2 novos estabelecimentos de educação pré-escolar na zona urbana.

Para optimização do 1º Ciclo do Ensino Básico existe ainda um conjunto de constrangimentos que urge ultrapassar:

- Escolas do 1º Ciclo sobrelotadas nos centros urbanos e a funcionar em regime duplo.
- Escolas de frequência reduzida nas zonas rurais ou periféricas;
- Instalações desajustadas face às novas exigências pedagógicas;
- Ausência de espaços educativos polivalentes e multifuncionais.
- Espaços exteriores pouco atractivos.

O 1.º Ciclo do Ensino Básico é ainda marcado pela carência de projectos e iniciativas de educação informal que visem favorecer o desenvolvimento harmonioso das crianças e aprofundar as raízes da democracia. É ainda importante a implementação da Agenda 21 Escolar.

No Ensino Secundário considera-se importante a entrada em funcionamento dos cursos tecnológicos de Construção Civil e Edificações, Ordenamento do Território, de Design de

Equipamentos, áreas que assumem um papel importante no desenvolvimento regional e que poderão vir a preencher lacunas no mercado de trabalho.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional haveria em 2004/2005 profissões com ofertas de emprego não satisfeitas, nomeadamente Técnico de Vendas, Trabalhador Agrícola, Médico, Caixeiro, Cozinheiro, Escriurário, Ajudante de Cozinha, Empregado de Mesa, Empregada Doméstica (casas particulares), Auxiliar de Limpeza, Empregado de Balcão, Copeiro, Cabeleireiro, Pedreiro, Recepcionista, Operador de Supermercado e Montagem de Isolamentos. O trabalho de sensibilização junto dos jovens que querem optar por um curso profissional deve ser feito no sentido de responder às necessidades do mercado de trabalho, tendo em conta as tendências, os interesses e a vocação de cada um.

Deverá ser dada maior visibilidade à Educação Especial, nomeadamente do trabalho desenvolvido pela Unidade de Surdos de Faro e cuja intervenção se estende a toda a região do Algarve. Seria importante a criação em Faro do Curso de Tradução e Interpretação da Língua Gestual Portuguesa (LGP) e de cursos profissionais de formação de LGP destinados a professores, psicólogos e auxiliares de acção educativa.

A Educação ao Longo da Vida, a Educação de Adultos e a Educação para a Cidadania assumem cada vez mais um papel importante na evolução social e cultural das populações, pelo deverá ser dada prioridade à realização de acções e projectos nessas áreas.

Como síntese apresentam-se no quadro que se segue os pontos fortes e os pontos fracos que caracterizam a rede educativa do Concelho de Faro:

**Quadro n.º 50 – Pontos Fortes e Pontos Fracos da Rede Educativa**

<b>Pontos fortes</b>	<b>Pontos Fracos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrada em funcionamento no ano 2006/2007 de dois novos Centros Educativos (EB1 e Jardim de Infância) no Montenegro e na Conceição.</li> <li>• O Plano de ampliação/requalificação da Rede pública do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, em curso.</li> <li>• Promoção de iniciativas no âmbito do desenvolvimento sustentável, da educação ambiental, da educação para a cidadania e da democracia participativa.</li> <li>• Entrada em funcionamento do Centro Azul, centro de educação ambiental na Praia de Faro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rede de Educação Pré-Escolar Pública com oferta insuficiente.</li> <li>• Problemas de sobrelotação e de falta de espaços adequados ao funcionamento de actividades extra-curriculares nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo da zona urbana.</li> <li>• Escolas da zona rural caracterizadas por uma frequência escolar reduzida.</li> <li>• Débil intervenção sócioeducativa em comunidades isoladas.</li> </ul>

## IV Propostas

O desenvolvimento integral das crianças e jovens é um processo dinâmico caracterizado por um estado de instabilidade e vulnerabilidade aos factores do meio, que acaba por influenciar a sua formação enquanto cidadãos, daí que o espaço físico onde se desenvolvem as actividades educativas deva estar estruturado para proporcionar às crianças o conforto necessário e lhes despertem sentimentos de pertença e afectividade que estarão na base de um percurso escolar de sucesso.

Pretende-se que as intervenções a realizar dêem uma resposta eficaz às necessidades existentes, o que pressupõe a construção de novos edifícios, bem como a ampliação e requalificação de outros, tendo em conta estratégias de intervenção que melhor se adaptem às zonas onde existem, de forma diferenciada, maior ou menor concentração de estudantes.

### 1. Objectivos Estratégicos

Tomando como ponto de partida a afirmação de que os grandes objectivos do Concelho de Faro deverão ser :

- Elevar o nível sócioeducativo da comunidade
- Colocar a Educação e a Formação no centro das preocupações e do interesse da população farense.
- Incrementar e qualificar a oferta educativa num contexto de desenvolvimento sustentável, o que pressupõe a prevenção e a eliminação de todas as formas de exclusão e de desigualdade, sendo na escola que muitas vezes essas situações se evidenciam.

Com a elaboração da Carta Educativa pretende-se estender a todo o Concelho:

- Uma Rede Escolar ao serviço de uma Escola de Qualidade.
- Condições de funcionamento que proporcionem as melhores aprendizagens em Escolas Completas, com espaços educativos diversificados, polivalentes e multifuncionais.
- Escolas a Tempo Inteiro, com o desenvolvimento de actividades de enriquecimento cultural, com eliminação do regime de desdobramento de horários e funcionamento de todos os estabelecimentos de ensino em regime normal.
- Um plano de acção destinado a prevenir/eliminar o absentismo e o abandono escolar.
- A concretização de uma política educativa integrada que dê resposta às assimetrias da rede Escolar, nomeadamente a existência de escolas sobrelotadas nos centros

urbanos e de escolas de frequência reduzida em áreas isoladas, através da construção, ampliação e requalificação dos estabelecimentos de ensino, na perspectiva de criação de Centros Educativos integrando a Educação Pré-Escolar.

- Uma oferta de educação e formação adequada às necessidades do mercado de trabalho.
- A implementação dos grandes conceitos e preocupações da Agenda 21, enquanto carta programática de apoio à implementação de uma estratégia de sustentabilidade nos estabelecimentos de ensino, através da concretização das Agendas 21 Escolares.
- Uma educação extra-escolar, promotora da igualdade de oportunidades acessível a toda a comunidade.

de onde deriva um compromisso de actuar de acordo com um conjunto de grandes Objectivos Estratégicos, especialmente dedicados à criação de infra-estruturas, medidas organizativas, e de todo um conjunto de actividades e práticas que possam concorrer para :

### **1.1 Promover a integração dos diferentes níveis do Sistema Educativo**

Existe, desde já há alguns anos, uma legítima preocupação com a enormes potencialidades derivadas de se atingir como que uma “estrutura organizativa” comum de comunicação e gestão ao nível de todo o Sistema de Ensino, facilitando-se a “verticalização” e organização por agrupamentos, através do Reordenamento da Rede Escolar.

Pretende-se pois dar corpo a essa Medida Estratégica, à qual se associa o tratamento diferenciado que deve ser dado às diferentes especificidades territoriais, identificando-se duas grandes áreas geográficas, a zona urbana com elevadas taxas de concentração de população escolar, e as zonas mais descentradas do centro urbano, caracterizadas naturalmente por deter menores índices de concentração populacional, em especial dos mais jovens.

### **1.2 Assegurar a existência de uma adequada rede de equipamentos escolares até 2012**

Mediante um esforço de mobilização de recursos financeiros, tanto derivados do Orçamento Municipal como dos que se encontram incluídos no PIDDAC da Administração Central.

Para tal, deverão ser produzidos os orçamentos de projectos de execução e obra, contando-se com a possível disponibilidade dos recursos técnicos Municipais para os respectivos projectos de arquitectura, em articulação, como habitualmente, com os Serviços homólogos da Direcção Regional de Educação.

### **1.3 Desenvolver Iniciativas de Educação e Sensibilização Sócioeducativas**

A existência de um já grande conjunto de actuações sectoriais que hoje em dia se desenvolvem no concelho de Faro leva-nos a considerar como extremamente importante que se evidenciem algumas propostas bastante relevantes na formação de conhecimentos,

hábitos culturais e sociais, por parte (no nosso caso particular) da comunidades escolar e da juventude do concelho de Faro.

A sua sistematização num “capítulo” de intervenções sócioeducativas facilita-nos certamente a compreensão da sua já muito elevada expressão, quer pelo nº de alunos envolvidos, quer pelas mais diversas área educativas, sociais e culturais do nosso concelho, motivando certamente os seus actores para que se desenvolvam projectos e acções complementares e de actuação cruzada sobre a população juvenil.

#### **1.4 Por um Desenvolvimento Local mais Sustentável**

É inequívoca a importância da educação e das práticas educativas para que as abordagens às problemáticas da Coesão Social, da formação de Competências, do Emprego, das Iniciativas Empresariais e da protecção Ambiental, tenha o sucesso de facto, de reconhecimento público e de complementaridade que uma abordagem integrada ao desenvolvimento de qualquer território hoje nos exige.

Dedicarmos um “capítulo” ao Desenvolvimento Sustentável não pretende no entanto fazer crer que esta é uma matéria autónoma e vertical na Carta Educativa do Concelho de Faro.

A abordagem ao desenvolvimento sustentável é hoje em dia no Concelho de Faro uma prática que vai percorrendo os mais diversos sectores e áreas de actividades, sendo nosso compromisso que se venha a desenvolver uma prática contínua de trabalho e de interacção com as iniciativas que se estão a preparar e produzir para que venha a existir uma “Carta Local pela Sustentabilidade” para onde serão vertidas as principais conclusões e apostas de trabalho que aqui se descrevem, ressaltando-se as iniciativas de educação e sensibilização ambiental, bem como o trabalho em curso para a elaboração da Carta Verde e da Agenda 21 Escolar.

## **2. Medidas de Intervenção**

Colocar a Educação no centro das preocupações e do interesse da população farenses constitui um objectivo central do Município, que procura articular estratégias que visam elevar o nível sócioeducativo da Comunidade.

A melhoria do sistema educativo e a promoção do desenvolvimento sustentável pressupõem a prevenção e a eliminação de todas as formas de exclusão e de desigualdade, sendo na escola que muitas vezes se essas situações de exclusão e de carência diversa.

Através do contínuo reforço dos transportes escolares, da Acção Social Escolar, de programas como o de Generalização do Inglês ou de Refeições Escolares procurar-se-á fomentar a igualdade de oportunidades no acesso à Escola e à realização das aprendizagens, no exercício de uma política de apoios sócioeducativos que visa prevenir potenciais factores de exclusão.



O dinamismo da **Carta Educativa** exige a participação activa de toda a comunidade, apelando ao exercício da cidadania crítica e dando lugar a um processo de co-construção em que o Conselho Municipal de Educação tem um papel fundamenta e por isso deve ser incentivado.

## **2.1 Propostas Organizacionais, promovendo a integração dos diferentes níveis do Sistema Educativo**

### **2.1.1 Definição de Territórios Educativos**

Deverão ser criados Territórios Educativos com vista a um melhor aproveitamento dos recursos, à melhoria das condições de ensino e à sociabilização das crianças, funcionando como um factor de dissuasão do abandono escolar.

O conceito de Território Educativo como princípio estruturante das novas Redes Escolares permitirá organizar o espaço geográfico concelhio em áreas, nas quais será assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento integrado, numa dupla perspectiva de carácter pedagógico e de ordenamento territorial e urbanístico.

Dever-se-á mobilizar esforços para promover a territorialização. No território educativo ajustam-se as condições espaciais de oferta educativa integrando os três ciclos do ensino básico e as outras vertentes educativas, designadamente a educação pré-escolar, a educação de adultos e a iniciação profissional, permitindo às Escolas articuladas nesse Território Educativo dispor de apoio pedagógico acrescido e de um conjunto de recursos qualitativamente superiores.

No âmbito da aplicação da Carta Educativa, serão mobilizados esforços para serem criados os Territórios Educativos do Concelho, com vista a um melhor aproveitamento dos recursos, à melhoria das condições de ensino e à sociabilização das crianças, funcionando como um factor de dissuasão do abandono escolar.

Numa perspectiva de articulação no que diz respeito às componentes de ensino/formação profissional / emprego, procurar-se-á que o sistema educativo dê uma resposta eficaz às exigências do mercado de trabalho.

O reforço da educação e formação de adultos será uma prioridade, através de uma estreita correlação entre o trabalho e a formação, no sentido de desenvolver competências básicas e elevar o nível sócioeducativo, bem como de facilitar a entrada no mercado de trabalho e a mobilidade profissional. Esta estratégia será implementada em articulação com a Direcção Regional de Educação e o Instituto de Emprego e Formação Profissional .

A educação ao longo da vida implica a dinamização da população e das instituições públicas e privadas para o empreendimento de acções e projectos que se configurem de acordo com as directrizes da educação permanente, através de um modelo flexível e multifuncional de educação para todos (jovens, activos, desempregados, idosos).

De acordo com o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (**PROTAL**) são igualmente prioridades ao nível da educação:



- A qualificação de recursos humanos atingindo níveis de excelência no ensino e na investigação;
- O reforço da afirmação da cidade de Faro enquanto espaço académico e de investigação;
- Desenvolvimento e dinamização do Parque das Cidades através da criação de equipamentos de importância regional, designadamente o Instituto Investigação e Desenvolvimento – Ciências Biomédicas, Biotérico, entre outras.
- Reforço do ensino superior ao nível dos investimentos estruturantes no âmbito da cultura, educação, lazer;
- Promoção da coesão económica, social e territorial, através de uma articulação de políticas no domínio da educação, formação inicial e contínua e da certificação profissional;
- A complementaridade do binómio Património/Educação mediante a articulação entre os currículos escolares e os elementos patrimoniais;

### **2.1.2 Reordenamento da Rede Escolar**

O Ensino Básico deverá funcionar de forma integrada com a Educação Pré-Escolar e centrar-se numa lógica de configuração organizacional assente na verticalização dos Agrupamentos integrando os estabelecimentos de ensino que ainda não se encontram agrupados, nomeadamente a Escola EB1 do Alto Rodes e a EB 2,3 Dr. Joaquim Magalhães; deverá, a curto prazo, ser encontrada uma solução de integração.

Os agrupamentos verticais são um contributo fundamental para a qualidade das aprendizagens, uma vez que facilitam a integração e o desenvolvimento dos projectos educativos, favorecendo o processo de qualificação educativa e viabilizando um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória. Através da verticalização dos agrupamentos é mais fácil detectar alunos em situações problemáticas e intervir de forma eficiente no sentido de garantir um melhor acompanhamento ao longo dos vários anos de escolaridade.

Por outro lado a verticalização permite concentrar a gestão e administração escolar, contribuindo para uma melhor organização financeira e administrativa, bem como outros procedimentos de tomada de decisão por parte do Agrupamento que funcionará como uma unidade de gestão e de coordenação.

Com este processo não se pretende restringir a autonomia dos estabelecimentos de ensino mas contribuir para um sentido de responsabilização, indispensável para uma sociedade democratizada e para um processo de desenvolvimento educativo que seja economicamente eficaz e sustentável.

### **2.1.2.1 - Uma Educação Pré-Escolar para todos**

A educação pré-escolar contribui de forma significativa para o desenvolvimento das crianças pois assume-se como ponto de partida do percurso escolar. Por conseguinte, deve ser encarada não só como uma resposta institucional face às necessidades da sociedade actual, mas como uma etapa fulcral da educação básica que engloba três dimensões fundamentais: social, educativa e preventiva. Daí a necessidade de criar uma rede de oferta que cubra as necessidades .

“No quadro do Programa Nacional de Requalificação da Rede do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar - QREN a construção de novos Centros Educativos (EB1 e Jardim de Infância) nomeadamente em Estoi, “Zona Norte-Nascente”(Lejana) e “Zona Norte-Poente”(Fórum), Gambelas e Braciais, bem como a ampliação e requalificação da EB1 de Bordeira e de St.ª Bárbara de Nexe permitirão dar resposta às necessidades detectadas no âmbito da Educação Pré-Escolar, disponibilizando mais 17 salas. Há ainda a considerar mais 4 salas do Pré-Escolar na Creche e Jardim de Infância que se situa no recinto do Pólo Universitário da Penha (POEFDS) e outras 3 salas do Centro Paroquial de St.ª Bárbara de Nexe (PARES I) sendo que até 2012 serão disponibilizadas mais 24 salas”.

### **2.1.2.2 - 1º Ciclo do Ensino Básico**

Ao nível do 1.º C.E.B. o principal objectivo é tornar possível o funcionamento em regime normal de todas as Escolas e dotar as mesmas com os equipamentos adequados, nomeadamente biblioteca, polivalente, refeitório e espaços desportivos.

A construção de 5 novos centros Centros Educativos, 1 em Estoi, 1 em Braciais, 1 em Gambelas e 2 na Zona Urbana (Zona Norte-Nascente e Zona Norte-Poente), bem como a ampliação/requalificação da EB1 de Faro n.º 1 (S. Luís), da EB1 de Faro n.º 5 (Vale Carneiros), da EB1 de Bordeira, da EB1 de Medronhal e da EB1 do Areal Gordo proporcionarão as condições necessárias para que a “Escola a Tempo Inteiro” seja uma realidade, com o seu funcionamento até às dezassete horas e trinta minutos e permitindo que os alunos e docentes usufruam dos recursos físicos e pedagógicos necessários para as actividades curriculares e de enriquecimento curricular.

Com o início da sua actividade previsto para 2012 do novo Centro Educativo das Gambelas, a prazo poderá verificar-se o encerramento da Escola EB1 de Marchil.

Relativamente ao Movimento Anual da Rede Escolar verificou-se a suspensão do funcionamento da Escola Básica do Primeiro Ciclo de Gorjões no ano lectivo 2006/2007 e integraram-se os seus oito alunos no Centro Educativo de Santa Bárbara de Nexe (Escola EB1 + Jardim de Infância), equipamento que recebeu obras de ampliação e requalificação.

Requalificação do Parque Escolar e criação de novos espaços nas escolas EB1 e estabelecimentos de educação pré-Escolar do Concelho, nomeadamente instalações cobertas para a prática da educação física e de desporto, refeitório, polivalente, biblioteca e respectivo apetrechamento com os equipamentos educativos adequados.

Pretende-se uma Rede de Ofertas Educativas diversificadas, que irá criar oportunidades novas aos alunos que se encontram a frequentar a Escola, bem como criar novas oportunidades a outros que abandonaram a escolaridade.

Por outro lado será realizada a reconversão das instalações dos estabelecimentos de educação e de ensino já existentes do Pré-Escolar e do Ensino Básico, com o objectivo de os adequar às novas exigências de currículos e preocupações pedagógicas da Reforma.

O cálculo das instalações necessárias que conduziu à formulação das propostas de reconfiguração da Rede Escolar foi efectuado no quadro de um cenário prospectivo e com base no regime normal de funcionamento de todos os estabelecimentos de ensino, sendo a média de alunos por turma de 25 na Educação Pré-Escolar, 24 no Ensino Básico e 28 no Ensino Secundário.

No que diz respeito ao 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário, para resolver os problemas de sobrelotação evidenciada nas taxas de ocupação, bem como para garantir o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos será necessária a criação de novas escolas para estes anos de escolaridade. O investimento em infra-estruturas deverá obedecer a algumas orientações estratégicas com o necessário reordenamento da rede escolar e a redefinição dos agrupamentos de escolas.

### **2.1.3 Programa de Actividades e Enriquecimento Extracurricular**

Considerando a importância das actividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico para o desenvolvimento das crianças e futuro sucesso escolar, conforme refere o Despacho n.º 12 591/2006 (2.ª série) pretende-se dar continuidade às actividades que se estão a desenvolver no presente ano lectivo, nomeadamente o Inglês, Música, Actividade Física e Desportiva, Expressões, Ciência e Tecnologia e Xadrez.

## **2.2 Uma adequada Rede de Equipamentos até 2012**

Começamos por recordar que no âmbito do Programa Especial de Reordenamento da Rede de Escolas do 1.º Ciclo do Algarve PER EB1-1.ª Fase foram realizadas as seguintes obras de ampliação/requalificação:

- Ampliação da EB1 n.º 3 de Faro (Bom João), através da construção de novo edifício com 3 salas de aula, biblioteca, refeitório e sala de professores.
- Ampliação da EB1 n.º 4 (Penha) através da construção de novo edifício com 4 salas de aula, biblioteca, salas de apoio para multideficiência e deficiência auditiva e sala de professores.
- Ampliação da EB1 de Alto Rodes através da construção de biblioteca, sala de professores, cozinha e refeitório polivalente.
- Ampliação e requalificação da EB1 de Santa Bárbara de Nexe para assegurar o funcionamento de uma sala para o Jardim de Infância, cozinha e refeitório e sala de professores, permitindo assegurar o seu regime normal de funcionamento.

- Ampliação da EB1 do Patacão através da construção de uma sala de aula, biblioteca e refeitório/polivalente.
- Obras de requalificação na EB1 de Mata Lobos.
- Remodelação das instalações sanitárias da EB1 de Gorjões através pequena ampliação das instalações existentes.

No âmbito da 2.<sup>a</sup> fase do PER EB1 a construção da EB1 Completa da Conceição veio permitir dar resposta às necessidades existentes, mantendo o regime de horário normal.

A construção da EB1 Completa do Montenegro não deu resposta cabal às necessidades existentes, sendo necessário a construção de um novo Centro Educativo na zona das Gambelas para dar resposta à procura existente.

A curto prazo serão realizadas e concluídas as obras de ampliação e requalificação na Escola EB1 de Faro n.º 1 (S. Luís).

A requalificação, o apetrechamento e a manutenção do Parque Escolar é uma prioridade do Município de Faro, sendo que a médio e longo prazo, pretende-se dar prioridade à construção de novos estabelecimentos de ensino e à ampliação e requalificação de outros:

- A construção de dois novos Centros Educativos na zona urbana, Lejana (Zona Norte –Nascente) e Fórum (Zona Norte-Poente) dispoendo cada um deles de 12 salas do 1.º Ciclo e 3 salas do Pré-Escolar, contribuirá para ultrapassar os problemas de sobrelotação nas escolas na zona urbana, permitindo o funcionamento do regime de horário normal em todas as Escolas, de modo a que as crianças possam usufruir de actividades lectivas curriculares e não curriculares de forma adequada.
- A construção de um novo Centro Educativo na zona das Gambelas, dispoendo de 8 salas do 1.º Ciclo e 3 salas do Pré-Escolar, permitirá ultrapassar os problemas de sobrelotação nas Escolas nesta área, permitindo o funcionamento em regime de horário normal, uma vez que no decurso do corrente ano lectivo houve necessidade de transferir 3 turmas da EBI e JI do Montenegro para a EB1 do Montenegro (edifício antigo).
- A construção de um novo Centro Educativo na zona de Braciais, dispoendo de 8 salas do 1.º Ciclo e de 3 salas do Pré-Escolar permitirá dar resposta ao afluxo populacional previsto para a referida área nos próximos anos, uma vez que a Câmara Municipal de Faro está a desenvolver dois Programas Habitacionais – Habitação Social para Realojamento e Habitação a Custos Controlados para venda, visando dar resposta a problemas de algumas famílias mais carenciadas do Concelho de Faro. Deste modo, importa considerar que será construído um Loteamento Municipal nos Braciais com 315 moradias unifamiliares, sendo que 158 dessas moradias se destinam ao realojamento de famílias que residem em habitações precárias e outros 157 fogos serão para venda, de acordo com um Contrato de Desenvolvimento da Habitação e destinando-se às famílias que não dispõem de meios financeiros para as adquirir no mercado. Acrescente-se ainda que a construção do Loteamento Municipal da Estrada Senhora da Saúde com Av.

Calouste Gulbenkian irá abranger 144 fogos (tipologias T2 e T3), em curso, destinando-se aos jovens cuja condição financeira comprove que não dispõem de recursos financeiros para adquirir imóveis desta natureza no mercado. Face ao exposto importa ter em atenção que em 2007/08 as Escolas EB1 do Patacão e de Mar e Guerra registavam uma taxa de ocupação de 100%, denotando-se uma pressão crescente ao nível da procura e levando a prever que estes dois estabelecimentos de ensino não reúnem condições para dar resposta às necessidades que se perspectivam no âmbito do realojamento de agregados familiares na área referida, justificando-se assim a necessidade de construir um novo Centro Educativo;

- A construção de novo Centro Educativo em Estoi com 8 salas de aula destinadas ao 1.º Ciclo e 3 para o Pré-Escolar vai dar resposta às necessidades, uma vez que o edifício da EB1 de Estoi já se encontra em crescente degradação;
- A ampliação e requalificação da E.B.1 de Faro n.º 1 (S. Luís) em curso com a disponibilização de mais 5 salas de aula, 1 cozinha, 1 refeitório, 1 sala de professores, 1 sala de aula de audiovisuais, 1 sala de apoio pedagógico irá permitir que os alunos usufruam de melhores condições para as actividades curriculares e extra-curriculares, favorecendo o processo de aprendizagem e a aquisição de novos conhecimentos;
- A ampliação e requalificação da EB1 de Bordeira com a disponibilização de 1 sala de Pré-Escolar, 1 cozinha, 1 refeitório, 1 sala de professores, 1 sala de aula de audiovisuais, 1 sala de apoio pedagógico e 1 biblioteca irá contribuir para a fixação da população e valorização local e dar resposta às necessidades das famílias ao nível da Educação Pré-Escolar;
- A ampliação e requalificação da EB1 de Faro n.º 5 (Vale Carneiros), com a construção de mais duas 2 salas de aula, 1 biblioteca e 1 sala de professores irá possibilitar a transição do funcionamento em regime duplo e normal para regime normal;
- A requalificação da EB1 de Medronhal com mais 1 sala de aula, 1 refeitório e 1 biblioteca irá possibilitar que os alunos usufruam de condições favoráveis às actividades curriculares e de enriquecimento curricular, bem como de um espaço condigno para o consumo de refeições;
- A Extensão da EB1 e JI de St.ª Bárbara de Nexe com a construção de 2 salas de aula, 1 sala de Pré-Escolar e de um polidesportivo permitirá colmatar as necessidades ao nível do Pré-Escolar e também de infra-estruturas ao nível das salas do 1.º Ciclo, bem como de estruturas desportivas;
- A remodelação da EB1 do Areal Gordo com a construção de uma biblioteca irá favorecer em termos de recursos literários e didácticos a dimensão pedagógica das actividades curriculares, de enriquecimento curricular, bem como de outras iniciativas socioeducativas de cariz não formal.

Em anexo a este documento estão incluídos os quadros onde constam as obras já realizadas e a realizar com financiamento no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio.

Antes da implementação do Programa Especial de Reordenamento da Rede Escolar do 1.º Ciclo, a Rede Escolar Pública era constituída por 84 salas de aula do 1.º Ciclo e 5 salas do Pré-Escolar; a partir de Setembro de 2006 a Rede Escolar dispõe de 93 salas do 1.º Ciclo e

10 salas de Pré-Escolar, o que tem vindo a permitir a gradual eliminação dos horários duplos de funcionamento.

Contando com as propostas de intervenção apresentadas e tendo em atenção os dados da projecção escolar em 2012 prevê-se a existência de 149 salas, resultando numa capacidade para 3576 alunos, considerando no entanto que se projecta que para 2011 o número de alunos do 1.º Ciclo ronde os 2747 (projectação da população escolar da Drealg), garantindo-se assim o funcionamento de todos os estabelecimentos de ensino em horário normal.”

**Quadro n. 51º – Intervenções no Parque Escolar**

Freguesia	Intervenções a efectuar no Parque Escolar da Rede Pública					
	Estabelecimento de Ensino	N.º de salas previstas construir		Ampliação/novos espaços	Ponto de Situação	Custo Global Previsto*
		Pré-Escolar	1.º Ciclo			
<b>S. Pedro</b>	<b>EB1 e JI Lejana</b> (edifício a construir de raíz)	3	12	n.a	Projecto de Arquitectura executado e aprovado	1.868.400,00
<b>Estoi</b>	<b>EB1 e JI Estoi</b> (edifício a construir de raíz)	3	8	n.a	Projecto de Arquitectura executado e aprovado	1.374.800,00
<b>S. Pedro</b>	<b>EB1 e JI de Braciais-Patação/Mar e Guerra*</b> (edifício a construir de raíz)	3	8	n.a	Projecto de Arquitectura a executar, com conclusão prevista para 15/05/2009	1.374.800,00
	<b>EB1 do Fórum</b> (edifício a construir de raíz)	3	12	n.a	em estudo	1.868.400,00
<b>Montenegro</b>	<b>EB1 e JI de Gambelas</b> (edifício a construir de raíz)	3	8	n.a	Projecto de Arquitectura executado 15/09/2008	1.374.800,00
<b>Sé</b>	<b>EB1 de V. Carneiros</b>	0	2	1 Biblioteca 1 Sala de Professores	Projecto de Arquitectura executado e aprovado	230.500,00
<b>St.ª Bárbara</b>	<b>EB1 de Bordeira</b>	1	0	1 cozinha	Projecto de Arquitectura executado e aprovado	122.400,00
				1 refeitório		
				1 Sala de Professores		
				1 sala de aula de audiovisuais		
				1 sala de apoio pedagógico		
<b>St.ª Bárbara</b>	<b>EB1 de Medronhal</b>	0	1	1 polivalente	Projecto de Arquitectura executado e aprovado	116.400,00
				1 biblioteca		
<b>St.ª Bárbara</b>	<b>EB1 e JI de St.ª Bárbara de Nexe</b>	1	2	1 polidesportivo	em estudo	344.400,00
<b>Sé</b>	<b>EB1 de S. Luís</b>	0	5	1 cozinha	obras a decorrer	569.900,00
				1 refeitório		
				1 Sala de Professores		
				1 sala de aula de audiovisuais		
				1 sala de apoio pedagógico		
<b>Sé</b>	<b>EB1 do Areal Gordo</b>	0	0	1 biblioteca	em estudo	34.900,00
<b>Total</b>		<b>17*</b>	<b>58</b>	n.a	n.a	<b>9.279.700,00</b>

Fonte: DE

\* A construção da nova EB1/JI de Braciais/Patação/Mar e Guerra deverá ser contemplada na candidatura ao QREN, após homologação do Relatório de Monitorização da Carta Educativa.

\* Para além das obras consideradas, a construir de raíz e a requalificar importa considerar também que a Creche e Jardim de Infância da Penha irá ter 4 salas destinadas ao Pré-Escolar e que no âmbito da candidatura ao Pares I a Creche e Jardim de Infância de Santa Bárbara de Nexe irá ter 3 novas salas para o Pré-Escolar

\* Considerou-se os valores apresentados na pré-candidatura ao Programa Nacional de Requalificação da Rede do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar

n.a. Não se aplica

Carta Educativa – Faro



## **2.3 Desenvolvimento de Iniciativas de Educação e Sensibilização Sócioeducativa**

### **2.3.1 Articulação das Valências Ensino / Formação Profissional / Emprego**

O reforço da educação e formação de adultos será uma prioridade, através de uma estreita correlação entre o trabalho e a formação, no sentido de desenvolver competências básicas e elevar o nível sócioeducativo, bem como de facilitar a entrada no mercado de trabalho e a mobilidade profissional.

Esta estratégia será implementada em articulação com a Direcção Regional de Educação e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, na linha do programa “Novas Oportunidades” lançado em 2005.

#### **Programa “Novas Oportunidades”**

No contexto Europeu o **Livro Branco**, lançado pela Comissão Europeia apresenta novos desafios no âmbito da Educação e Formação enquanto áreas propícias à promoção cultural, desenvolvimento de aptidões para o desempenho profissional, contribuindo para conciliar as dimensões do desenvolvimento pessoal e profissional. Neste sentido a Educação e a Formação são entendidas como um meio para a competitividade económica, evolução tecnológica/científica e um significativo contributo para o combate à exclusão social.

O programa “Novas Oportunidades” assenta em dois pilares fundamentais, nomeadamente a recuperação educativa através da educação de adultos e a elevação da formação de base dos activos. No primeiro caso o objectivo é reforçar as opções no ensino profissionalizante de nível secundário, respondendo de forma concreta aos níveis de insucesso e abandono escolar existentes e contribuindo para o preenchimento de vagas de cariz técnico e profissionalizante. O segundo pilar permitirá que as pessoas que se integraram na vida activa com um baixo nível de escolaridade recuperem e progridam nos estudos, condição fundamental para o processo de desenvolvimento na sua globalidade. Este investimento na educação e formação influencia significativamente a vida social e a vivência da democracia, iniciativa que tem merecido particular consideração da Unesco que defende que a promoção da educação e formação proporciona uma melhor qualidade de vida através de uma empenhada participação cívica.

Serão desenvolvidos esforços no sentido de dinamizar a população e as instituições públicas e privadas, em particular a rede educativa, para a educação e formação ao longo da vida, através de acções e projectos que se configurem de acordo com as directrizes da educação permanente, através de um modelo flexível e multifuncional de educação para todos (jovens, activos, desempregados, idosos), de modo a assegurar uma resposta eficaz às exigências do mercado de trabalho e à consolidação da cidadania participativa.

### **2.3.2 Serviço de Bibliotecas**

#### **2.3.2.1- Uma Rede de Bibliotecas Escolares**

A criação de uma rede de bibliotecas entendida como um centro de recursos multimédia de livre acesso.

### 2.3.2.2- O Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares da Biblioteca Municipal

A Biblioteca Escolar / Centro de Recursos surge integrada na Escola como um serviço de apoio, transversal a toda a comunidade escolar. Um espaço agradável, acolhedor, multifacetado, com documentação variada e em vários suportes, facilmente acessível a todos. Dotado de mobiliário, equipamento e equipas especializadas, assim como colecções adequadas aos programas escolares, colaboram na transmissão de conhecimentos e competências, em todas as áreas, combatendo o analfabetismo, a iliteracia e a info-exclusão, servindo docentes e discentes na sua função de ensinar e aprender. Trata-se de um espaço que está ao serviço do sucesso do projecto educativo da escola..

O Projecto de Rede de Biblioteca Escolares funciona desde 1997 com o objectivo de dotar todas as Escolas de uma Biblioteca Escolar / Centro de Recursos. Podem integrar a rede escolas com mais de 100 alunos e que disponham de um espaço com cerca de 50 m2 para instalação da Biblioteca. A adesão parte da iniciativa da escola, através de uma candidatura, da responsabilidade da sede do seu agrupamento escolar e entregue no Ministério da Educação. Após aprovação esta dá origem a um protocolo entre o Ministério da Educação, a Escola e a Autarquia. Em que o primeiro financia a instalação (fundo documental, mobiliário e equipamento) e a autarquia executa a respectiva verba através da Biblioteca Municipal, assumindo o compromisso de adquirir, tratar e organizar o fundo documental, através do seu Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE), no caso das Escolas do 1º ciclo. Para as restantes este protocolo limita-se à prestação de apoio técnico (formação, apoio na selecção do fundo documental, selecção e utilização de software, etc.)

**Quadro n.º 53 Diagnóstico – Ensino Secundário**

<b>Escolas</b>	<b>Integração da Rede de Bibliotecas Escolares</b>	<b>Estado</b>	<b>Tipo de Protocolo ME/CM-BM</b>
Sec. João de Deus	SIM	A funcionar	Apoio Técnico
Sec. Pinheiro e Rosa	SIM	A funcionar	Apoio Técnico
Sec. Tomás Cabreira	SIM	A funcionar	Apoio Técnico

Propõe-se a manutenção, no âmbito do SABE (Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares) da Biblioteca Municipal, do apoio técnico ao nível do tratamento e organização de fundos documental, utilização de software de gestão documental, formação profissional e da dinamização de actividades de promoção da leitura. Assim como a promoção do estreito relacionamento entre instituições através do estabelecimento permanente de parcerias e acções em cooperação.

**Quadro n.º 54 Diagnóstico – 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico**

<b>Escolas</b>	<b>Integração da Rede de Bibliotecas Escolares</b>	<b>Estado</b>	<b>Tipo de Protocolo ME/CM-BM</b>
EB 2,3 Dr. Joaquim Magalhães	SIM	A funcionar	Apoio Técnico
EB 2,3 de Santo António	SIM	A funcionar	Apoio Técnico
EB 2,3 Afonso III	SIM	A funcionar	Apoio Técnico
EB 2,3 Dr. Neves Júnior	SIM	A funcionar	Apoio Técnico
EB 2,3 do Montenegro	SIM	A funcionar	Apoio Técnico
EB 2,3 Poeta Emiliano da Costa	SIM	A funcionar	Apoio Técnico

Propõe-se a manutenção, no âmbito do SABE (Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares) da Biblioteca Municipal, do apoio técnico ao nível do tratamento e organização de fundos documental, utilização de software de gestão documental, formação profissional e da dinamização de actividades de promoção da leitura. Assim como a promoção do estreito relacionamento entre instituições através do estabelecimento permanente de parcerias e acções em cooperação.

Quadro n.º 55 Diagnóstico – 1.º Ciclo do Ensino Básico			
Escolas	Integração da Rede de Bibliotecas Escolares	Estado	Tipo de Protocolo ME/CM-BM
1º ciclo de S. Luís	SIM	A funcionar	Instalação
1º ciclo do Carmo	SIM	A funcionar	Instalação
1º ciclo de Alto Rodes	SIM	Em Instalação	Instalação
1º ciclo da Penha	SIM	Em Instalação	Instalação
1º ciclo do Bom João	SIM	Protocolo Assinado	Instalação
1º ciclo da Conceição	NÃO	Candidatura em estudo (espaço já construído)**	Instalação
1º ciclo de Montenegro	NÃO	Candidatura em estudo*	Instalação
1º ciclo de Areal Gordo	NÃO	Candidatura em estudo (espaço em construção)**	Instalação
1º ciclo da Ferradeira	NÃO	**	Instalação
1º ciclo de Mar e Guerra	NÃO	**	
1º ciclo de Vale Carneiros	NÃO	Candidatura em estudo (espaço a construir)	Instalação
1º ciclo de Estoi	NÃO	**	
1º ciclo de Bordeira	NÃO	**	
1º ciclo de Mata Lobos	NÃO	**	
1º ciclo de S. Bárbara	NÃO	**	
1º ciclo de Ancão	NÃO	**	
1º ciclo de Marchil	NÃO	**	
1º ciclo de Patacão	NÃO	** Candidatura em estudo	
1º ciclo da Culatra	NÃO	(espaço já construído)**	

\* embora tenha o número de alunos (mínimo 100) para fazer parte da Rede de Biblioteca Escolar, o edifício não dispõe de um espaço para o efeito.

\*\* Actualmente não tem número de aluno suficiente para fazerem parte da Rede de Bibliotecas Escolares. Nas condições actuais, a instalação de qualquer espaço/serviço de Biblioteca teria que ser suportado integralmente pela autarquia. Todas estas situações terão que ser avaliadas individualmente e acompanhada a sua evolução.

Quadro n.º56 Proposta			
Escolas	Integração da RBE	Plano	Verbas
1º ciclo de S. Luís	SIM	Actualização de Fundo Documental	3.000€ (a executar em 2007)
1º ciclo do Carmo	SIM	Actualização do Fundo Documental	3.000€ (a executar em 2007)
1º ciclo de Alto Rodes	SIM	Instalação 2006/07	20.000€ (em execução)
1º c. da Penha	SIM	Instalação 2006/07	22.500€ (em execução)
1º ciclo do Bom João	SIM	Protocolo Assinado / Instalação 2007/08	13.000€ (a executar em 2007)
1º ciclo da Conceição	NÃO	Candidatura em estudo	
1º ciclo de Montenegro	NÃO	Candidatura em estudo	
1º ciclo de Areal Gordo	NÃO	Candidatura em estudo (em construção)	
1º ciclo de Vale Carneiros	NÃO	Candidatura em estudo	
1º ciclo de S. Bárbara	NÃO	Candidatura em estudo	
1º ciclo de Patação	NÃO	Candidatura em estudo	

Para as Escolas que não pertencem, nem têm condições para aderir à Rede de Bibliotecas Escolares propõe-se :

Quadro n.º 57 - Estratégias	
Estratégia 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliar todas as situações e tendências de evolução</li> <li>- Garantir que todas as Escolas que reúnem as condições mínimas, ou se perspetive uma evolução nesse sentido, apresentem a sua candidatura de adesão à Rede de Bibliotecas Escolares</li> </ul>
Estratégia 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliar todas as situações e tendências de evolução</li> <li>- Detectar casos cuja evolução indicie o encerramento a curto prazo (evitar investimento)</li> </ul>
Estratégia 3	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliar todas as situações e tendências de evolução</li> <li>- Garantir em todas as outras situações a criação de um “espaço” de leitura – da responsabilidade física e financeira da autarquia (projecto 2007-2010)</li> </ul>

### **2.3.2.3- Plano Nacional de Leitura**

“O Plano Nacional de Leitura tem como objectivo central elevar os níveis de literacia dos portugueses e colocar o país a par dos nossos parceiros europeus.

Destina-se a criar condições para que os portugueses possam alcançar níveis de leitura em que se sintam plenamente aptos a lidar com a palavra escrita, em qualquer circunstância da vida, possam interpretar a informação disponibilizada pela comunicação social, aceder aos conhecimentos da Ciência e desfrutar as grandes obras da Literatura. “

Partindo de uma lista de livros para leitura em ambiente escolar e familiar e provendo acções no Âmbito da Educação para Leitura, é especialmente dirigido aos alunos do ensino básico.

A Biblioteca Municipal surge como parceiro das escolas neste projecto, propondo-se adquirir no ano lectivo 2006/2007 todos os títulos integrados no Plano Nacional de Leitura, para empréstimo às Escolas.

### **2.3.2.4- Baú das Histórias**

O Projecto “O Baú das Histórias”, é dinamizado anualmente pela Biblioteca Municipal e dirigido a todas as escolas do Ensino Básico do 1º Ciclo do Concelho de Faro.. Este projecto tem por objectivo criar o gosto pelo livro e pela leitura, promover e descentralizar os serviços da Biblioteca junto das crianças do concelho, com especial atenção às escolas das zonas rurais.

Acções realizadas no âmbito do projecto:

- Oferta de livros de um autor português às bibliotecas escolares;
- Dinamização de actividades de animação da leitura, realizadas nas próprias escolas;
- Encontro com os escritores na Biblioteca Municipal de Faro.

Nesse sentido pretende-se implementar nas Escolas Básicas projectos articulados envolvam temáticas tais como: Prevenção do tabagismo; Prevenção do etnocentrismo e xenofobia; Prevenção das toxicodependências e das doenças sexualmente transmissíveis e Promoção da participação cívica e democrática.

Quadro n.º 58 - Calendarização 2007	
Animação nas Escolas e oferta dos livros do Escritor José Vaz	Janeiro - Fevereiro
Execução de trabalho colectivo em torno da obra / Exposição	Fevereiro - Março
Encontro com o Escritor	7 e 8 de Março (4 sessões - 10h30 e às 14h00)

### 2.3.3 Informatização das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Pretende-se dotar com infra-estruturas físicas e equipamentos informáticos as Escolas, implementando redes informáticas, Ethernet a 100 Mb com utilização de linhas ADSL, sobre backbone em estrela estruturais, permitindo a futura evolução para redes maiores. Simultaneamente irá proceder-se à implementação de um sistema de segurança por software que diminua a necessidade de intervenções técnicas e implementação de VPN/IP (Virtual Private Network) que garanta a possibilidade futura de acesso remoto aos equipamentos para gestão e/ou outsourcing. O objectivo é dotar as escolas de sistemas informáticos de alta disponibilidade, ou seja, a funcionar na totalidade do tempo evitando as situações de falha dos equipamentos quando os alunos necessitam destes.

Será feita a substituição das impressoras nas Escolas por equipamentos laser, mais rápidos, com melhor controlo de custos, disponíveis para todos os equipamentos da Escola, aumentando assim a capacidade de produção de documentos no sentido de garantir o apoio aos professores e alunos desta área.

Proceder-se-á ao apetrechamento dos equipamentos de conteúdos multimédia e software educativo por forma a promover o desenvolvimento de competências em Tecnologias da Informação.

Pretende-se promover a consciencialização da existência na Internet de conteúdos úteis para desenvolver a aprendizagem e a elaboração de trabalhos ou projectos.

Procurar-se-á aumentar a percentagem de interacções on-line realizadas pelas crianças e professores, como meio de comunicação e partilha de experiências.

Estas melhorias contribuirão para capacitar os alunos de conhecimentos básicos que permita dotá-los da facilidade de utilização da internet como meio para realizar operações de registo, utilização de base de dados e obtenção de documentos. O objectivo é dotar as famílias do concelho de Faro de conhecimentos que facilitem a utilização de sites institucionais nas operações facultadas pelo governo, nomeadamente as matrículas, emissão de certidões, impostos, entre outras.

### 2.3.4 Educação Cultural e Patrimonial

A Carta de Atenas (1931) já dedicava um item ao papel da educação no respeito pelos monumentos, onde expressava que *os educadores sensibilizem a infância e a juventude para que evitem degradar os monumentos*. Esta preocupação foi reforçada na Carta de Carcóvia (2000) que consagra uma parte à formação e à educação, explicando que *a formação e a educação em património cultural exige a participação da sociedade e a integração da temática nos sistemas nacionais de educação a todos os níveis*.

Aproveitando a experiência que o Museu Municipal vem desenvolvendo desde 2002 com a realização anual de um Programa Escolar (vai na sua 5.<sup>a</sup> edição), visando a educação patrimonial e o desenvolvimento de competências junto da população escolar que lhes permita contribuir para a defesa do património.

Tratando-se de um recurso não renovável e finito (como muito bem refere o PROTAL) temos que estar conscientes que está nas nossas mãos a salvaguarda da nossa Identidade, através da preservação dos bens patrimoniais.

Pretende-se desenvolver vários projectos articulados que trabalhem as seguintes temáticas:

- Porque devemos preservar o Património? E O Património como fonte inesgotável de conhecimento na contemporaneidade; Património *Versus* Globalização?; O que é o Património Imaterial e qual a sua importância?; Progresso e Património: como conciliar; Será que hoje construímos Património?

Sugestão metodológica a utilizar: no início de cada ano lectivo os agrupamentos escolhem o tema a tratar, as escolas e as áreas a envolver ( história, geografia, português, artes ou outras). O tema será trabalhado pelos professores com o apoio dos técnicos do museu, quer em sala de aula, quer em visitas de estudo. O final do projecto consistirá na apresentação pública dos trabalhos (na escola e noutros locais a seleccionar) e a sua disponibilização on-line através da realização de uma exposição virtual.

### 2.3.5 Projecto Ajudar a Crescer

No sentido de evitar os inúmeros problemas que advêm da negligência e da falta de apoio familiar às crianças e aos jovens em idade escolar, pretende-se realizar em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional e com a Segurança Social, cursos de formação destinados a pais e encarregados de educação, sendo de frequência obrigatória para os beneficiários do rendimento social de inserção.

O objectivo é promover nos formandos o desenvolvimento das competências necessárias para um efectivo apoio e acompanhamento das crianças e dos jovens na família, pilar fundamental para um desenvolvimento harmonioso da criança, traduzido numa prevenção primária de comportamentos de risco, de insucesso escolar, absentismo e de abandono escolar.



### **2.3.6 Promoção da Saúde**

Em parceria com a saúde escolar pretende-se realizar acções de sensibilização sobre a temática da alimentação, nutrição e actividade física com o objectivo promover nas crianças hábitos de vida saudáveis, proporcionando-lhes um desenvolvimento harmonioso e equilibrado.

No âmbito da Saúde Escolar o Centro de Saúde irá dar início ao Projecto “Estratégia Local de Saúde” que se irá realizar em duas vertentes, designadamente a prevenção da obesidade infantil (seis/dez anos) e a inclusão escolar de crianças com necessidades educativas e de saúde especiais.

### **2.3.7 Associações de Pais e Encarregados de Educação**

A importância do papel das organizações de pais no sistema educativo tem vindo a ser progressivamente mais valorizada, e esta autarquia considera quer as Associações de Pais e Encarregados de Educação a nível de escola, quer a FAPEEFA, como parceiros indispensáveis no cumprimento dos objectivos desta Carta Educativa e na implementação da Política de Educação deste Município.

Para apoiar o movimento associativo dos pais, que enfrenta dificuldades organizativas e de mobilização decorrentes da sua própria natureza, será estudado um plano de colaboração, que permita dar continuidade a uma desejável actuação em parceria.

### **2.3.8 Programa “Escola Segura”**

Pretende-se dar continuidade e reforçar o Programa “Escola Segura” através de uma articulação com as Forças de Segurança.

Com este programa dar-se-á seguimento à colaboração e apoio das Forças de Segurança na realização a actividades e eventos de cariz sócio-cultural a realizar durante o ano lectivo.

Neste caso dar-se-á prioridade a um trabalho de sensibilização na comunidade educativa, nomeadamente nas Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico com o objectivo de educar as crianças não só para o cumprimento das regras básicas de segurança mas também para uma conduta crítica e cada vez mais consciente.

### **2.3.9 Programa de Apoio à Educação Física e Desporto Escolar**

Consideramos que é absolutamente prioritário e imperioso trabalharmos activamente no sentido de facilitarmos a aquisição, pelas crianças, de hábitos de vida activa e estilos de vida saudáveis, fruto da vivência de práticas culturalmente significativas - como são as actividades corporais - de acordo com um eixo metodológico que privilegie o espírito de cooperação e o despertar para uma cidadania responsável e solidária.

No entanto, a constatação desta necessidade conduz naturalmente a uma interrogação: de que forma poderemos concretizar as nossas intenções? Fundamentalmente, através da intervenção ao nível de duas áreas independentes que se complementam:

- 1 - A Educação Física escolar que, ao nível do 1º Ciclo do Ensino Básico, constitui um conteúdo curricular obrigatório, com acrescidas responsabilidades neste domínio para as Autarquias.
- 2 - A oferta desportiva existente em cada cidade/Concelho do País, assegurada pelo trabalho desenvolvido ao nível dos Clubes/Associações Desportivas, públicas ou privadas, desde que efectivamente orientadas para esta faixa etária específica da população.

O modelo de funcionamento resultante da conjugação destas duas áreas complementares visa, assim, assegurar a criação das bases de uma Actividade Física que deverá manter-se ao longo da vida de todas as crianças envolvidas, Actividade Física essa entendida como factor de Saúde e Cultura, num contexto social marcado pela inovação e pela exigência de educação permanente.

Nesta perspectiva, o sucesso que pretendemos atingir resultará, naturalmente, de assegurarmos que o trabalho a desenvolver contribuirá decisivamente para o desenvolvimento harmonioso da criança, através do acesso à prática de Actividade Física adequada - intensa, saudável, gratificante e culturalmente significativa - e numa atitude de rendimento, ou seja, de usufruto de benefícios reais de aperfeiçoamento pessoal no domínio das actividades físicas, em várias dimensões: operativa (as habilidades e capacidades), relacional (especialmente nos aspectos organizativos) e afectiva (formação de aptidões, atitudes e valores - bens de personalidade que representam o rendimento educativo), de acordo com os seguintes princípios:

- a garantia de **actividade física** correctamente motivada, qualitativamente adequada e em quantidade suficiente, indicada pelo tempo de prática nas situações de aprendizagem, isto é, no treino e descoberta das possibilidades de aperfeiçoamento pessoal e dos companheiros, e numa perspectiva de educação para a saúde;
- a promoção da **autonomia**, pela atribuição, reconhecimento e exigência das **responsabilidades** que podem ser assumidas pelas crianças na resolução dos problemas de organização das actividades;
- a valorização da **criatividade**, pela promoção e aceitação da **iniciativa** das crianças, orientando-a para a elevação da qualidade do seu empenho e dos efeitos positivos da actividade;
- a orientação da **sociabilidade** no sentido de uma cooperação efectiva entre as crianças, associando-a à melhoria da qualidade das prestações, especialmente nas situações de competição entre equipas, e também ao clima relacional favorável ao aperfeiçoamento pessoal e ao prazer proporcionado pelas actividades.

É exactamente neste quadro conceptual que o Programa de Apoio à Educação Física e Desporto Escolar pretenderá intervir, contribuindo assim para a prossecução das finalidades que devem nortear a actuação da nossa Sociedade relativamente ao crescimento e desenvolvimento do seu bem mais precioso - as crianças - e dando expressão inequívoca e vigorosa, uma vez mais, da nossa intenção de colaborarmos activamente para a promoção e melhoria das condições de Saúde de toda a nossa população.

#### **Existem 4 projectos distintos:**

##### **2.3.9.1 Projecto de Actividades de Enriquecimento Curricular – Actividade Física e Desportiva**

O Programa de Generalização de Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, tem por objectivo suprimir algumas carências que existem nas Escolas e tal como o nome indica enriquecer o currículo escolar. No que diz respeito ao Projecto com o qual a Divisão de Desporto e os seus técnicos irão interagir directa ou indirectamente, pode-se dizer que não só irá enriquecer o currículo e cumprir com o Programa de Expressão Físico-Motora, como também de uma forma mais abrangente, a longo prazo, contribuir para um aumento significativo dos praticantes de actividade física.

##### **2.3.9.2 Projecto “Farensíadas Escolares”**

Através deste Projecto pretende-se, assim, operacionalizar a estratégia de intervenção da Autarquia ao nível da realidade desportiva escolar do nosso Concelho. Surge como forma de ampliação e complemento dos suportes competitivos de nível local e regional, promovendo a comunicação entre autarquia e escolas e demais entidades que desejem participar, no âmbito dos objectivos essenciais das “Farensíadas”.

##### **2.3.9.3 Projecto “Farensíadas de Clubes”**

No que respeita à vertente associativismo, este projecto procura através da realização de eventos propostos pelos clubes/associações, que estes consigam recrutar jovens das escolas E.B. 2,3 e secundárias do Concelho para aderirem às suas colectividades, descobrindo assim alguns talentos desportivos do Concelho e aproveitando-os, deste modo, para o desporto-competição dos respectivos clubes/associações.

#### **2.3.9.4 Projecto de sensibilização da população escolar para os desportos náuticos e aquáticos**

Tem como objectivo sensibilizar os alunos das Escolas EB 2,3 e Secundárias sedeadas no nosso Concelho para a prática de actividades náuticas (Centro Náutico da Praia de Faro) e aquáticas (Piscinas Municipais de Faro).

Decorrerá semanalmente nas referidas instalações desportivas municipais, em horários especialmente reservados para o efeito, sob supervisão de técnicos da Autarquia.

### **2.4 Por um Desenvolvimento Local Mais Sustentável**

Recordando que decorre já um processo de criação da Agenda Local 21 para Faro, tendo como principais grandes objectivos :

- i. Assegurar um consenso local em torno de uma nova “*Visão para Faro 2020*”
- ii. Dinamizar a realização de encontros, debates e análises prospectivas sobre o futuro de Faro, de uma forma ampla em termos de participação, integrada ao nível dos principais sectores de actividade, arrojada na sua visão e ambição para o futuro, mas também responsável em função dos recursos disponíveis.
- iii. Mobilizar as principais instituições e entidades públicas, privadas e associativas de Faro, para que assumam compromissos de actuação a curto e médio prazo que permitam um desenvolvimento mais equilibrado e solidário do concelho.
- iv. Garantir a mobilização de todos os esforços para que nesse processo participem amplamente dirigentes e técnicos do Município, assim como de outras entidades públicas com responsabilidades sobre as principais áreas de desenvolvimento local.
- v. Produzir um plano de acção que respondendo a um sistema de prioridades, seja simultaneamente realizável em termos de objectivos, condições técnicas de programação, recursos disponíveis e capacidade de execução.

Sugere-se que a própria Carta Educativa venha a ser discutida e apreciada no seio dos Grupos de Trabalho Temáticos constituídos, sem prejuízo de se desenvolverem já algumas iniciativas tais como :

#### **2.4.1 Agenda 21 Escolar**

A Agenda 21 Local é um programa de acção integrado e sustentado pela dimensão económica, social, política e ambiental, que pela sua natureza metodológica exige a participação e o envolvimento de toda a comunidade na tomada de decisões através de uma democracia participativa.

Nesse sentido é fundamental que esse processo seja divulgado e implementado nos estabelecimentos de ensino através da Agenda 21 Escolar, uma vez que a componente pedagógica é essencial para o desenvolvimento de competências cívicas.

#### **2.4.2- A Educação Ambiental**

Numa estratégia de sustentabilidade pretende-se o exercício de uma educação ambiental aliada à cidadania activa e participativa, promovida em articulação com os estabelecimentos de ensino.

Com o objectivo de promover a educação ambiental e valorizar o património natural do Concelho de Faro, deverão ser desencadeadas, de forma articulada e sempre que possível combinando esforços e recursos, dentro de um quadro de programação anual de iniciativas.

A exemplo da Eco – Escola EB1 de Faro n.º 5 (Vale – Carneiros) pretende-se sensibilizar a comunidade educativa, nomeadamente os Estabelecimentos de Ensino Básico do 1.º Ciclo para aderirem ao Projecto Eco – Escolas, como a Escola Secundária João de Deus que apresentou a sua candidatura ao Projecto Eco-Escolas no ano lectivo de 2006/07.

Experiências já desenvolvidas em anos anteriores demonstram a enorme apetência por parte dos grupos escolares para este tipo de iniciativas, pelo que faz todo o sentido a sua promoção, envolvendo entidades públicas e privadas, visando por exemplo a criação de uma Quinta Pedagógica em espaço educativo.

#### **2.4.3- Rede de Transportes Escolares**

A concepção geral do Plano de Transportes Escolares, que é elaborado anualmente, será objecto de reavaliação em função do Reordenamento da Rede Escolar, em colaboração com a transportadora pública, a direcção das escolas e as associações de pais e encarregados de educação, com vista a serem encontradas soluções eficazes e eficientes, que garantam o acesso à escola sem discriminação, a todas as crianças.

Se com soluções eficazes se devem pretender atingir objectivos de serviço atempado e nos melhores horários possíveis a todos os abrangidos por este serviço, a eficiência abrange já aspecto mais relacionados com a optimização dos percursos, visando objectivos relacionados com os tempos de percurso e km's percorridos, tendo em vista o menor consumos de recursos possíveis (humanos, materiais, e em especial de combustíveis).

#### **2.4.4- Educação para a cidadania**

Em 1996 a Comissão Internacional para a Educação no século XXI salientou a importância de a educação ser suportada por sólidos pilares que reunissem condições para fomentar o desenvolvimento pessoal e social, nomeadamente aprendendo a conhecer, aprendendo a fazer, aprendendo a ser e aprendendo a viver.

Para além dos estabelecimentos de ensino e dos agentes/instituições locais, as autarquias desempenham um papel fundamental na promoção da cidadania não só mediante o cumprimento dos serviços que lhe competem no âmbito da educação, acção social, tempos livres /desporto, desenvolvimento, mas igualmente através de uma auscultação permanente da situação educativa e nas respostas dadas aos problemas e necessidades manifestadas.

Nesse sentido pretende-se implementar nas Escolas Básicas projectos articulados envolvam temáticas tais como: Prevenção do tabagismo; Prevenção do etnocentrismo e xenofobia; Prevenção das toxicodependências e das doenças sexualmente transmissíveis e Promoção da participação cívica e democrática.

O envolvimento dos diversos agentes que actuam a nível local em áreas relacionadas com a promoção dos conceitos de cidadania, democracia, liberdades, direitos e obrigações, deverá pois ser também um dos eixos de actuação de curto e médio prazo.

### 3 Síntese Programática

Decorrendo do anteriormente exposto, poderemos sistematizar no quadro seguinte os grandes grupos de intervenções e actuações que ficam vertidas na Carta Educativa do Concelho de Faro até 2012, e para os quais procuraremos ainda indicar alguns objectivos quantificados que se pretendem atingir :

Quadro n.º 59 – Síntese Programática			
	Alunos envolvidos	Custo	Período
<b>Propostas Organizacionais</b>			
Definição de Territórios Educativos	na	na	na
Reordenamento da Rede Escolar	2 104	13.048.255,00€	Até 2012
Actividades Extracurriculares	2.353 (número sujeito a oscilações)	359.092,76 €	2006/2007
<b>13.407.347,76 €</b>			
<b>Reforço e Qualificação dos Equipamentos</b>			
1.º Ciclo PER EB1- 1.ª Fase	1416	1.410 455,00 €	De 2004 a Dezembro 2005
1.º Ciclo PER EB1- 2.º Fase	349	2.358.100,00 €	De a 2005 a Dezembro de 2006
1.º Ciclo - 3.º Fase (candidaturas QREN)	1256	9.279.700,00 €	A partir de 2007
<b>13.048.255,00 €</b>			
<b>Sistema Sócioeducativo</b>			
Articulação Ensino / Emprego: Programa “Novas Oportunidades”	100	300.000,00 €	2007/08
Serviço de Bibliotecas	7500	25.000,00 €	2006/07
Educação para o Património	3700	25.000,00 €	2006/07
Projecto Ajudar a Crescer	775	25.000,00 €	2006/07
Promoção da Saúde	2600	25.000,00 €	2006/07
Programa “Escola Segura”	2600	25.000,00 €	2006/07
Informatização das Escolas	2600	75.000,00 €	2006 a 2010
Desporto	2600	110.735,12 €*	2006/07
<b>610.735,12 €</b>			
<b>Por um Desenvolvimento Local mais Sustentável</b>			
Agenda Local 21 Escolar	2600	25.000,00 €	2007/08
Educação Ambiental	2600	25.000,00 €	2006/07
Rede de Transportes Escolares	995	160.247,49 €	2005/06
<b>210.247,49 €</b>			

\* Este valor engloba 83 235,12 € que estão incluídos nas Actividades Extracurriculares

## V

# Monitorização / Avaliação do processo

A Carta Educativa do Concelho é um documento estratégico em constante reorientação e reformulação, uma vez que é influenciado pela evolução e transformação da realidade local e nacional. Nesse sentido é necessário planificar um esquema metodológico de avaliação que permita medir o grau de concretização dos seus objectivos.

### 1. Fases do Processo de Monitorização

O processo de monitorização deverá ir ao encontro da metodologia de continuidade e actualização permanente a que está sujeita a Carta Educativa pelo também deverá ser um processo contínuo e sujeito a alterações, com vista a um aperfeiçoamento metodológico e uma produção eficiente de resultados.

As diferentes fases do Processo de Monitorização implicam um acompanhamento do processo que visa aperfeiçoar a operacionalização dos serviços que actuam na área educativa, nomeadamente a componente sócio-educativa (transportes escolares, acção social escolar, refeitórios, prolongamento de horário no pré-escolar e acções/actividades no âmbito da educação para a cidadania e educação ambiental), patrimonial (edifícios escolares e equipamentos educativos), Obras (manutenção dos edifícios escolares).

#### **Recolha, organização e disponibilização da informação**

O processo de recolha, organização e disponibilização da informação deverá ser feito em cada ano lectivo, devendo ser complementado com as informações recolhidas mediante a metodologia e instrumentos de acção a utilizar.

#### **Metodologia e instrumentos de acção:**

- Consulta sistemática documental e estatística disponibilizada pelas diversas entidades, nomeadamente no que se refere ao número de alunos/turmas e respectivas taxas de ocupação.
- Reuniões trimestrais do Conselho Municipal de Educação com vista a diagnosticar necessidades e a elaborar planos de intervenção/acção;
- Reuniões de auto-diagnóstico com a comunidade educativa.
- Reuniões de avaliação periódicas.

#### **Tratamento da Informação**

O tratamento sistemático da informação irá permitir redefinir objectivos, bem como clarificar e aperfeiçoar estratégias de actuação que contribuam para a optimização da Rede Educativa.



A avaliação quantitativa da evolução da frequência escolar comparativamente à projecção efectuada será assegurada por uma equipa de trabalho nomeada pelo Conselho Municipal de Educação, e que no final de cada ano lectivo fará uma apreciação dos dados relativos ao número de alunos/ turmas. Os dados serão apresentados num dispositivo de monitorização/grelha em ficheiro Excel, elaborado pela Divisão de Educação do Município e dessa grelha irá constar o número de alunos/turmas bem como outros dados conducentes a uma minuciosa sistematização de análise. Deste modo serão avaliadas as intervenções efectuadas, diagnosticados problemas e apresentadas novas propostas de intervenção.

Esta avaliação contribuirá para aprimorar a resolução de determinados problemas nomeadamente problemas de sobrelotação.

A análise e o tratamento do conteúdo das actas das reuniões trimestrais do Conselho Municipal de Educação irão permitir auscultar a comunidade e dar resposta às necessidades emergentes.

As reuniões de auto-diagnóstico, instrumento cada vez mais utilizado numa democracia participativa, serão realizadas trimestralmente. Nessas reuniões irão participar, representantes do Município, dos órgãos executivos dos estabelecimentos de ensino e dos encarregados de educação.

As reuniões de avaliação periódica, assumindo um cariz de avaliação contínua, terão como base de trabalho as propostas e conclusões das reuniões de auto-diagnóstico. Nessas reuniões irão participar representantes do Município, dos estabelecimentos de ensino e da Comunidade. O registo de dados que irá permitir avaliar o processo, deverá ser feito com base no preenchimento da tabela que se segue:

**Quadro n.º 60 – Registo de Avaliação Periódica**

	Obras de construção e requalificação	Refeitórios escolares	Rede de Transportes Escolares	Acção Social Escolar	Segurança	Outras
Dificuldades e problemas detectados						
Aspectos a melhorar; opções e decisões a tomar						
Alterações e mudança de estratégia utilizada						
Concretização de objectivos previstos						